



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

JOSÉ HENRIQUE SOUSA LUZ

IMPLICAÇÕES PSÍQUICAS RELACIONADAS A MANIPULAÇÕES
IRREVERSÍVEIS DO CORPO EM TRANSEXUAIS

FORTALEZA

2021

JOSÉ HENRIQUE SOUSA LUZ

IMPLICAÇÕES PSÍQUICAS RELACIONADAS A MANIPULAÇÕES IRREVERSÍVEIS
DO CORPO EM TRANSEXUAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como exigência parcial para a conclusão do curso de Mestrado em Psicologia. Área de concentração: Teorias e Práticas da Psicanálise

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Caciana Linhares Pereira

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L994i Luz, José Henrique Sousa.
Implicações psíquicas relacionadas a manipulações irreversíveis do corpo em transexuais / José Henrique Sousa Luz. – 2021.
120 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Caciana Linhares Pereira.

1. Psicanálise. 2. Manipulações irreversíveis do corpo. 3. Transexualidade. 4. Punctum. 5. Landmark. I. Título.

CDD 150

JOSÉ HENRIQUE SOUSA LUZ

IMPLICAÇÕES PSÍQUICAS RELACIONADAS A MANIPULAÇÕES IRREVERSÍVEIS
DO CORPO EM TRANSEXUAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como exigência parcial para a conclusão do curso de Mestrado em Psicologia. Área de concentração: Teorias e Práticas da Psicanálise

Aprovada em: 26/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Caciana Linhares Pereira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Karla Patrícia Holanda Martins
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marco Antonio Coutinho Jorge
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

*A Juliana Lins e Fernando Fernandes,
meus amores bruxos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Caciana Linhares pela admirável transmissão de seus vastos conhecimentos teóricos e de sua densa experiência clínica no decurso de inestimáveis orientações e supervisões. Obrigado, ainda, pelo bom-humor, pelo respeito e pela escuta cuidadosa.

A Karla Patrícia Holanda Martins, Marco Antonio Coutinho Jorge e Laéria Fontenele por suas eminentes atuações no campo da psicanálise e por suas indispensáveis contribuições à elaboração dessa pesquisa.

A Juliana e Fernando, indubitavelmente, as surpresas mais felizes e fascinantes que o mestrado me trouxe. Obrigado pelo perseverante compartilhamento das mais loucas, tenebrosas, desbragadas, emotivas, místicas e apocalípticas experiências, que sofrem efêmera dissipação apenas na voragem das madrugadas.

Ao *Grupo de Dança Tablado* por transformar irreversivelmente a minha vida, por me agradecer não somente com o aprendizado e a beleza da apaixonante dança flamenca, mas por ser, para mim, fonte de fulgurantes inspirações. Sem hesitação, digo que estar com vocês nos ensaios e nos palcos é o que mais tem me feito falta ultimamente. Que nosso impetuoso baile, nosso vigoroso sapateado e nossas arrebatadoras castanholas não tardem a provocar as mais fervorosas emoções.

A meu irmão, Thales, pela escancarada cumplicidade, pelas gargalhadas mais cínicas, dramáticas e insanas, por compartilhar comigo as visões mais aterradoras sobre o mundo e por me impactar com a desconcertante potência e com o inquebrantável destemor que extravasam de sua perturbadora arte.

A minha mãe, Luiza, pelo incansável esforço em oferecer as melhores oportunidades para os filhos e por sempre ter enfatizado a inequívoca grandeza da educação. Aos meus demais familiares, pela incessante torcida e por povoarem perduravelmente a minha imaginação com as mais espirituosas e emocionantes recordações, apesar de estarem tão distantes geograficamente.

Às minhas amadas amigas e aos saudosos encontros que concebi no Piauí, terra que abriga a minha origem.

Às preciosas amigas e aos venturosos encontros que se firmaram no Ceará, terra que sustém a minha corrente morada. Em especial, a Marco Severo por tantos anos de amor, amizade, companheirismo e apoio, por sua poderosa e pungente escrita e por ter resgatado em mim o enlevo pela literatura. A Eugênia Cabral pela amizade, pela generosa e atenta leitura do texto e por suas oportunas sugestões. A Ellen Mendes pela inesperada e alentadora amizade,

por sua inteligência incomparável, por sua afortunada prestatividade (sem sua ajuda, eu não teria sequer realizado a inscrição para o processo seletivo do mestrado) e por sua refulgente companhia, que tem amolentado a lúgubre travessia do caos.

Às pessoas que escuto cotidianamente em labores desafiadores e enigmáticos que tanto movimentam a minha vida.

*Do I have to change my name?
Will it get me far?
Should I lose some weight?
Am I gonna be a star?
I tried to be a boy, I tried to be a girl
I tried to be a mess, I tried to be the best
I guess I did it wrong, that's why I wrote this song
This type of modern life, is it for me?
This type of modern life, is it for free?*

(M. Ciccone, M. Ahmadzai)

RESUMO

Intervenções irreversíveis sobre o corpo têm se tornado fenômenos que crescem vertiginosamente a cada dia. Retomando as elaborações de Freud e Lacan, a psicanalista Paola Mieli defende que toda manipulação corporal de natureza irreversível tem motivações particulares que devem ser estudadas no universo da unicidade da história subjetiva de cada pessoa. Nesse enquadre, Mieli chama de *punctum* o lugar do próprio corpo que é percebido pelo sujeito como algo que se apresenta como uma fonte de mal-estar, a ponto de gerar o intento de se desfazer dele. Dessa maneira, a necessidade de uma intervenção de caráter irreversível sobre o corpo pode ter o objetivo de transformar o que é percebido como *punctum* naquilo que Mieli chama de *landmark*, através de uma inscrição como apagamento ou marco sobre a superfície corporal. No cenário das questões referentes ao corpo e às possibilidades de sua manipulação, destaca-se a demanda de intervenções hormonais e/ou cirúrgicas por transexuais. Essa demanda adquire progressivamente mais repercussão no encontro com a ciência, a qual permite que tais sujeitos tenham acesso ao processo de afirmação de gênero pelo uso da tecnologia. Nesse contexto, surgiu o interesse de realizarmos uma pesquisa em psicanálise, cujo objetivo geral consistiu na articulação entre a busca por mudanças físicas ansiadas por sujeitos transexuais e proposições psicanalíticas sobre intervenções irreversíveis no corpo. Como objetivos específicos, pretendemos: a) apresentar as definições e as bases teórico-clínicas acerca dos conceitos de *punctum* e *landmark*; b) discorrer sobre os estatutos do corpo, da bissexualidade psíquica, do complexo de Édipo, da sexualidade e da transexualidade; c) articular a questão dos pontos corporais provocadores de mal-estar em sujeitos transexuais com a lógica do *punctum*; d) articular as intervenções corporais de caráter irreversível demandadas por sujeitos transexuais com a inscrição do *landmark*. A metodologia baseou-se no mapeamento bibliográfico de literatura psicanalítica, tendo como esteio as obras de Freud e Lacan, bem como produções teóricas de psicanalistas contemporâneos de orientação lacaniana. Também trabalhamos fragmentos de casos de nossa experiência clínica que viabilizaram a teorização sobre situações de sujeitos que, sofrendo os golpes da instabilidade de sua imagem, podem apresentar caracteres corporais que se comportam como *punctum*, sendo relegados a um estado de embaraço e imobilidade. Também depreendemos que, em algumas conjunturas clínicas, determinadas características corporais se constituíam como traços associados às instâncias do masculino e do feminino da linhagem familiar, de tal forma que a solicitação pela modificação corporal pode se apresentar como apelo a uma sulcagem na transmissão geracional. Observamos, ainda, que algumas intervenções sobre o corpo, muitas vezes ladeadas por seus rastros, puderam exercer o efeito de *landmark*, cunhando, através de uma inscrição simbólica, a estabilização da imagem do corpo. Por fim, delimitamos que nossa pesquisa não tem ganas de assumir postura inflexível, nem de defesa nem de veto, a respeito das modificações corporais, mas de sustentar a ideia de se propor um tempo de fala e de escuta, a fim de que a pessoa transexual se sinta minimamente advertida para fazer sua escolha e para que ela mesma se aproprie de suas decisões. Nesse sentido, a psicanálise pode conceder uma pertinente contribuição, visto que se ocupa da singularidade de cada sujeito.

Palavras-chave: psicanálise; manipulações irreversíveis do corpo; transexualidade; *punctum*; *landmark*.

ABSTRACT

Irreversible interventions on the body have become phenomena that grow rapidly every day. Returning to the elaborations of Freud and Lacan, psychoanalyst Paola Mieli argues that every irreversible bodily manipulation has particular motivations that must be studied in the universe of the uniqueness of each person's subjective history. In this context, Mieli calls *punctum* the place of the body which is perceived by the subject as something that presents itself as a source of discomfort, generating an attempt to get rid of it. Thus, the need for an irreversible intervention on the body may aim to transform what is perceived as a *punctum* into what Mieli calls *landmark*, through an inscription as an erasure or mark on the body surface. In the scenario of issues related to the body and the possibilities of its manipulation, the demand for hormonal and/or surgical interventions by transsexuals stands out. This demand progressively acquires more repercussions in the encounter with science, which allows such subjects to have access to the process of gender affirmation through the use of technology. In this context, there was an interest in conducting research in psychoanalysis, which general objective consisted in the articulation between the search for physical changes desired by transsexual subjects and psychoanalytic propositions about irreversible interventions in the body. As specific objectives, we intend to: a) present the definitions and theoretical-clinical bases about the concepts of *punctum* and *landmark*; b) discuss the statutes of the body, psychic bisexuality, the Oedipus complex, sexuation and transsexuality; c) articulate the issue of bodily points that cause discomfort in transsexual subjects with the logic of the *punctum*; d) articulate the irreversible bodily interventions demanded by transsexual subjects with the inscription of the *landmark*. The methodology was based on the bibliographic mapping of psychoanalytic literature, having as mainstay the works of Freud and Lacan, as well as theoretical productions of contemporary psychoanalysts with a Lacanian orientation. We also worked on fragments of cases from our clinical experience that made possible theorizing about situations of subjects who, suffering the blows of their image instability, can present bodily characters that behave like *punctums*, being relegated to a state of embarrassment and immobility. We also inferred that, in some clinical situations, certain bodily features were constituted as traits associated with the male and female instances of the family lineage, in such a way that the request for body modification can present itself as an appeal to a furrow in the generational transmission. We also observed that some interventions on the body, often flanked by its tracks, could exert the effect of a *landmark*, coining, through a symbolic inscription, the stabilization of the body image. Finally, we delimit that our research is not intended to assume an inflexible stance, neither of defense nor of veto, regarding bodily changes, but to support the idea of proposing a time of speaking and listening, so that the transsexuals feel minimally advised to make their choice and to take ownership of their decisions. In this sense, psychoanalysis can make a pertinent contribution, as it deals with the uniqueness of each subject.

Keywords: psychoanalysis; irreversible manipulations of the body; transsexuality; *punctum*; *landmark*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 IMPLICAÇÕES PSÍQUICAS RELACIONADAS A MANIPULAÇÕES CORPORAIS DE CARÁTER IRREVERSÍVEL	21
2.1 O corpo nas concepções de Freud e Lacan	21
<i>2.1.1 Concepções freudianas sobre o corpo</i>	22
<i>2.1.2 Concepções lacanianas sobre o corpo</i>	29
<i>2.1.2.1 O corpo e os registros psíquicos segundo as contribuições de Lacan</i>	30
2.2 Corpo e identificação	35
2.3 A oscilação da imagem e a função do traço em sua estabilização	39
2.4 Os conceitos de <i>punctum</i> e <i>landmark</i> no contexto das manipulações irreversíveis do corpo	43
<i>2.4.1 Punctum: perseguição e angústia</i>	46
<i>2.4.2 Landmark: apagamento e marco</i>	51
3 POSIÇÃO SEXUADA E CORPO: ENODAMENTO ENTRE PSIQUE E ANATOMIA	55
3.1 Bisssexualidade psíquica	57
3.2 O complexo de Édipo na obra de Freud e no ensino de Lacan	60
<i>3.2.1 A concepção freudiana sobre o complexo de Édipo</i>	60
<i>3.2.2 A concepção lacanianiana sobre o complexo de Édipo</i>	69
<i>3.2.2.1 Primeiro tempo lógico do complexo de Édipo</i>	72
<i>3.2.2.2 Segundo tempo lógico do complexo de Édipo</i>	73
<i>3.2.2.3 Terceiro tempo lógico do complexo de Édipo</i>	74
3.3 Sexuação	75
3.4 Posição sexuada e dimensão corporal	76
3.5 Transexualidade e corpo	82
4 MODIFICAÇÕES CORPORAIS NA TRANSEXUALIDADE E POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES COM PROPOSIÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE AS MANIPULAÇÕES IRREVERSÍVEIS DO CORPO	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

Lavar o corpo, desodorizá-lo, apagar todos os vestígios desagradáveis da fisiologia. Levitar. Queria sair do chão, queria que me visse suspensa em equilíbrio, elevada, como acontece com as coisas integralmente boas. Eu não saía do banheiro até que não desaparecesse o mal cheiro, abria a torneira para que não ouvisse o barulho da urina. Esfregava-me, aparava, lavava os cabelos a cada dois dias. Pensava a beleza como um esforço constante de apagamento da corporalidade. Queria que amasse meu corpo esquecendo o sabor que carregam os corpos. A beleza, eu pensava ansiosamente, é esse esquecimento.

(Elena Ferrante)

O corpo, com seus misteriosos limites e suas possíveis extensões no tempo e no espaço, apresenta-se como um precípuo interesse e um obstinado desafio para os campos da arte, filosofia, religião e ciência, despontando como um tema de crucial interesse, também, para a psicanálise (FINGERMANN, 2021). Considerado por Freud (1930/2010) como uma das fontes de mal-estar na cultura, o corpo tem sido vivenciado, notadamente na contemporaneidade, com caudalosa preocupação, sendo experimentado frequentemente como proscênio de imperfeições e defeitos, que ameaçam o sentimento de identidade e integridade do sujeito, estremunhando dilacerantes estados de angústia (FERNANDES, 2021).

Não à toa, enquanto um inexaurível terreno de pesquisa para a ciência, o corpo vem sofrendo um intrigante processo de medicalização. Nesse sentido, a partir do século XX, foi possível reconhecer um salto vertiginoso na utilização das tecnologias que intencionam compensar a falência do corpo, havendo o aprestamento de tratamentos médicos cada vez mais preempatórios para abreviar o sofrimento e curar celeremente o indivíduo diagnosticado como enfermo (MOULIN, 2008). Como salienta Fingermann (2021, p. 25): “O escândalo do corpo é sua finitude. Esticar os limites dessa finitude do corpo parece ser o mote e a mola da humanidade e da extensão infinita de seus recursos próprios”. Nesse caminho, temos assistido, na atualidade, a uma exaltação das práticas de intervenções sobre o corpo, como métodos de resolução de uma variedade de padecimentos, quer seja por meio da farmacologia, quer seja pela via dos processos cirúrgicos (MIELI, 2002).

No contexto do mal-estar referente ao corpo e às possibilidades de sua modificação, destaca-se o fenômeno da transexualidade, que adquire progressivamente mais repercussão no encontro com as ciências médicas (JORGE e TRAVASSOS, 2017). Consideram-se mulheres transexuais as pessoas que foram designadas do sexo masculino ao nascimento, a partir da

reconhecimento do aparelho genital, mas que se identificam como mulheres. Por sua vez, são considerados homens transexuais as pessoas que foram designadas do sexo feminino ao nascimento, com base no reconhecimento da genitália, mas que se identificam como homens (CIASCA, HERCOWITZ e LOPES JUNIOR, 2021). Muitos sujeitos que se definem como transexuais reportam um desconforto persistente que decorre da incongruência entre o gênero experimentado e expresso por eles e o gênero que foi designado ao nascimento, o que frequentemente os leva a procurar por alterações das características sexuais primárias e secundárias, para adquirir as do gênero com o qual se identificam (DIEHL e VIEIRA, 2017), modificações que fazem parte de um processo conhecido como afirmação de gênero¹. Essa referida questão com o corpo pode ser observada em uma pesquisa realizada com 103 transgêneros, recrutados no Hospital de Clínicas de Porto Alegre e no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo, que revelou que todas as pessoas entrevistadas referiram desconforto com vários aspectos de seus corpos (genitália, voz, pelos pubianos, quadril, mamas, cabelos, pelos faciais), com 97,7% fazendo tratamento hormonal e com 39,1% já tendo sido submetidos a procedimentos cirúrgicos, como implante de silicone, mastectomia, feminilização facial, lipoescultura, modificação genital etc. (LOBATO et al., 2019).

A interface entre intervenções corporais e tais aspectos da sexualidade tornou-se presente na nossa prática clínica a partir de 2013, com o atendimento a sujeitos transexuais. Tal experiência, que se iniciou na rede pública de saúde, contribuiu para que muitas pessoas transexuais também buscassem atendimento no âmbito do consultório particular. A partir da nossa experiência, pudemos observar que essa procura, seja no setor público ou privado, é majoritariamente motivada pelo interesse na obtenção das transformações corporais, havendo a constante solicitação de atestados, relatórios ou laudos para o início da hormonioterapia ou para a realização de cirurgias. É enfática a solicitação de intervenções que rapidamente promovam mudanças em seus corpos, comumente com a possibilidade de acarretar alterações irreversíveis, sem que tenha sido feito um trabalho prévio de elaboração psíquica da relação do sujeito com o seu próprio corpo ou mesmo do impacto subjetivo que essas transformações podem vir a causar. Contudo, a técnica psicanalítica, movida por sua ética, indica que não se dê uma resposta imediata à demanda do sujeito, mas justamente que se indague o que há por trás dela: trata-se de fazer com que emerja, para o sujeito, um saber a respeito daquilo que inconscientemente preside à sua demanda (FRIGNET, 2003).

¹ Segundo a Resolução nº 2265/2019 do Conselho Federal de Medicina, “considera-se afirmação de gênero o procedimento terapêutico multidisciplinar para a pessoa que necessita adequar seu corpo à sua identidade de gênero por meio de hormonioterapia e/ou cirurgias”.

Em meio a nossos estudos e elucubrações teóricas a respeito dos casos que atendemos, nos deparamos com a produção textual da psicanalista Paola Mieli sobre o cenário das manipulações corporais de caráter irreversível. A partir de sua experiência clínica no atendimento de sujeitos com questões relativas a intervenções sobre o corpo, Mieli (2002) defende que toda manipulação corporal de natureza irreversível comporta motivações particulares. Como todo gesto que deixa rastro inextinguível, essas intervenções devem ser estudadas no contexto da singularidade da história subjetiva de cada pessoa, levando-se em conta como essa história se desenrola no interior de um universo simbólico específico, de uma determinada cultura, de uma dada sociedade. A partir do que foi colhido em suas observações clínicas, ela evidencia que a intervenção voluntária sobre o corpo se impõe, com frequência, como uma “necessidade”. Trata-se, então, de se interrogar as razões estruturais do que, na esfera subjetiva, apresenta-se como “necessário”. Usualmente, a manipulação irreversível pode excluir um traço físico particular, funcionando como uma tentativa de dar estabilidade a uma forma corporal que oscila (MIELI, 2002).

Nesse enquadre, Mieli chama de *punctum* o lugar do próprio corpo percebido pelo sujeito como algo que provoca embaraço, impedimento, estorvo, que é fonte de mal-estar e de perturbação, a ponto de gerar o intento de se desfazer dele. Dessa maneira, a necessidade de uma manipulação de natureza irreversível sobre o corpo, muitas vezes, pode ter como objetivo transformar – através de cortes, incisões ou manipulações de diferentes tipos – o que é percebido como *punctum* naquilo que Mieli chama de *landmark*. Por meio da manipulação voluntária do corpo, há duas maneiras de constituição do *landmark*: uma é sua inscrição como apagamento de um traço; a outra, como um marco sobre a superfície corporal (MIELI, 2002).

Desse modo, a partir da nossa experiência clínica no atendimento a sujeitos que aspiram ao processo de afirmação de gênero e dos conceitos elaborados por Mieli a respeito das manipulações irreversíveis sobre o corpo, surgiu o interesse de realizar uma pesquisa em psicanálise que nos permitisse avançar na teorização acerca do seguinte problema: quais as possíveis questões psíquicas que se encontram subjacentes à busca de intervenções corporais solicitadas por transexuais? Partindo dessa indagação, a nossa pesquisa teve, como objetivo geral, fazer uma articulação entre a busca por mudanças físicas ansiadas por sujeitos transexuais e as proposições de Mieli sobre as intervenções irreversíveis sobre o corpo, considerando que, nesses sujeitos, o *punctum* corresponderia às frações do corpo que provocam desconforto e constrangimento, enquanto o *landmark* seria resultado das intervenções corporais que possibilitariam um contorno da imagem subjetiva que é percebida como instável e incômoda. Como objetivos específicos, pretendemos: a) apresentar as proposições de Mieli sobre as

manipulações irreversíveis do corpo, tecendo as definições e as bases teórico-clínicas acerca dos conceitos de *punctum* e *landmark*; b) discorrer sobre temas psicanalíticos importantes em torno dos estatutos do corpo, da bissexualidade psíquica, do complexo de Édipo e da sexuação, bem como sobre seus possíveis liames com a transexualidade; c) articular a questão dos pontos corporais provocadores de sofrimento em sujeitos transexuais com o *punctum*, em suas dimensões de embaraço/impedimento de movimento, de perseguição e de traço referente à linhagem familiar; d) articular as intervenções corporais de caráter irreversível demandadas por sujeitos transexuais com a inscrição do *landmark*, como via de criação de marcas simbólicas importantes para conceder estabilidade a uma imagem corporal oscilante.

Para o informe das considerações metodológicas que nos permitiram costurar os caminhos até nossos propósitos, lembramos que, ao promover o ingresso do inconsciente na ciência, Freud o faz de forma transgressora, rompendo com o conceito e com o ideal científicos, construindo os dispositivos de uma ciência inédita. A psicanálise compreende um procedimento de investigação de processos psíquicos inconscientes praticamente inacessíveis por outras vias, em que é impossível segregar o trabalho de pesquisa do processo de tratamento (ASSOUN, 1996). Nesse transcurso, Freud dedicou-se com afinco à elaboração de sua chamada metapsicologia, ou seja, a construção de um arcabouço teórico que fosse capaz de franquear um sustentáculo para as experiências vivenciadas na clínica (TAVARES e HASHIMOTO, 2013). É a metapsicologia que constitui a superestrutura teórica da psicanálise, e também sua identidade epistêmica, legitimando-a nas fontes do saber, permitindo-lhe escapar à monotonia da teoria e nutrindo-a do frescor da experiência clínica (ASSOUN, 1996).

A pesquisa psicanalítica não se ampara em um método padrão, mas sim em alguns princípios norteadores. Ela enceta de uma escuta para, a partir daí, fundar um saber teórico. Se há um método de pesquisa em psicanálise, ele assoma-se como a própria clínica, que se estrutura não em torno de um saber, mas de um não saber (CALAZANS e NEVES, 2010). Assim, ao se falar sobre pesquisa em psicanálise, é imprescindível explicitar que ela vai além do que é produzido e processado no âmbito da cura. Apesar da problemática da ciência, que força a construção de um estatuto sobre a teoria psicanalítica, o que existe é um processamento teórico que está irredutivelmente associado a um saber inconsciente. Cancina (2008) propõe, então, um vínculo entre teoria, prática e clínica, como um nó borromeano. Nessa representação, as três dimensões aparecem como três voltas de corda atadas de forma particular, sem que um penetre o buraco do outro, de tal maneira que, se um se solta, todos se soltam. Tal pensamento baseia-se na utilização que Lacan faz do nó borromeano para escrever o modo como se ligam os registros a que ele se referia desde o início do ensino: real, simbólico e imaginário. Esse nó

permitiria articular os registros da psicanálise, em que, em primeiro lugar, há uma práxis, a do analista com o analisando em que se processam esses dois modos do sujeito, que são o sujeito do inconsciente e o sujeito suposto saber. Tal prática se dá na intimidade do ato onde se exerce esse método que Freud considerou que investiga ao mesmo tempo que cura. É a partir dessa prática que se produzirá não somente a teoria psicanalítica, mas também a clínica psicanalítica.

Cancina (2008) sublinha a afirmação lacaniana de que é fundamental que o psicanalista seja pelo menos dois, aquele que produz os efeitos e aquele que os teoriza para esse fim, e argumenta que isso responde diretamente ao conselho freudiano de que se deve esquecer tudo o que se sabe no início de cada tratamento, o que faz da psicanálise não uma mera aplicação da teoria psicanalítica. Todavia, simultaneamente, há a necessidade de se teorizar sobre os efeitos. Então, a clínica é aquela que cada analista constrói teorizando os efeitos que produz na experiência, na sua prática. É importante salientar que não se tem acesso à prática em si, pois ela é da ordem do real, do inapreensível. Entretanto, é possível acessar a clínica, ou seja, aquilo que o analista teoriza como uma reflexão sobre sua prática. Por isso, coloca-se a prática no campo do real e propõe-se à clínica a teorização de seus efeitos. Assim, pensa-se na correlação da teoria com o imaginário, não porque ela seja propriamente imaginária, mas porque a teoria está sempre produzindo um efeito de fechamento, que é questionado sempre que o analista se depara com algo na prática que exige isso. Dessa forma, é a partir da clínica, dessa teorização dos efeitos, que a teoria vai ser questionada a cada vez. Um aspecto de significativa importância é que o saber próprio da teoria está vinculado ao saber do psicanalista, que por sua vez responde à exigência de reflexão sobre os efeitos na cura (CANCINA, 2008).

Para evitar resvalar no infável sem tender ao dogmatismo, é preciso que o discurso da psicanálise seja capaz de ensinar a si mesmo. A formalização é necessária para salvar a psicanálise de suas origens ocultas e hipnóticas, bem como para distanciá-la e diferenciá-la do saber dogmático. É preciso partir da descoberta, perguntando-se o que há para procurar. No campo do demonstrável e do ensinável, a formalização sempre implica uma redução, que é necessária no nascimento de uma ciência, em uma configuração baseada no princípio da simplicidade. Contudo, o real se distingue, pois ele só pode ser inscrito com um impasse de formalização. É por isso que Lacan acreditava que poderia traçar seu modelo a partir da formalização matemática, pois tal expediente permitiria a elaboração mais avançada do significado, realizada na contramão do sentido (CANCINA, 2008).

Com base nesses princípios metodológicos e com o intento de realizar os objetivos traçados por nosso estudo, a organização da pesquisa foi sistematizada através do estabelecimento das etapas descritas a seguir.

Em um primeiro momento, realizou-se um levantamento bibliográfico na literatura psicanalítica sobre o estatuto do corpo em Freud e Lacan, sobre a relação entre corpo e identificação e sobre o cenário das manipulações corporais de caráter irreversível. Para a discussão acerca do corpo na obra freudiana, foram utilizados principalmente os textos *Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas*, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, *As pulsões e seus destinos*, *Introdução ao narcisismo*, *Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “neurose de angústia”*, *Além do princípio do prazer* e *O Eu e o Isso* de Sigmund Freud, o capítulo *O corpo* do livro *Metapsicologia freudiana: uma introdução* de Paul-Laurent Assoun e citações da obra *A histérica: entre Freud e Lacan* de Monique David-Ménard. As contribuições de Jacques Lacan acerca do tema do corpo foram arroladas através do seu texto *O estádio do espelho como formador da função do eu*, bem como do seminário *O em-corpo do sujeito* de Colette Soler e do livro *Retorno do exílio: o corpo entre a psicanálise e a ciência* organizado por Sonia Alberti e Maria Anita Carneiro Ribeiro. O mapeamento bibliográfico sobre a articulação entre corpo e identificação foi consumado utilizando-se o capítulo *A identificação* do texto *Psicologia das massas e análise do eu* de Freud e os livros *Clínica da identificação* de Clara Cruglak e *Identificação e enlaçamento social* de Maria das Graças Leite Vilella Dias. Para o fechamento do primeiro instante da pesquisa, a fim de abordar a questão das intervenções corporais irreversíveis, usou-se o texto *Sobre as manipulações irreversíveis do corpo* de Paola Mieli. Para uma pormenorização a respeito das definições e dos desdobramentos clínicos dos termos *punctum* e *landmark* apresentados por esse texto, foram usadas as obras *A câmara clara: notas sobre a fotografia* de Roland Barthes e *O seminário, livro 10: A angústia* de Lacan.

Na segunda etapa, foi feito um apanhado teórico sobre a subjetivação da posição sexuada e sua relação com o corpo e, também, sobre como essas duas dimensões podem comparecer na transexualidade, tendo-se, como tópicos-chave, a bissexualidade psíquica, o complexo de Édipo e a sexuação. Para esse momento da revisão bibliográfica, foram utilizados os textos freudianos *Sobre as teorias sexuais das crianças*, *O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais*, *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*, *O Eu e o Isso*, *A dissolução do complexo de Édipo*, *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* e *Feminilidade*, bem como as obras lacanianas *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente* e *O seminário, livro 20: Mais, ainda*. A fim de ampliar essas discussões, utilizamos, ainda, os livros *Édipo* de Teresinha Costa, *Lecciones psicoanalíticas sobre masculino y femenino* de Paul-Laurent Assoun, *Qué quiere decir “hacer”*

el amor? de Gérard Pommier, *O que Lacan dizia das mulheres* de Colete Soler, *Vestígios do gozo* de Marcus do Rio Teixeira, *Transexualidades* de Paulo Roberto Ceccarelli, *Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência* e *Histeria e sexualidade: clínica, estrutura, epidemias* de Marco Antonio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos, assim como textos das coletâneas *Sexuação e identidades* organizado por Antonio Quinet e Sonia Alberti, *Gênero e sexualidade na infância e adolescência: reflexões psicanalíticas* organizado por Rosa Maria Marini Mariotto e *A sexualidade na aurora do século XXI* organizado por Sonia Alberti. Como material complementar para abordar a discussão desses temas na contemporaneidade, foram consultados os textos *Diferença sexual e ontologia* de Alenka Zupančič, *Entre o inconsciente e a cultura: o sujeito* de Antonio Quinet e as respostas de Jean-Claude Maleval, Tania Rivera, Denise Maurano e Alfredo Eidelsztein ao polêmico pronunciamento do filósofo e teórico *queer* Paul B. Preciado, na jornada da *École de la cause Freudienne* em novembro de 2019, em que acusou a psicanálise de se utilizar de um discurso epistemológica e politicamente patriarcal, heterossexual e binário.

Na terceira e última etapa, foi retomada a lógica do *punctum* e do *landmark* indicada por Mieli no texto *Sobre as manipulações irreversíveis do corpo*, para articulá-la ao enquadre da busca por intervenções corporais aspiradas por transexuais. Para arrojar a loquacidade dessa articulação, fizemos uso de obras que tratam das temáticas da inibição e da angústia, como textos dos livros *O objeto da angústia* (organizado por Maria Silvia G. F. Hanah e Neusa Santos Souza), *Seminário angústia-sintoma-inibição* (de Moustapha Safouan) e o seminário de Colete Soler sobre *O seminário, livro 10: A angústia* de Lacan, bem como artigos que erigem debates em torno das marcas corporais e da escrita (elaborados por autores diversos, como Ana Costa, Clarice Medeiros, Rita Manso, Heloísa Caldas, Fabiana Ratti e Ivan Estevão) e sobre a atuação do psicanalista no processo de afirmação de gênero, através de pesquisas lideradas por Rafael Kalaf Cossi e Valéria de Araújo Elias. No decorrer dessa etapa, foram utilizados alguns fragmentos de casos da nossa prática clínica com sujeitos transexuais, com o escopo de salientar os aspectos referentes às elaborações teóricas construídas no percurso da pesquisa.

Baseamos o uso de fragmentos de casos no fato de que, dentre os diferentes recursos para se mostrar os resultados clínicos através de uma formalização, destaca-se a história. Esta é o estudo detalhado de um caso, em que se faz a revisão do passado de alguém, que funciona como um relatório cujos propósitos podem ser tanto probatórios de uma determinada tese em discussão quanto cumprir o objetivo de dar a conhecer novos achados feitos no decorrer de uma cura. Em relação à questão do método a se seguir na escrita de uma história, Freud reconhece as seguintes possibilidades: a) escrever a história do paciente em termos puramente históricos

ou pragmáticos; b) fornecer um histórico médico, ou seja, a história da doença; c) a história do tratamento, ou seja, a história da cura; d) ou uma combinação desses modos de exposição (CANCINA, 2008).

Cancina (2008) considera que há razões pelas quais uma história não pode ser mais do que um fragmento ou fragmentos da história de uma cura. Por motivos inerentes à própria construção do relato, a história nunca pode ser completa e, nesse sentido, muitas dificuldades são encontradas. Por exemplo, Freud diz no caso Dora que há dificuldades técnicas para redigir os relatórios, uma vez que há uma grande quantidade de tratamentos que ele tem que conduzir no dia a dia e dos quais não pode tomar notas durante a própria sessão, pois isso despertaria a desconfiança do paciente e atrapalharia seu recebimento do material. Além disso, confessa que para ele permanece um problema sem solução a forma como deveria estabelecer, para sua comunicação, a história de um tratamento muito longo.

Às adversidades anteriores, acrescenta-se mais uma que Freud aludiu quando se referiu ao dever de discrição, ou seja, tudo o que se enquadra no título de sigilo profissional. Freud também aborda isso no caso Dora, quando se refere ao quão espinhoso pode ser expor ao julgamento público uma parte do material que lhe permitiu obter resultados que revelam questões pertinentes à sexualidade do paciente. Assim, impõem-se necessários cuidados relacionados à preservação da identidade da pessoa de que trata o registro: distância temporal adequada e tudo o que se pode colocar sob a ideia do apagamento de pistas, como nomes, endereços etc. (CANCINA, 2008).

Às dificuldades técnicas do relator no que se refere à coleta, seleção e tratamento do material, deve ser elencada outra dificuldade relacionada às próprias características do objeto de pesquisa: o fato de que não se trata de um objeto, mas sim do sujeito de um discurso. Freud apontava uma dificuldade dos pacientes em conceder uma exposição ordenada de sua biografia em relação à história clínica, mas que isso pode ter considerável importância teórica. Sua descoberta fundamental é precisamente a descoberta do inconsciente e a ação do recalque. Mesmo aquilo que é lembrado sofrerá o efeito do caráter encobridor da lembrança. Existiriam, então, dois tipos de “insinceridade” que ele chama “insinceridade consciente” e “insinceridade inconsciente”, sobre as quais o analista deve estar advertido (CANCINA, 2008, p.62).

Tais considerações a respeito da escrita da história valem também para as outras formas de apresentação de material clínico, como o fragmento e a vinheta. A questão está na maneira como vai se avançar no grau de formalização desses formatos, para que as passagens utilizadas sejam tomadas de tal forma que um único caso adquira status de modelo ou paradigma

(CANCINA, 2008). Para isso, podemos nos apoiar nos casos clínicos freudianos, que inauguraram:

(...) um método de pesquisa no qual o singular do caso permite, por um lado, aprofundar a compreensão do objeto estudado e, por outro, fazer avançar a teoria e reexaminar diversos aspectos teóricos e clínicos. (...) A construção do caso clínico permite a articulação entre teoria e prática e a produção de um saber a partir da prática clínica, implicando a produção de um saber do particular, concernente ao ponto mais singular de cada caso, o que não resulta em uma desconsideração da dimensão geral do saber que o insere em determinada categoria clínica (MARCOS, 2018, p. 102-103).

No entanto, nesse processo, é indispensável a manutenção de constante cautela, pois:

(...) o pesquisador pode se restringir a querer confirmar afirmações teóricas já feitas, oferecendo manifestações clínicas a serviço de testemunhar a própria psicanálise. Nesta situação, longe da função de investigação, o caso torna-se mero exemplo que pode obturar o próprio método, configurando um ato de abandono do mais essencial à psicanálise. Funcionando como resistência do analista à manifestação subjetiva singular, o pesquisador pode operar tentando fazer caber o singular do caso no universal da necessária generalização teórica. (...) A função do caso clínico na pesquisa em psicanálise não é demonstrativa nem exemplar. Mostrando a oposição entre método psicanalítico e método científico, o caso clínico tem por função problematizar a generalização necessária à teoria, explodindo a imaginação de universalidade da teoria, sempre avessa à presença do singular surpreendente implicado no inconsciente (VORCARO, 2018, p. 57-59).

Creemos que estivemos atentos aos preceitos acima inventariados e que foi possível alcançarmos a produção de algum saber acerca das questões engendradas pelo problema edificado por essa pesquisa, possibilitando um avanço nesses temas ainda tão labirínticos e escassamente esquadrihados. Desse modo, a trajetória metodológica traçada por nós resultou na composição de três capítulos, cujos panoramas temáticos encontram-se apresentados abaixo.

O capítulo intitulado *Implicações psíquicas relacionadas a manipulações corporais de caráter irreversível* traz uma sumarização das concepções de corpo para Freud e Lacan, seguida de articulações entre o processo de identificação e a assunção do corpo próprio para o sujeito. A partir desses pressupostos, são introduzidas as considerações elaboradas por Mieli a respeito das manipulações irreversíveis sobre o corpo, apresentando-se os conceitos de *punctum* e *landmark* e pontuando-se as discussões acerca da característica da instabilidade da imagem corporal, da função do traço na estabilização de tal imagem e da ideia argumentada por Mieli de que aquilo que se tenta apagar está associado a um traço que geralmente é sentido e descrito como parental, familiar ou mesmo como um traço étnico. Por fim, são descritos de forma pormenorizada os conceitos de *punctum* e *landmark*, discorrendo-se sobre as bases teóricas e clínicas para a concepção desses termos, bem como sobre aspectos específicos de tais conceitos,

a saber: no que tange ao *punctum*, explana-se sobre o seu caráter persecutório e a sua relação com a inibição e a angústia; e, acerca do *landmark*, discute-se sobre as dimensões de sua inscrição enquanto apagamento e marco, viabilizadas pelas intervenções corporais de caráter irreversível.

O capítulo subsequente, *Posição sexuada e corpo: enodamento entre psique e anatomia*, versa sobre a participação da dimensão corporal no processo de subjetivação da posição sexuada e como isso se revela na transexualidade. Inicialmente, são percorridas as noções de bissexualidade psíquica, complexo de Édipo e sexuação, fazendo-se uma discussão sobre como a instauração da posição sexuada é influenciada pela identificação aos elementos circunstanciais do cenário edípico, como tentativa de o sujeito assegurar para si uma configuração identificatória. Segue-se um debate sobre o fato de tal identificação sexual ser da ordem do semblante, uma vez que o corpo, apesar de funcionar como apoio, compreende algo do registro do real. Assim, sobre esse aspecto, aponta-se que não existe precisamente uma identidade sexual, mas que a possibilidade de o sujeito se posicionar perante a partilha dos sexos é propiciada pela forma como ele lida, em consonância com sua preferência de gozo, com a falta fundamental instalada na diferença anatômica, representada como falta fálica. Levando-se em conta tais apanhados teóricos, faz-se, então, uma discussão acerca do corpo na transexualidade e debate-se sobre possibilidades de posicionamento da psicanálise perante as atuais porfias sobre esse fenômeno.

Em sequência, o capítulo nomeado *Modificações corporais na transexualidade e possíveis articulações com proposições psicanalíticas sobre as manipulações irreversíveis do corpo* constrói uma abordagem teórico-clínica, em que é feita a interlocução entre o contexto dos processos de afirmação de gênero requeridos por transexuais e a lógica do *punctum* e do *landmark*. São trazidos fragmentos da experiência clínica no atendimento a sujeitos transexuais que têm a função de conceder suporte para a elaboração dos resultados da pesquisa. São discutidas as relações entre os aspectos corporais que as pessoas transexuais intentam elidir e a instância do *punctum*, incluindo aquilo que diz respeito às dimensões de perseguição e embaraço/impedimento, e desta com a inibição e a angústia. Ademais, indicam-se situações clínicas onde emerge a questão dos traços corporais que, para além de serem características sexuais de significado socialmente compartilhado acerca dos gêneros, fazem referência a algo pertencente à linhagem familiar. Sucessivamente, são erigidas elaborações sobre o possível efeito de *landmark* provocado pela execução de manipulações de caráter irreversível no processo de afirmação de gênero, como uma forma de inscrição que opera uma estabilização à imagem corporal que antes era percebida como volúvel e fomentadora de sofrimento. Antes de

desembocar nas considerações finais, esse capítulo porta, como arremate, a manifestação de que nossa pesquisa não tem ganas de assumir uma postura petrificada, nem defensiva nem inectiva, a respeito das modificações corporais, mas de sustentar a ideia de se propor um tempo de fala e de escuta, para que o próprio sujeito transexual construa um saber sobre a sua demanda, antes de fazer valer sua escolha. Nesse sentido, argumentamos que a psicanálise pode auferir uma valiosa contribuição.

Posto isso, acreditamos que nossa pesquisa tem sua relevância pautada no fato de que, nos campos teórico e clínico da psicanálise, ainda existem muitas lacunas e dissensos sobre as motivações e sobre os efeitos psíquicos dos procedimentos corporais reclamados por transexuais. Ademais, o psicanalista, ao se ocupar das particularidades de cada sujeito, pode contribuir para trazer à tona a razão subjetiva da demanda apresentada pela pessoa transexual, levando-a a considerar as consequências das intervenções hormonais e cirúrgicas, a irreversibilidade desses procedimentos e as possíveis implicações psíquicas. Consequentemente, os achados da presente pesquisa podem oportunamente auxiliar a guiar o posicionamento e as intervenções de analistas que atendem sujeitos com tais demandas.

Feita a apresentação dos elementos introdutórios, transitaremos, a partir de agora, para um delineamento mais preciso das questões que habitam o cerne do presente trabalho.

2 IMPLICAÇÕES PSÍQUICAS RELACIONADAS A MANIPULAÇÕES CORPORAIS DE CARÁTER IRREVERSÍVEL

Será que Rei Revés, possivelmente de cócoras, entre quatro paredes, recolhe agora cacos de si mesmo? Será que evitaria olhar possível espelho para não ver sua própria estranheza? Para não perceber que estaria se tornando desconhecido de si próprio? Que estaria se fazendo perder aos poucos a própria parecência? Rosto despedaçado? Será que evitaria olhar num possível espelho para não ver-perceber num pot-pourri visual todos os seus eus da vida toda?

(Evandro Affonso Ferreira)

É cada vez mais perceptível como, no transcorrer da história, o corpo se tornou um notável objeto de investigações das mais diversas ordens. Contudo, por muito tempo, a linha de pensamento filosófico tradicionalmente influenciada pelo cartesianismo designou um papel coadjuvante ao corpo, caracterizando-o como um fragmento de matéria, um amontoado de processos mecânicos, exilado em relação ao pensamento. Tais noções foram largamente assimiladas pela ciência em seus mais variados ramos, dentre eles a medicina (POLLO, 2004; COURTINE, 2008).

No findar do século XIX e principalmente com o advento do século XX, entabulou-se uma significativa reformulação a respeito da aceção do corpo. Essa inovação surgiu pioneiramente com a psicanálise, tendo como um expressivo ponto de partida as sagazes observações que Freud realizava durante a demonstração dos corpos de pacientes que o médico francês Jean-Martin Charcot presidia no Hospital Salpêtrière. Tomando a categoria da histeria como base fundamental, Freud dedicou-se com esmero ao trabalho de investigação e decifração do corpo, revelando que, através dele, o inconsciente inegavelmente se manifesta. Tais estudos foram substanciais para evidenciar que, no processo de constituição do sujeito, o plano corporal desempenha um papel crucial. Assim, o discurso psicanalítico proporcionou de forma singular o retorno do corpo desde o exílio ao qual ele havia sido relegado (POLLO, 2004; COURTINE, 2008).

2.1. O corpo nas concepções de Freud e Lacan

Recorrentemente, a psicanálise é requerida pela medicina e por outros campos científicos quando se defrontam com impasses relacionados a manifestações do corpo, sobretudo quando tais dilemas não conseguem ser racionalizados pelos mecanismos biológicos

aos quais o ser humano é muitas vezes reduzido. Diante disso, o inconsciente e o desejo emergem como marcantes dimensões para a abordagem da complexidade do corpo. Quando tais esferas são ignoradas, o sujeito torna-se alvo de um tratamento simplista, em que é visto como um mero organismo (CUKIERT e PRISZKULNI, 2002).

Considerando que o corpo é uma categoria de elevada relevância para desdobramentos teóricos e clínicos no campo psicanalítico, a seguir, será feito um apanhado sobre importantes aspectos que Freud e Lacan elaboraram a respeito desse tema ao longo de suas produções.

2.1.1. Concepções freudianas sobre o corpo

De forma contrastante com muitos de seus contemporâneos, Freud não se aproveitou do corpo para conferir credibilidade ao inconsciente, de tal forma que não se fiou a subterfúgios biológicos para garantir um prestígio científico à psicanálise. Todavia, tal fato não obstaculizou uma contundente abordagem do corpo pela psicanálise. No que tange a aspectos conceituais, Freud não desenvolveu uma teoria precisamente delimitada e unívoca sobre o corpo, uma vez que a esfera corporal, dentro do referencial psicanalítico, encontra-se estreitamente relacionada à dimensão sexual e ao polimorfismo perverso que lhe é inerente (ASSOUN, 1996; FORTES, 2012).

Perpetrando uma ruptura nos conhecimentos instituídos pela medicina, a psicanálise inaugurou um novo saber sobre o corpo. É inquestionável que a formulação freudiana acerca do inconsciente provocou uma irreversível desestabilização sobre o que se pensava, até então, sobre a relação entre o psíquico e o somático. Com a emergência da psicanálise, o fascínio por um corpo que se autorregula e que é portador de um sentido próprio sofre uma impactante fratura, destrinchando veredas que revelam as manifestações da linguagem sobre ele. É pertinente lembrar que Freud jamais desprezou a dimensão biológica do corpo, costumeiramente apontando as interfaces das descobertas psicanalíticas com a biologia. Contudo, para o saber que Freud estava a constituir, o aparato orgânico desempenharia um papel subjacente para os processos psíquicos (ASSOUN, 1996; FORTES, 2012).

Na focalização do estudo freudiano sobre a atenção que um sujeito dispensa a certas coordenadas de seu corpo, é preciso entender que o sujeito não tem uma relação imediata, natural e direta com esse corpo, como supõe erradamente toda a construção que combina duas realidades positivas: o fisiológico e o psíquico. (...) Além disso, é necessário que se coloque que é somente a partir de um certo tipo de simbolização de seu desejo que o sujeito pode perceber o seu corpo (DAVID-MÉNARD, 2000, p. 43-44).

Ainda que não seja possível considerar o corpo propriamente como um conceito psicanalítico, Freud chegou a fazer uso de determinados termos para se referir a dimensões corporais distintas. Sobre isso, pode ser encontrado o termo *Körper* para se referir ao corpo concreto, objeto material e visível, situado no espaço, descrito a partir de certa organização anatômica e relacionado aos processos somáticos. E, em contrapartida, salientou o termo *Leib* para designar o corpo em uma dimensão profunda, que é fonte de excitações internas, marcada por sua manifestação vívida e individual. Essas duas dimensões, mais paradoxais do que complementares, poderiam se encontrar interligadas pelo sintoma, que seria aquilo que goza dos poderes do *Leib* e que modifica o *Körper*, em um processo que a histeria retrata de forma privilegiada. O corpo participaria, então, desse processo não como esfera constituinte do sintoma, mas como uma contingência necessária para sua manifestação (ASSOUN, 1996).

A histeria, através das peculiaridades de suas manifestações clínicas, colocou em xeque a verdade científica da anatomia clínica. Freud (1893/1996), no manuscrito *Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas* desenha interessantes paralelos entre as paralisias motoras de causa orgânica e aquelas encontradas na histeria. Nesse texto, Freud afirma que:

(...) a lesão nas paralisias histéricas deve ser completamente independente da anatomia do sistema nervoso, pois, nas suas paralisias e em outras manifestações, a histeria se comporta como se a anatomia não existisse, ou como se não tivesse conhecimento desta (FREUD, 1983/1996, p.112)

Nas manifestações histéricas, portanto, não existia uma etiologia de base neurológica em questão. O que havia era uma ignorância por parte dos pacientes acerca das compartimentalizações anatômicas e dos trajetos das irradiações nervosas, prevalecendo a representação dos órgãos a partir dos sentidos disseminados no âmbito da vida cotidiana, a partir dos nomes ordinários com que eram designados. Dessa maneira, a paralisia se instalava em decorrência de o membro acometido não se encontrar incluído na cadeia associativa de representabilidade. Vê-se, portanto, a expressão de uma anatomia de caráter fantasístico, com um corpo marcado pelo desejo, mapeado por uma lógica que escapa ao saber científico (FORTES, 2012).

Freud irá mostrar, cada vez mais claramente, que não é possível basear-se em psicanálise, e especialmente na compreensão da histeria, na ideia de um sistema sensorio-motor do corpo, independente da história da simbolização do corpo desejante. (...) Não somos uma consciência organizadora de fenômenos orgânicos. Não podemos conceber nosso corpo como um conjunto de inervações corporais pela boa razão de que ele existe para nós a partir daquilo que deles simbolizamos. Fica claro para onde

esta desordem conduzirá: da onipresença, para um observador fascinado, do corpo histérico, o estudo da motricidade-sensorial atravessada pela linguagem nos levará a dizer que esta exuberância nada mais é do que o lado turbulento de uma ausência da histérica com relação a seu corpo, pois alguma coisa na história de seu corpo não pode se formular a não ser no sintoma (DAVID-MÉNARD, 2000, p. 63).

Freud consignou ao corpo o lugar de uma simbolização através do qual o sintoma vai se manifestar. Contudo, ao mesmo tempo em que o corpo expressa o conflito de origem psíquica ele também o mascara, de tal forma que a reminiscência que foi recalcada encontra-se inscrita no corpo como um traço que evidencia que algo foi dissociado da esfera consciente. Freud vai nominar de “conversão” essa relação ambígua de expressão/mascaramento encontrada na histeria. Nesse processo, a representação que é de caráter inconciliável torna-se neutralizada porque o montante de excitação que é liberado de seu recalçamento é escoado para o nível corporal. O sintoma histérico, fazendo-se presente no corpo através da conversão, desvela a vida sexual do sujeito, impelindo cada um a se questionar sobre o enigma que se encontra por trás da perturbação do seu corpo. Todavia, não é o corpo que fala propriamente através do sintoma; são as representações submetidas ao recalçamento que se pronunciam através das injúrias corporais. Desse modo, os órgãos que compõem o corpo do sujeito sobrevêm como potenciais alvos para a expressão do sintoma, oportunizando uma saída de natureza corporal para processos que são de ordem psíquica (ASSOUN, 1996; MIRANDA, 2004).

Mesmo que não manifeste nenhuma neurose de forma evidente, o sujeito pode ser acometido por uma enfermidade corporal de etiologia orgânica que tem, como consequência, o despertar de um trabalho de formação de sintomas neuróticos. Nesses casos, o sintoma decorrente de um adoecimento orgânico torna-se um representante de fantasias inconscientes que aguardavam a primeira via pela qual pudessem se manifestar. Tais acontecimentos propõem o médico conhecedor do corpo biológico a se defrontar com o corpo abalroado pelo sintoma neurótico. A psicanálise abala a hegemonia de um saber sobre o corpo que se construiu a partir da anatomia clínica e da dissecação de cadáveres. Assim, torna-se possível a emergência de um corpo marcado pelas incógnitas do inconsciente, que se insurge contra teorias e práticas científicas que tentam arrematá-lo enquanto uma entidade capaz de ser ordenada sob a perspectiva de uma totalidade (ASSOUN, 1996; FORTES, 2012).

É interessante ressaltar que as múltiplas partes que constituem o corpo ignoram uma instância que estaria caracterizada por uma unidade global. É nesse contexto de não totalidade que o corpo é encontrado perpassado pela erogeneidade, que emerge de forma dispersa e anárquica nos mais variados pontos da esfera corporal (mucosas, orifícios, pele, bordas etc.). Em sua obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905/2016) descreve a

sexualidade como perverso-polimorfa, que irrompe em inúmeras zonas erógenas de um corpo marcado pela parcialidade, afastando-se da ideia de que a sexualidade estaria reduzida à genitalidade (FORTES, 2012). Conforme Freud:

A satisfação surgiria, antes de tudo, pela adequada excitação sensorial das chamadas zonas erógenas, cuja função provavelmente pode ser exercida por qualquer área da pele e qualquer órgão dos sentidos, provavelmente qualquer órgão, ao passo que existem zonas erógenas por excelência, cuja excitação é garantida, desde o começo, por determinados dispositivos orgânicos (FREUD, 1905/2016, p. 157-158).

Nesse cenário, entra em questão a pulsão, conceito-limite que se situa entre as esferas psíquica e somática, podendo ser caracterizada como o representante psíquico das excitações provenientes da interioridade do corpo. Ao alcançar a psique, a excitação proveniente de um sítio somático engendra uma exigência de trabalho à instância psíquica, em virtude de sua ligação com o corporal. Há, assim, uma conversão da excitação somática em moção psíquica (ASSOUN, 1996).

As bordas do corpo concedem a ele uma consistência, permitindo a construção do circuito da pulsão. Como já mencionado, as zonas erógenas não se limitam à topografia genital e, ao serem atravessadas pela libido, adquirem uma significância de teor sexual. A erotização dos órgãos é viabilizada pela dimensão de parcialidade que o corpo contém, de tal forma que o corpo erógeno apresenta-se de maneira muito mais notável pela valorização das variadas partes do que pela totalidade corporal. Nesse sentido, o termo “prazer de órgão” evidencia essa parcialidade, uma vez que designa a modalidade particular de satisfação das pulsões parciais, que se originam de uma múltipla de zonas corporais, mas que encontram satisfação no próprio lugar de onde emergiu a excitabilidade (FORTES, 2012).

Freud considera que a pulsão se desenvolve conforme momentos lógicos, edificando um estágio preliminar chamado de autoerotismo, uma vez que a tensão pulsional transita em um circuito fechado em que o alvo da pulsão não é nada mais que um retorno cíclico. Assim, percebe-se que, no autoerotismo, o sujeito toma as partes de seu próprio corpo como objetos de investimento libidinal, mesmo sem ter condições de apreender que se trata dele mesmo, já que, nesse momento específico, a distinção entre interioridade e exterioridade ainda não passou por um processo de subjetivação (CUKIERT e PRISZKULNI, 2002; MIRANDA, 2004; MIELI, 2016). Todavia, é necessário que ocorra um novo movimento psíquico para operar a transição do autoerotismo primordial para aquilo que Freud designou de narcisismo (FREUD, 1914/2010).

Foi a partir do mito de Narciso que Freud encontrou referenciais para desdobramentos clínicos sobre a relação entre imagem e corpo, oportunizando a introdução da noção de narcisismo em suas elaborações psicanalíticas. Narciso, com sua beleza incomparável, não havia se envolvido amorosamente com qualquer ser até o instante em que mirou, na superfície aquática de uma fonte, o reflexo de seu próprio corpo, sem a suspeição de que se tratava de sua imagem. Desejando a si mesmo e confundindo o seu corpo com o de um outro, ele é enredado apaixonadamente por aquela imagem fugaz. Instala-se, assim, uma captura imaginária primitiva que o conduz a um desfecho mortal, estabelecendo um terrificante laço entre gozo autoerótico e morte (ASSOUN, 1996).

Freud tece considerações sobre o narcisismo em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), *Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância* (1910), *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia* (1911) e *Totem e tabu* (1913), mas é em *Introdução ao narcisismo* (1914) que ele elabora essa forma de investimento libidinal como algo substancial à subjetividade, que tem íntima ligação com a constituição do eu. Enquanto no autoerotismo o sujeito processa um investimento libidinal dirigido às partes dispersas de seu corpo, no narcisismo as pulsões convergem em uma unidade e se direcionam a uma instância em constituição que acaba por formar o eu. Assim, uma vez constituído, o eu ocupa o lugar de objeto de investimento libidinal. Contudo, nessa operação de prolongamento do autoerotismo, principia-se uma teoria da corporeidade, em que o corpo passa a ser considerado não apenas um objeto, mas também um suporte da função narcísica (ASSOUN, 1996; DIAS, 2009).

Seguindo a trilha freudiana das construções a respeito da noção de corpo, é importante abordar a sua relação com a dimensão do excesso. Já em 1894, Freud escreveu a *Fliess* exprimindo seu interesse pela pesquisa da angústia em pacientes histéricas. Em um dos seus escritos iniciais, *Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “neurose de angústia”*, Freud (1895b/1996) já apontava uma conexão entre a angústia e um acúmulo de excitação manifestado pelo campo somático. No texto, defende que a energia ou o afeto em quantidades excessivas que não obtém sucesso na elaboração pela via do psiquismo acaba sofrendo um deslocamento para o corpo. A neurose de angústia seria, então, decorrente de um desdobramento do excesso de excitação, de natureza sexual, no âmbito corporal, ocorrendo concomitantemente a uma redução de atuação psíquica nos processos sexuais (JUSTO, 2004; FORTES, 2012).

Posteriormente, a noção de excesso adquire novas características em *As pulsões e seus destinos*, a partir da aproximação entre o excesso pulsional e a instância do corpo, uma vez que há um movimento de pressão desde o corpo até o aparelho psíquico. O excesso característico

da pulsão, cuja fonte situa-se no campo do corporal, busca um apaziguamento através de destinos psíquicos. Segundo Freud (1915/2010, p. 54), a pulsão “não atua jamais como uma força momentânea de impacto, mas sempre como uma força constante”. O fato de a pulsão ser caracterizada por uma constância já faz com que o psiquismo se inscreva na categoria do excesso, acarretando a consequência de que a fonte de tensão proveniente do estímulo interno nunca vai ser plenamente traduzida pelo trabalho de simbolização, de tal forma que o sujeito terá sempre que lidar com o excesso pulsional. O psiquismo é incessantemente desassossegado pelo circuito pulsional, sendo propulso ao árduo trabalho de buscar um destino para essa constância das pulsões marcada pelo excesso (FORTES, 2012).

Esse aspecto também será demarcado contundentemente através da noção de pulsão de morte, trazido por Freud (1920/2010) em *Além do princípio do prazer*. Para o desenvolvimento desse conceito, Freud toma como guia a seguinte constatação:

(...) não é correto dizer que o princípio do prazer domina o curso dos processos psíquicos. Se assim fosse, a grande maioria de nossos processos mentais teria de ser acompanhada de prazer ou conduzir ao prazer, quando a experiência geral contradiz essa ilação. O que pode então suceder é que haja na psique uma forte tendência ao princípio do prazer, à qual se opõem determinadas forças ou constelações, de modo que o resultado final nem sempre corresponde à tendência do prazer (FREUD, 1920/2010, p. 164-165).

Nesse sentido, a pulsão de morte estaria associada a algo que se situaria fora da regulação do princípio de prazer, sem a busca por uma constância nos níveis de energia, desvencilhando-se da ideia de autoconservação para situar, então, o psiquismo no campo do excesso. É através da repetição que o excesso se expressa, empuxando o sujeito a atualizar o que não foi possível de ser elaborado na circunstância do trauma. Isso que é da ordem do excedente está referenciado à dimensão do corpo, em que a pulsão de morte encontra-se manifestada através da compulsão à repetição, dotada de quantias brutas de energia, efeitos do traumático. Quando tais quantidades de energia não alcançam caminhos que possibilitem seu trânsito psíquico, a pulsão termina por atingir frontalmente o corpo pela via da descarga direta (FORTES, 2012).

Freud (1923/2011), ao construir a segunda tópica, traz uma precípua elaboração a respeito da relação existente entre o eu e o corpo. Em *O Eu e o Isso*, ele enuncia que o eu é, sobretudo, um eu corporal. Nessa concepção, vê-se atribuída a dimensão de uma corporeidade ao eu, instância que se encontra voltada para a realidade e que, no processo de sua gênese, descola-se do Isso, adquirindo sua própria função no comando da acessibilidade à motilidade corporal. Assim, paralelamente à influência do sistema percepção-consciência, o corpo próprio

opera um imprescindível papel, portando-se como uma superfície que é atingida pela circulação de percepções tanto internas quanto externas. O eu seria, então, oriundo das sensações do corpo, especialmente daquelas que emergem de sua superfície, podendo ser caracterizado como uma projeção mental da superfície corporal, ao mesmo tempo em que representa a superfície do aparelho mental. Contudo, é importante pontuar que o eu não é meramente o resultado de uma experiência corporal, mas também é o próprio evento da emergência do corpo como próprio, uma vez que é como corpo que o eu ascende. É nesse cenário que se pode considerar o eu como basilarmente corporal. O corpo participa de forma essencial da gênese do eu, enquanto o eu é constituído como corpo, não apenas como um ser de superfície, mas sendo ele mesmo a projeção de uma superfície, com aspectos que se relacionam a limite e extensão. O eu-corpo pratica um papel no processo de estabelecimento da relação entre o fora e o dentro, instalando uma operação de autorrepresentação, importante para que o eu possa ter condições subjetivas de se referir a si mesmo enquanto algo que faz limite com o que é da ordem do exterior. Assim, o eu pode ser considerado a subjetivação da superfície corporal (ASSOUN, 1996).

Assoun (1996) diz que, se fosse preciso conceder uma conclusão simbólica acerca da posição que o corpo ocupa ao longo da obra freudiana, abordaria o ponto de junção do inconsciente com o processo civilizador. Ele resgata o assinalamento feito por Freud de que o homem originário tentava apreender o mundo exterior através do auxílio das margens de seu corpo, de suas próprias sensações e relações corporais. Nesse contexto, Freud apresentou um mito com o intuito de evidenciar as matrizes inconscientes contidas no processo de aquisição do fogo. Tal fato é tido como de elevada importância para a inserção do homem na cultura e, para que tenha se tornado bem-sucedido, foi necessário que ele efetuasse a abdicação do hábito de apagar o fogo utilizando-se do ato de urinar. Nesse mito, Freud evidenciou a relação entre corpo e renúncia, em que aquele homem que, pela primeira vez, exerceu um domínio sobre o seu corpo conseguiu poupar o fogo, operando uma renúncia pulsional. Ao abrandar as chamadas de sua própria excitação sexual, o homem pôde obter e domesticar o fogo. Nesse momento, o corpo da pulsão revela-se marcado pela renúncia, sítio de enlace e desenlace da pulsão e do desejo, lugar atravessado pelas consequências da passagem à linguagem e à cultura.

Ao fim dessas considerações, é possível averiguar que não existe uma cabal teoria urdida por Freud acerca do corpo. Sem embargo, o corpo ocupa lugar central desde os momentos cruciais para a construção do saber psicanalítico, concedendo campo propício para o desenvolvimento de importantes conceituações no decorrer de todo o trabalho teórico e clínico de Freud. Mesmo que o corpo não tenha sido propriamente conceituado em termos metapsicológicos, ele opera como um fundo que é tocado pela investigação dos processos

psíquicos em momentos fundamentais, como foi possível observar, por exemplo, nas construções a respeito dos registros pulsional e narcísico (ASSOUN, 1996; FORTES, 2012).

2.1.2. Concepções lacanianas sobre o corpo

Ao esquadrihar as contribuições de Lacan acerca da categoria do corpo na psicanálise, percebe-se que não houve uma teorização precisa sobre a corporeidade. Contudo, desde os momentos iniciais de seu percurso psicanalítico, ele se reportou recorrentemente à questão do corpo, buscando encadeá-lo a definições e formulações que empreendeu no decorrer de seu ensino. A partir da proposta de releitura da obra de freudiana, Lacan resgata a verve revolucionária do olhar psicanalítico sobre o corpo ao romper com aquilo que prediz o saber médico. Desse modo, a psicanálise aborda o corpo através da palavra, intervindo sobre o inconsciente e considerando os aspectos da história do sujeito. Atravessado pela fala, o corpo sofre efeitos que evidenciam o quão complexo é seu entrelaçamento com a palavra. Se é possível que a psicanálise tenha uma eficácia, é devido ao fato de a palavra implicar ressonâncias significativas sobre o corpo (CUKIERT e PRISZKULNI, 2002).

Segundo Lacan, o corpo a ser considerado pela psicanálise é aquele em que se valoriza o seu aspecto vivo, singular, erógeno, marcado pelo significante, emparelhado ao gozo através da libido, corpo de desejo. Todas essas dimensões oferecem relevantes questões para repensar a problemática do corpo no discurso psicanalítico, sob a perspectiva da linguagem. O primeiro corpo, na verdade, é a própria linguagem. Se o sujeito pode dizer que ele tem um corpo, isso já é um desdobramento decorrente dos recursos que a linguagem lhe oferece. Entretanto, é também devido ao fato de o corpo ser habitado pela linguagem que o sujeito se defronta com a impossibilidade de dizer com plenitude “eu sou”, uma vez que é atravessado por uma falta inexorável (VALAS, 1988; CUKIERT e PRISZKULNI, 2002; MIRANDA, 2004).

Torna-se evidente que, seguindo o movimento de Freud, o corpo ao qual Lacan se reporta não é o da acepção biológica, sendo abordado como um organismo que passará por um processo de constituição subjetiva a partir da incorporação da estrutura da linguagem. Assim, segundo Lacan, o corpo pode ser pensado a partir da concepção dos três registros fundamentais: real (corpo-gozo), simbólico (corpo-fala) e imaginário (corpo-imagem), cujo enodamento se desmantela com a morte (VALAS, 1988; GRECO, 2011).

A seguir, apresentaremos algumas notas acerca da correlação entre o corpo e os três registros instituídos por Lacan.

2.1.2.1. O corpo e os registros psíquicos segundo as contribuições de Lacan

Lacan considerou de forma significativa as concepções freudianas de corpo erógeno e pulsional, mas trouxe uma inovação ao desenvolver a noção de corpo vinculado ao gozo, proveniente do efeito do significante incorporado pelo sujeito a partir daquilo que foi concedido pelo Outro. Dessa forma, o corpo intimamente envolvido com o gozo estaria relacionado ao registro do real. Seria, então, a carne viva impregnada pela pulsação de gozo, pura energia psíquica em que a estrutura orgânica não seria nada mais que uma caixa de ressonância (VALAS, 1988; CUKIERT e PRISZKULNI, 2002; STERNICK, 2010). Conforme Soler (2019, p. 318), “marcado em sua superfície, o corpo é mais essencialmente afetado em seu gozo. (...) Não é o sujeito que o significante afeta. O significante apenas representa o sujeito – não sem consequências –, mas é o corpo que ele afeta”. Identifica-se o corpo que goza tanto na vivência de satisfação quanto no ponto de encontro com a dimensão traumática do sexo. São essas experiências que instituem as modalidades de gozo, uma vez que são derivados de uma experiência corporal. Na primeira situação, evidencia-se o gozo em uma experiência única de prazer, que engendra subsequentemente uma incessante busca de objetos que possam proporcionar outra vez aquele prazer outrora sentido. Na segunda situação, a criança tem o corpo acometido por uma imensa carga de excitação decorrente da confrontação com uma cena sexual para a qual não tinha recursos psíquicos de elaborar. Assim, a tal cena não toma, de pronto, a proporção que assume posteriormente, quando é reatualizada a partir de outra vivência que a redimensiona enquanto trauma (STERNICK, 2010).

O corpo real, sinônimo de gozo, é repleto de nuances. Dentre elas, são intrigantes duas questões apontadas por Lacan: quando ele define o corpo enquanto deserto de gozo e quando afirma que, para gozar, é preciso ter um corpo. Segundo Soler (2019), a primeira expressão refere-se ao corpo rotulado como máquina, concepção muito disseminada a partir do século XVII. Haveria, assim, um corpo cuja subjetividade foi submetida a um processo de apagamento. Nesse sentido, as cirurgias estéticas executadas em demasia, o uso de órgãos artificiais, como próteses de silicones, tornam o corpo desvitalizado, subjugado a um discurso que o trata como reles mecanismo. Contudo, mesmo em um corpo deserto de gozo, este pode se encontrar fixado nos furos corporais, nas zonas erógenas (que, sob a denominação freudiana, podem ser relacionadas às pulsões parciais). Dessa forma, o gozo não pode ser dito a não ser como periférico, fragmentário e localizado em bordas corporais (STERNICK, 2010; SOLER, 2019).

Para que um sujeito possa gozar através do corpo, é necessário apropriar-se dele através da linguagem. Nesse enquadre, evidencia-se a segunda expressão citada anteriormente, que

aponta para o fato de o gozo não ser possível sem que exista uma referência ao corpo. Essa articulação está relacionada com a entrada do sujeito na linguagem, que acarreta uma consequente extração de gozo efetuada pela intrusão significante. Como resultante, constitui-se o corpo, designado por Lacan como “leito do Outro”, uma vez que ele encontra-se submetido às vicissitudes do campo do Outro, afetado pelo significante de forma radical. Dentre os efeitos que o significante causa sobre o corpo, destaca-se a produção de uma mortificação. Todavia, ao mesmo tempo em que o significante mata o gozo, também o produz. O significante, estando associado à incidência de gozo sobre o corpo, não pode ser definido sem o gozo, que tampouco pode ser definido sem o significante. É nessa relação de continuidade que o significante acaba por determinar o regime do gozo do ser falante. Ao introduzir a noção de corpo em seu ensino, Lacan concomitantemente também aponta o gozo existente na fala. Ao assinalar que o ser falante goza quando fala, evidencia que o significante anula e sustenta o gozo, não somente no que diz respeito ao seu próprio corpo, mas também no que tange ao corpo do Outro (INEM, 2004; QUINET, 2004; MILLER, 2015).

Já da perspectiva do registro do simbólico, o corpo é aquele designado pela relação que se estabelece com a fala e com a linguagem. Lacan, ao sublinhar o caráter simbólico da linguagem, reserva um lugar de destaque para o corpo na sua concepção de esquema mental, afirmando que o discurso operante na pesquisa psicanalítica não se dá apenas através do verbo, mas também pelo corpo. Assim, a partir de sua premissa acerca do primado da linguagem, Lacan desenvolve a ideia do corpo marcado pelo simbólico, distanciando-o do aspecto funcional do organismo vivo e enfatizando que suas diversas partes encontram-se submetidas à ordem significante. Em um período que precede o nascimento da criança, o simbólico já encontra-se operante no discurso e nas expectativas dos contextos familiar e social (CUKIERT e PRISZKULNI, 2002). Conforme Soler:

É que existe o Outro corpo, o verdadeiro, o primeiro, aquele que lhes dá corpo, e este outro corpo é a linguagem. (...) A tese é, portanto, que é o corpo do simbólico, corpo incorpóreo, que, ao se incorporar, dá a vocês um corpo. Ele o faz num duplo sentido: ele o atribui a vocês, porém, mais essencialmente, ele o fabrica para vocês. (...) É a linguagem que faz você dizer que o corpo é “um”, e que ele é seu. Certamente, há a coesão do organismo, que parece ser primeira, embora seja redobrada pelo “um” do significante (SOLER, 2019, p. 314-315).

As investidas de ordem significante enunciadas por todos aqueles que se situam no lugar do grande Outro para o sujeito acabam por constituir as características de seu suporte corporal. Assim, esse corpo impregnado de significantes é um corpo histórico estruturado a partir de um amontoado de ditos provenientes do Outro do simbólico. Conseqüentemente, o corpo humano

deixa o estado de carne que, marcado e mortificado pelo significante, ascende à condição de corpo falante. Na circunstância em que a fala provoca efeitos em um sujeito, efetua-se o que Lacan denominou de “dom de linguagem”, evidenciando que a linguagem tem um corpo que, apesar de sutil, é corpo. Enunciando uma charada, Lacan questiona o que seria algo que tem corpo e não existe. Eis a resposta: é o Outro, cujo corpo simbólico é constituído de linguagem. Dessa maneira, só quem tem acesso à linguagem, vestindo-se da roupagem de significantes, possui um corpo. Sendo incorporado ao simbólico e operando como suporte de significantes, o corpo funciona como o suporte do sujeito, sustentando a relação deste com o Outro. O processo de análise revela que os significantes ordenam-se de forma encadeada com metáforas e metonímias que constituem a história de cada sujeito, com suas marcas no corpo (QUINET, 2004; STERNICK, 2010).

A linguagem é necessária para destacar o corpo enquanto um fato. Embora o sujeito imagine que recebeu o seu corpo de nascimento, Lacan defende a ideia de que o corpo só é fato por ser dito, ao ser articulado à linguagem, admitido no simbólico como significante, recebendo deste o traço que permitirá distingui-lo. A partir do instante em que o corpo recebe uma nomeação do simbólico, designado através de um significante, o corpo torna-se, ele próprio, um significante (SOLER, 2019).

Por sua vez, as construções acerca do corpo, sob o ponto de vista do registro do imaginário, remetem aos primeiros momentos da teoria lacaniana e ao processo de formação da imagem do corpo próprio tendo, como base, o outro (CUKIERT e PRISZKULNI, 2002). O registro imaginário é o que confere forma e consistência de corpo ao vivente e que constantemente impõe-se de tal maneira que o sujeito passa por uma imensa dificuldade para se desvencilhar da imagem, pois ela provoca um efeito de fascinação. Nesse enquadre, o corpo sempre representa o mundo como imaginário (VALAS, 1988; ALBERTI, 2004).

Lacan, no início de seu ensino, aborda a questão da fragmentação do corpo e a associa à imaturidade biológica. Assim, é a vinculação da imagem inconsciente do corpo com o seu reflexo obtido no espelho que concede a ele sua forma imaginária e sua consistência. De forma mais elaborada, a relevância da imagem do corpo próprio na formação do eu encontra-se evidenciada pela via da constituição do registro do imaginário e pelo esquema conceitual designado por Lacan como estágio do espelho (VALAS, 1988; CUKIERT e PRISZKULNI, 2002).

O estágio do espelho é caracterizado como um modelo que perpassa a vida do sujeito de forma vasta, indicando a relação libidinal primordial com a imagem do corpo e representando a faceta conflituosa presente na relação dual. Ao admitir uma imagem para si, o

sujeito passa por uma transformação que implica a constituição do eu e da matriz simbólica, fundamentada pelo papel que a imagem detém (GRECO, 2011). No texto *O estádio do espelho como formador da função do eu*, Lacan (1949/1998) assinala que a apreensão do corpo antecede a finalização da maturação neurológica do organismo. Dessa forma, o instante inicial da estruturação do sujeito – momento pré-especular – é marcado pela presença de fantasias de corpo fragmentado, decorrentes dessa prematuridade neurofisiológica. Nesse ponto, ainda não existe uma precisa diferenciação entre a criança e o espaço exterior. Assim, através do estádio do espelho, o sujeito pode antecipar para si uma noção de unidade a partir da imagem do corpo próprio visualizada no espelho, alienando-se virtualmente a ela. Desse modo, a consciência de uma totalidade do corpo empreende-se através dessa constituição de ordem subjetiva, e não por uma via biológica (GRECO, 2011; SCHULZ e RUSCHEL, 2017). Segundo Lacan:

(...) o estádio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental (LACAN, 1949/1998, p. 97).

A visão do corpo inteiro no espelho, pela primeira vez, desencadeia na criança manifestações de regozijo, e ela direciona seu olhar para o adulto, em busca de uma confirmação do que mira no espelho, através daquilo que o olhar do outro envia de volta (GRECO, 2011). A criança se volta para o adulto “[...] como que para invocar seu assentimento, e depois retorna à imagem; ela parece pedir a quem a carrega, e que representa aqui o grande Outro, que ratifique o valor dessa imagem” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 41). A identificação com a imagem do corpo depende, assim, de que a criança tenha um lugar no grande Outro, que antecipa nela um sujeito e lhe dá um signo de reconhecimento (SCHULZ e RUSCHEL, 2017).

Consoante Lacan (1953-1954/1986), o sujeito, ao se deparar com a imagem total do seu corpo, adquire sobre ele um domínio imaginário de tal maneira que a imagem refletida no espelho lhe concede a possibilidade de iniciar um processo de diferenciação entre aquilo que é da esfera do eu daquilo que não é. A constituição da imagem corporal se imiscui, assim, com a emergência do eu, a partir da experiência do espelho. Simultaneamente, essa imagem refletida especularmente é apreendida como objeto, no contexto da inauguração da relação com o Outro. Através dessa miragem de totalidade, é possível a conformação de uma aparato corporal que precede o amadurecimento biológico (GRECO, 2011).

O estágio do espelho oferece vias para se pensar o processo precursor da dialética da alienação do sujeito no eu. O sujeito não é capaz de apreender a si mesmo, a não ser sob a forma do seu eu, intimamente dependente do outro especular, que vai servir como base para a constituição de sua identidade. A criança identifica-se a essa imagem no espelho que lhe confere um contorno corporal, mas que também a aliena, fazendo dela um outro que não ela mesma. O sujeito queda-se cativado por esse outro, uma vez que ele lhe antecipa a representação de uma imagem unitária, conforme o que é visualizado através do espelho. A partir desse contexto, percebe-se que, associadamente ao reconhecimento de si próprio no espelho, a criança apresenta uma atitude peculiar para com os seus semelhantes. Quando uma criança encontra-se na presença de outra, ela a submete a uma curiosa observação, muitas vezes imitando o seu gestual. Ocorre, assim, uma captação através da imagem do outro que viabiliza a emergência da ambivalência e da agressividade estruturais do sujeito, que necessita obter e demarcar seu espaço em relação a esse outro, para que não seja liquidado. Em meio às várias dimensões que formam esse processo, em que o surgimento do eu é influenciado pela imagem do espelho em sua forma invertida, salienta-se um fenômeno chamado de transativismo, que se trata de uma espécie de confusão entre a percepção da imagem de si e a do semelhante. Como exemplo disso, observa-se a criança que agride uma outra, mas que alega que ela própria foi agredida (LACAN, 1953-1954/1986; GRECO, 2011; SCHULZ e RUSCHEL, 2017).

Como é possível perceber, a relação que o sujeito mantém consigo mesmo e com os outros contém peremptórias mediações do registro imaginário. Todavia, a partir do surgimento do Outro, como o representante de uma alteridade remetida ao campo simbólico e à linguagem, há uma convocação do sujeito a se engajar em suas ordenações significantes, como via de estruturar uma representação daquilo que é apresentado pela imagem. Conforme Lacan, o Outro atua como um “escudo narcísico” que separa o sujeito – enquanto ser de imagens e símbolos – daquilo que é da ordem do real, ao mesmo tempo em que também institui nele o “seu pequeno outro”. A presença do Outro registra marcas inextinguíveis no sujeito pela via do significante, inserindo-o no discurso como forma de lhe conceder consistência. Através do Outro, o sujeito vivencia um encontro com sua própria imagem, mas também é através dele que se torna possível a sua separação da estrutura imagética (GRECO, 2011).

Ao fim do estágio do espelho, presume-se que a criança tem condições de apreender a imagem do seu corpo enquanto um estrutura uniforme, e essa construção é essencial para o processo de constituição do eu. É certo que a imagem vista pelo sujeito no espelho é um esboço primitivo daquilo que será o seu eu. Nesse ponto das contribuições de Lacan, a dimensão imaginária do corpo revela-se como a própria matriz fundante do sujeito, corroborando o

significativo valor da imagem na causalidade psíquica. Todavia, como já foi possível evidenciar, o conceito de eu e de corpo se expandem ao longo do ensino de Lacan, ultrapassando a marcação do estágio do espelho e associando-se, também, aos registros simbólico e real (CUKIERT e PRISZKULNI, 2002; STERNICK, 2010).

Em meio a variados aspectos que compõem o estágio do espelho, destacaremos um ponto essencial para o desenrolar dessa pesquisa. Foi possível assinalar que é a inédita experiência de reconhecimento da criança acerca de sua totalidade através do espelho que proporciona uma antecipação imaginária de um corpo unificado. Se isso acontece, é pela via de uma identificação primordial do sujeito com a imagem, que permite que a criança faça a travessia de um momento caracterizado pela percepção de um corpo disforme e fragmentado para a direção de uma constituição subjetiva em que se adquire a noção imaginária de uma forma total de corpo (CUKIERT e PRISZKULNI, 2002). Será esse aspecto que envolve a constituição do corpo e a identificação que será abordado na seção seguinte.

2.2. Corpo e identificação

No contexto do estágio do espelho, Lacan sinaliza que a imagem corporal detém uma relevante função na constituição do sujeito, função essa que é efetivada como uma identificação, a partir da transformação provocada no sujeito a partir do instante em que ele assume uma imagem (CUKIERT e PRISZKULNI, 2002). Conforme Lacan:

Basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem (...). A assunção jubilatória de sua imagem especular, por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem no estágio de *infans*, parecer-nos-á, pois, manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o eu [je] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (LACAN, 1949/1998, p. 97).

Sobre a identificação, Freud (1921/2011) a designa, em *Psicologia das massas e análise do eu*, como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa, sendo algo de elevada importância para a fundação do sujeito, bem como para a constituição das diferentes instâncias do aparelho psíquico. Devido a uma incompletude inerente à origem do sujeito, ele encontra-se vaticinado a incontáveis possibilidades de identificação. O recém-nascido, marcado por um estado de fragilidade, desamparo e dependência absoluta, carece de autonomia motora

para buscar alimento e é incapaz de simbolizar seu corpo como unidade. Dessa maneira, situa-se em uma posição de passividade diante do discurso e do desejo do Outro, enredado em um jogo de identificações (DIAS, 2009; STARNINO, 2016). Desde o âmbito familiar, e ulteriormente em um contexto cultural mais amplo, os ideais identitários são imperativamente lançados ao sujeito que se encontra em seu laborioso processo de constituição. Prontamente, a ele também é designado um nome, ao qual passa a responder. Assim, tomando como ponto de partida essas indicações idealizadas de referenciais identitários, o sujeito enceta um movimento de delineamento do seu desejo. Nesse ponto em que o sujeito é inserido na cultura, estabelecem-se laços identitários dinamicamente complexos, evocando a problemática da identificação (STARNINO, 2016).

Embora aborde a temática da identificação de forma diversa no decorrer de sua obra, é, no capítulo VII do referido texto *Psicologia das massas e análise do eu*, que Freud (1921/2011) sistematiza sua teorização acerca do tema, estabelecendo três possíveis fontes de identificação: a) a identificação ao pai da horda primeva, tomado como ideal; b) a identificação ao traço único da pessoa amada ou odiada, que se dá de forma regressiva; c) a identificação a partir do desejo comum partilhado com outra pessoa (DIAS, 2009). Por sua vez, Lacan (1961-1962/2003) tende a definir, em seu seminário *A identificação*, a estrutura isomórfica existente entre essas três fontes de identificação, sintetizando-as em apenas uma forma: a identificação ao traço único, lavrada por ele de identificação ao traço unário. Essa via de identificação seria aquela basilar, que permitiria o desdobramento nas outras duas formas, uma vez que ambas são efeitos do significante (DIAS, 2009).

Nessa vertente traçada a respeito do traço unário, Lacan pontua que o importante na identificação é propriamente a relação do sujeito com o significante, sendo a identificação um processo de caráter significativo. Lacan também faz questão de ressaltar que o Outro é a instância que veicula a identificação, uma vez que a narrativa identitária do sujeito é construída tendo como base as relações estabelecidas com o Outro. Instaura-se, então, uma alienação do sujeito à cadeia significativa, ao Outro. Conquanto o Outro seja fundamentalmente a perspectiva para onde aponta a identificação e o que contribui para aquilo que se pode nominar de identidade, torna-se extremamente problemático pensar na ideia de um sujeito “idêntico a si mesmo”. Para a psicanálise, o sujeito é efeito da cadeia de significantes, e a sua identidade só pode ser apreendida a partir do que ele é capaz de narrar a respeito dessa implicação. É preciso frisar também que, ao falarmos em sujeito e identidade em psicanálise, estamos falando em divisão. As implicações teóricas do discurso psicanalítico discordam enfaticamente de pressuposições que tentam definir o sujeito como um indivíduo totalmente autônomo, regido

pela lógica do pensamento e da consciência, em que a identidade estaria sintetizada no eu. Para se deparar com as marcas que revelam algo da identificação de um sujeito, é necessário perseguir um trajeto de investigação que mire o que está para além de comportamentos, visando alcançar a trama pulsional que se encontra subjacente, bem como os seus destinos identificatórios. Assim, considerando que aquilo que comporta a identidade de um sujeito é o que está sustentado pelo arcabouço significante, a identificação é o processo através do qual um sujeito obtém, sustenta e admite para si um traço que, primariamente, pertencera ao Outro (STARNINO, 2016).

Lacan (1962-1963/2005) assevera que a emergência de um sujeito ocorre quando da inserção do significante mais elementar, daquele traço mais fundamental contido no que se define como traço unário. Este elemento é o que ordena a série de identificações, formando a cadeia significante a partir da diferença. Pode ser considerado o formato mais rudimentar do significante, um elemento estruturante e não concebido, portanto, como primário ou secundário, mas como originário, firmando a identidade do significante consigo mesmo. O traço unário é o que permite que os significantes sejam acolhidos no vazio de sua diferença radical e que atuem conjuntamente na estruturação daquilo que se revela numa cadeia significante (CRUGLAK, 2001; STARNINO, 2016).

No que tange à interface entre o traço unário e a constituição do corpo, é válido discorrer mais especificamente sobre a fonte mítica de identificação. Essa forma de identificação, nomeada também de incorporação e designada como primária, oferece a impressão de que ela ocorreria em um tempo primordial, momento relacionado à origem. Contudo, ao se tentar caracterizá-la dessa maneira, esbarra-se em algo fugidio, impossível de se nomear, uma vez que, a respeito desse momento inaugural de constituição da estrutura, algo escapa à possibilidade do dizer. Evidencia-se, assim, a irremediável marca do real na estrutura da linguagem, que transpassa a história do sujeito em uma realidade cuja temporalidade é impossível de se precisar (CRUGLAK, 2001).

A dificuldade em se caracterizar rigorosamente o momento em que essa identificação se dá advém do fato de ela não ser passível de observação empírica, uma vez que é uma construção lógica, situada na identificação ao pai da horda primeva, daí também vir a ser conhecida como identificação canibalesca ou identificação a um ideal. É no texto *Totem e tabu* que Freud (1913/2012) apresenta o mito do pai da horda primeva, derivando daí o protótipo corporal presente nesse módulo de identificação, uma vez que se estabelece através de um processo de incorporação. No mito descrito por Freud, os irmãos agruparam-se e assassinaram o pai detentor das fêmeas, devorando-o em seguida, incorporando sua carne e seu sangue, identificando-se

com ele. No ato de devoração, que se realiza por via oral, pôr algo para dentro atua sobre o corpo de maneira tal que, como efeito desse ato, obtêm-se as propriedades e os atributos daquilo que se devora. Todavia, o que se incorpora por via oral não é o corpo material, mas um fragmento da força do pai, ou seja, é algo da ordem do ser do outro, da essência ausente do corpo. Nesse contexto de incorporação a partir da devoração, além dos irmãos incorporarem pedaços do corpo paterno, também assimilam e introjetam a linguagem, o desejo e o ideal. Assim, esse corpo-matéria revela algo da estrutura que se sustenta em algo incorpóreo. Tendo como referência a fase oral primitiva, onde a atividade sexual está associada à atividade de ingestão, a incorporação decorrente do canibalismo funciona como protótipo corporal da identificação, como uma tentativa de assegurar uma identificação ao ideal. Anterior a toda relação de objeto, esta primeira identificação que se instaura é com o pai da pré-história pessoal (CRUGLAK, 2001; DIAS, 2009).

Nesse processo, ocorrem o surgimento do símbolo do totem e a instauração da lei no lugar do pai, havendo a conversão do pai morto em pai simbólico. Desse modo, é através da simbolização da morte que se funda o corpo simbólico. Ao mesmo tempo, constitui-se também o corpo do imaginário, como sustentação material da incorporação dessa essência ausente do corpo do real, enquanto o simbólico faz a sustentação por uma operação nomeada por Lacan de “função incorpórea”. Efetuando-se no limite dos corpos, essa operação desempenhada pelo simbólico suporta a inscrição da marca, estabelecendo a condição de possibilidades necessárias para o surgimento do sujeito. Nessa primeira identificação, o que se ingere desse corpo da comida totêmica se revela como o mais inapreensível dele, assinalando a essência ausente desse corpo, como já foi dito. Todavia, o fato de dizer que se trata daquilo que é o mais inapreensível desse corpo não significa que é inexistente aquilo que existe separadamente dele. O fragmento de força do pai, indicado por Freud, corresponde a essa substância ausente do corpo, forma limitante que o faz a cada vez existir e não existir. No seminário R.S.I., Lacan (1974-1975) revela que aquilo se incorpora como falta de corpo é a falta radical do Outro no real, onde o simbólico toma corpo. A incorporação do lugar vazio institui uma função radical: dar nome, que é a função radical do Nome-do-Pai (CRUGLAK, 2001).

É a inscrição de uma marca significativa o que vai provocar a distinção entre o corpo animal e aquilo que é denotado como corpo próprio. Tal processo depende cabalmente do Outro, uma vez que é em seu campo que o significante está alocado. É do Outro que dependem também os destinos da inscrição e o movimento inicial através do qual a marca poderá ordenar-se em uma cadeia significativa para poder operar como marca própria ou não. Esse movimento implica a função do nome próprio e a possibilidade que terá o sujeito de aceder a seu próprio corpo a

partir da identificação. Como foi visto, no tempo da identificação primordial, obtém-se a função radical do Nome-do-Pai, isto é, a função de dar nome às coisas. Assim, percebe-se que a função nomeante tem lugar fundamental desde o início. Dessa maneira, será possível ter um corpo de modo muito singular, uma vez que a função que o sustenta implica o efeito do nome próprio. Advindo da esfera do Outro, o nome próprio é aquele que fica para sempre intraduzível de uma língua a outra, sendo mantida, inclusive, sua estrutura sonora. Mas é necessário que uma voz lhe dê sonoridade, a fim de que seja fonetizado, conferindo-lhe a condição de intraduzível. A voz que nomeia ressoa no vazio interior do Outro, obtendo sustentação na função de fonação que é a que transmite essa função própria do nome. Vale ressaltar que a dimensão mais própria do nome próprio é alheia ao sujeito, já que se encontra em um ponto recôndito do enlace entre o som e a letra. Como há uma ligação do nome próprio com a escrita, o som fica suturado pelo traço da ortografia que o escreve. O nome próprio comporta, do modo mais manifesto e eficaz, esse traço que faz de sua fonetização o ato fundador do nome, em sua função de designação, que deixa velado algo essencial em sua estrutura (CRUGLAK, 2001).

Observa-se, assim, que a identificação e os desdobramentos que envolvem a função do nome próprio desempenham uma operação importante na efetuação do sujeito, uma vez que ele depende absolutamente do significante que está, a princípio, no campo do Outro. O surgimento do ser vivente (e do corpo animal que ele inicialmente porta) convoca a nomeação por parte do Outro, uma vez que o sujeito não consegue se ver em sua forma senão por intermédio do Outro da linguagem. O corpo, ao ser admitido no campo simbólico, torna-se ele mesmo um significante, o que acarreta sua ordenação e inserção numa série significante, ao mesmo tempo em que recebe a marca do Um do significante (CRUGLAK, 2001; SOLER, 2019).

2.3. A oscilação da imagem e a função do traço em sua estabilização

A partir do que discutimos até o momento, é possível apreender que a assunção do corpo para o sujeito não ocorre naturalmente, sendo os seus contornos delimitados a partir da relação com o semelhante, em experiências primitivas de prazer e desprazer, intermediadas pela linguagem. Esta vai operar como uma trama significante que envolve o organismo, humanizando a carne e demovendo o sujeito em constituição do total desamparo original e do despedaçamento, promovendo-o da existência real à dimensão simbólica (SOUZA e KOSOVSKI, 2018).

Assim, a imagem subjetiva do corpo só é capaz de ser constituída a partir de uma relação que se estabelece com o Outro. A princípio, geralmente é a mãe quem ocupa esse lugar para o

bebê, desempenhando a função de porta-voz de um discurso que, desde o nascimento, prenuncia, comenta, embala, alenta e significa a pluralidade de expressões manifestadas pelo filho. Essa interação com o bebê permite que a mãe circunscreva-o em um lugar social, outorgando-lhe uma identidade. Ademais, ela inocula a sexualidade na criança, instala o desejo e ainda obtém um certo gozo na relação com o filho, sendo responsável pelo delineamento do mapa da sexualidade infantil. Esse mapeamento escrito pela letra permite estabilizar um narcisismo essencial à sobrevivência. Por sua vez, a sedimentação do traço comporta a função de desenhar a forma do corpo (MIELI, 2002).

Primitivamente, o corpo é percebido como fragmentado e desarticulado, até que o processo de identificação definido pela fase do espelho permite a construção de uma unidade corporal. Assim, a imagem do corpo obtida pelo sujeito advém de fora, uma vez que o ser humano assume como própria a imagem da forma do outro. O processo de constituição do eu, sustentado pela função cativante da imagem, funda a identificação em uma alienação fundamental (MIELI, 2002; DIAS, 2009).

É relevante destacar que esse processo de constituição da imagem do corpo próprio não se encerra definitivamente em um determinado momento e nem resulta em uma formatação perfeitamente ajustada. Trata-se de um processo que se perpetua ao longo de toda a vida do sujeito, acompanhando as vicissitudes do real do corpo, em ininterrupta transformação, em que estará sempre à procura de uma imagem que confirme a sua, uma vez que seu acabamento é demasiadamente malfeito (MIELI, 2002). Imagem e identificação remetem ao registro do imaginário que, segundo Lacan, é também registro do engodo. O estágio do espelho evidencia a ambiguidade dessa tensão erótica e agressiva que está presente na formação do eu e na relação dual, fazendo com que Lacan diga que todo equilíbrio puramente imaginário com o outro está sempre condenado por uma instabilidade fundamental (CUKIERT e PRISZKULNI, 2002).

A instabilidade é uma característica atinente à imagem de si próprio. Tal oscilação é decorrente da alienação específica do processo de identificação, que acarreta a oscilação entre o sujeito e o outro, própria ao transitivismo que opera na constituição do eu. Contudo, a presença dessa oscilação implica uma ameaça à integridade do sujeito, levantando suas defesas perante o movimento de instabilidade que o atemoriza. Assim, diante da confusão que existe entre a imagem de si e do outro, emerge uma resposta de tenacidade paranoica. Contra um movimento cativante que ameaça dissolver a imagem, entra em jogo a função restauradora de uma certa reação narcísica que sustenta a qualidade fálica da imagem (MIELI, 2002).

Quando resgatamos a cena com que Lacan enfaticamente ilustra sua metáfora do espelho, vemos como a criança, inicialmente capturada por sua própria imagem, dela destaca seu olhar

para virar a cabeça em direção ao adulto que a sustenta, em busca de uma testemunha que possa lhe conceder aprovação. Ou seja, há a referência a um terceiro, ao Outro, que nesse caso é o adulto, para que seja garantida a estabilização narcísica estabelecida na relação entre o eu e sua imagem. Do Outro, a criança espera a confirmação de que a imagem especular, simultaneamente desejável e destruidora, é efetivamente desejada por aquele para o qual ela se volta. Nesse cenário, vemos como o Outro serve majoritariamente como um lugar de constante referência ao eu, para que essa imagem com a qual ele se identifica seja corroborada, o que se efetua unicamente a partir do olhar do Outro. Este olhar vai se interiorizar por meio de um signo de aprovação, termo simbólico primordial, cuja introjeção simbólica constitui a base do ideal do eu, a ser distinguida da projeção imaginária do eu ideal e da satisfação narcísica que ela proporciona (MIELI, 2002).

É imprescindível que a criança, obtendo um lugar no campo do Outro, seja objeto de seu olhar, cujo reconhecimento permite sua entrada no registro simbólico, ao mesmo tempo em que a nomeia. O reconhecimento se processa em um movimento dialético que se supõe que o sujeito deve reconhecer o Outro para poder ser, então, reconhecido por ele. Essa é uma satisfação que o sujeito busca obter no próprio campo simbólico, de forma distinta da experiência de satisfação que se dá através do corpo. O reconhecimento aparece, então, como uma satisfação subjetiva de ordem puramente significante, que advém do Outro da fala como lugar do significante (CUKIERT e PRISZKULNI, 2002; MILLER, 2015).

Havendo uma falha na certificação da imagem devolvida pelo Outro ao sujeito, pode ocorrer o desvelamento de um ponto não recoberto por identificações (SOUZA e KOSOVSKI, 2018). Essa vacilação no processo de identificação acaba por solapar a imagem subjetiva, ocasionando sofrimento ao sujeito. É pela inscrição do traço que essa oscilação, própria à operação identificatória, vai obter apaziguamento, implicando um corte que delineará uma forma ao desenho da fisionomia dessa imagem instável. Como observa Freud (1921/2011) no caso da identificação regressiva, em que a escolha objetual regride até a identificação, ela se efetua às custas da aquisição de um traço específico, nomeado de traço unário por Lacan (MIELI, 2002; MIELI, 2016).

Contudo, esse traço não seria propriamente um significante, mas possivelmente um signo. Se fosse da categoria de um significante, implicaria a existência de uma bateria de significantes subsequentes. No que tange ao corpo, o traço sobressai-se como a baliza simbólica primordial que, através de sua inscrição, valida e estabiliza a imagem especular, possibilitando a satisfação narcísica que está relacionada ao eu ideal. O traço, enquanto dobradiça entre eu ideal e ideal do eu, alicerça no corpo a sua imagem (MIELI, 2002; NOVAES, 2005).

O eu ideal é a imagem da qual o sujeito vai se utilizar para instituir sua imagem corporal, que será o paradigma de todas as formas de semelhança que vai aplicar aos objetos. Lacan a caracteriza como aspiração (ou seja, o que se pretende ser: ser um eu que ele nunca é plenamente, mas que o define de alguma forma, que corresponde à configuração do eu através da qual o sujeito quer ser reconhecido, que sofre influência da imagem do semelhante oferecida pela experiência especular) (NOVAES, 2005).

Já o ideal do eu, segundo Lacan, pode ser pensado como um significante isolado do Outro, que não se articula com outros significantes, não havendo, portanto, a constituição de uma cadeia. Isso o difere de ser um significante qualquer e o torna uma insígnia ao qual o sujeito se identifica, acarretando a ideia de uma identidade paradoxal e alienante, uma vez que advém do Outro. Tal insígnia, por conseguinte, aloca-se no sítio da marca do traço unário, ocupando o lugar da falta, concedendo-lhe consistência. O ideal do eu é, desse modo, um ponto de alteridade a partir do qual o sujeito se constitui na sua singularidade, como sujeito do significante. Lacan concebe o ideal do eu como modelo (uma instância de referência, o Outro de onde o sujeito pode se ver como capaz de ser amado, lugar simbólico de onde o sujeito obtém sua consistência imaginária) (NOVAES, 2005).

Fica bastante evidente, portanto, a necessária relação entre essas duas alteridades, eu ideal e ideal do eu, para que o sujeito tenha uma representação unificada de si mesmo, ainda que tal representação seja timbrada por uma margem de instabilidade, marca da incidência do significante – no caso, a função do ideal do eu – que viabiliza que a imagem não seja estática, mas que comporte movimento, que tenha alguma flexibilidade (NOVAES, 2005).

Dentro dessa perspectiva que articula imaginário e simbólico, podemos dizer que o corpo conjuga, portanto, necessariamente, imagem e significante. A imagem, paradoxalmente, é aquilo de que depende o significante para ganhar corpo, ao mesmo tempo em que, sem o significante, ela não pode adquirir movimento. Revelam-se, assim, eu ideal (alteridade imaginária) e ideal do eu (alteridade simbólica) como duas instâncias em jogo no processo de constituição subjetiva, importantes, inclusive, no que tange à estabilidade da imagem corporal (MIELI, 2002; NOVAES, 2005).

A clínica psicanalítica tem revelado que, em vários casos, quando a imagem do corpo é acometida por uma perturbadora instabilidade, o sujeito tem se submetido a procedimentos corporais que, muitas vezes, provocam alterações irreversíveis, na tentativa de alcançar a estabilidade de sua forma, como discutiremos na sequência.

2.4. Os conceitos de *punctum* e *landmark* no contexto das manipulações irreversíveis do corpo

Paola Mieli, psicanalista nascida na Itália e formada na França, aponta em seu texto *Sobre as manipulações irreversíveis do corpo* (2002) que, no decorrer dos anos, cada vez mais tem se deparado, na sua experiência clínica, com questões relativas a intervenções sobre o corpo, de caráter voluntário, que acarretam modificações de sua forma e/ou de seu aspecto. Aparentemente realizadas por razões geralmente descritas como estéticas, Mieli assinala que todas essas manipulações têm motivações particulares que evocam algo da unicidade da história de cada sujeito, em que deve ser considerado o universo simbólico específico de cada um, com os determinantes da cultura e da sociedade onde ele encontra-se inserido (MIELI, 2002).

A partir de sua experiência clínica nos Estados Unidos da América (EUA), Mieli (que também é professora do *Departamento de Fotografia e Mídia* da *Escola de Artes Visuais* de Nova Iorque) desenvolveu um trabalho acerca das práticas da tatuagem, da cirurgia plástica e da cicatriz, evidenciando que a intervenção voluntária sobre o real do corpo usualmente se impõe como uma “necessidade”. Sendo assim, em tais casos torna-se importante questionar que razões podem estar na estrutura do sujeito que tornam tão premente a execução de tais atos. De forma geral, Mieli defende que a manipulação irreversível é uma tentativa de dar estabilidade a uma forma corporal que se mostra oscilante. Na cirurgia plástica, por exemplo, a intervenção corporal viria para integrar ou excluir um traço físico particular, vivido pelo sujeito como algo da ordem do “em excesso” ou do “excessivamente pouco” (MIELI, 2002).

A partir desse contexto, Mieli desenvolve um conceito que ela nomeia de *punctum*, a fim de designar:

(...) o lugar do próprio corpo percebido pelo sujeito como o que insiste no sentido de embaraçar. Trata-se de um embaraço que é ao mesmo tempo incômodo e impedimento dos movimentos; um estorvo, fonte de mal-estar e de perturbação. Tem-se vontade de se desfazer, de se aliviar desse lugar do corpo para dele se livrar. (...) Qualquer lugar do corpo pode assumir o papel de *punctum*: o culote, os seios, um seio, o tornozelo, o nariz, a orelha, a sobrancelha, os cabelos, os pelos etc. O *punctum*, com frequência, concerne a um traço do contorno do corpo, da silhueta (MIELI, 2002, p. 15).

Devido a esse predicado de insistência, o *punctum* tem a característica de ser um lugar do próprio corpo de onde o sujeito se sente constantemente olhado. Esse olhar, que é derivado do ver do próprio sujeito, persegue-o embaçando sua imagem, tornando oscilante a forma da fisionomia do corpo. Conforme a experiência clínica também evidencia, um determinado *punctum* inicial pode perder importância e dar lugar a um outro, de tal forma que este último

acaba por recolher os significantes de seu antecedente, podendo atestar um apelo que não obteve resposta (MIELI, 2002).

Desse modo, a necessidade de se submeter a uma manipulação irreversível do corpo revela ter a finalidade de transformar o que é percebido como *punctum* em algo que lhe conceda um apaziguamento, uma estabilidade. A isso Mieli chama de *landmark*, que seria constituído através de uma intervenção irreversível sobre o corpo, seja por meio de cortes, incisões ou outros tipos de manipulação. Há duas maneiras distintas de constituição do *landmark* por meio da alteração voluntária do corpo: a primeira é uma inscrição como apagamento; a segunda, uma inscrição como marco. Em ambos os casos, o *landmark* busca efetuar um corte simbólico que confere ao desenho flutuante do corpo um contorno definido. Invocando a função do traço, o *landmark* almeja a suspensão de um olhar, de tal maneira que seja dissipada a insistência embaraçosa do *punctum*, tentando torná-lo banal ao olhar. Mesmo quando o *landmark* ocorre como via de apagamento, objetiva-se, através de uma inscrição visível, alterar uma parte do corpo, tornando-a despercebida (MIELI, 2002).

Mieli argumenta que aquilo que se tenta apagar está associado a um traço que geralmente é sentido e descrito como parental ou familiar, e, em alguns casos, designado como “traço étnico”. A psicanalista traz dados de um estudo realizado na cidade de Nova Iorque entre os anos 1946 e 1954, em uma população de 89 pacientes que se submeteram a rinoplastia cosmética. Numa amostra composta por 50% de homens e 50 % de mulheres, a quase totalidade desses sujeitos justificou sua decisão de se submeter a uma cirurgia nasal por desejo de “integração”. Ao reduzir sua própria visibilidade étnica, objetiva-se obter a condição para uma assimilação ao grupo que permita mobilidade social. Desses pacientes avaliados no estudo, 75% se reconheciam como americanos de segunda ou terceira geração, sendo a maioria judeus e italianos (MIELI, 2002).

Tais traços que se referem à linhagem familiar ou étnica comportam a insistência do *punctum*, que nessas circunstâncias comentadas contêm a natureza de um elemento herdado, condensando em seu aspecto persecutório uma aproximação imaginária na qual a filiação se confunde com a partenogênese (MIELI, 2002). A filiação, enquanto efeito do complexo de Édipo e da estrutura simbólica que ele comporta, diz respeito àquilo que se transmite na linhagem familiar a partir da incidência do Nome-do-Pai sobre o desejo inconsciente da mãe, implicando a inserção da criança em um mundo simbólico, mas também acarretando um resto, decorrente da falta originária que se constitui da ocorrência traumática da linguagem sobre o corpo (GUERRA et al., 2019). Por sua vez, a ideia de partenogênese (do grego “nascimento virgem”) faz referência a um tipo de reprodução assexuada de alguns seres vivos, em que o

embrião desenvolve-se a partir do óvulo sem a participação do gameta masculino. Assim, o espermatozoide é dispensável e a fêmea dá origem a um óvulo sem a necessidade de fecundação, gerando, na maior parte das vezes, embriões geneticamente idênticos à mãe ou com baixa variabilidade genética (GILBERT, 2003). Dessa forma, havendo uma confusão, por parte do sujeito, entre um traço da função paterna e um traço paterno real, o desejo de seu apagamento apela para o vazio necessário a uma transmissão entre gerações. A partir dessa necessidade de se operar uma intervenção na transmissão geracional, o *landmark* comparece, então, como uma possibilidade de se fazer uma inscrição simbólica que implique esse efeito de corte (MIELI, 2002).

Nesse contexto, é muito importante trazer à discussão a ideia de que a modificação de um traço físico é usualmente acompanhada de uma alteração do nome próprio. Em sua elaboração sobre o nome próprio, Lacan o apresenta, em seu status de traço unário, enquanto significante puro, ao qual o sujeito se identifica, para confirmar sua função de suporte da diferença. O nome próprio, como já discorremos, é intraduzível de uma língua a outra e conserva sua estrutura sonora, distinguindo dos outros aquele sujeito que é nomeado através dele. Instalado no campo do Outro, é pela via do significante que a primeira identificação se faz, como materialidade sonora que fixa o gozo no corpo. No decorrer da constituição do sujeito, o traço unário evolui do significante puro, perpassando pela linguagem articulada, até atingir sua forma mais acabada, a escrita, que encontra na letra o seu suporte (MIELI, 2002; DIAS, 2009).

Mieli (2002) aponta que há uma oscilação entre a letra e a carne nesses casos de sua experiência clínica, em que se estabelece uma relação particular entre o *punctum* e o nome de família. Em certos casos, a insistência do *punctum* se torna o porta-voz de uma intervenção efetuada no sobrenome pelas gerações precedentes ou, em situações singulares, pelo próprio sujeito. Sobre isso, Mieli aponta:

Quando o nome de família foi transformado, deformado ou abandonado, o apelo ao *punctum* pôde se fazer declaração. A busca de um corte do real do corpo insiste como representação de um crime operado no sobrenome, crime que, mesmo estando na boca de todos, não deixa de permanecer velado. Nesses casos, o caráter insuportável de um traço físico de pertencimento traduz a irredutibilidade do retorno de uma letra excluída, a necessidade de uma reinscrição (MIELI, 2002, p. 17).

Seguindo nessa linha de raciocínio, Mieli apresenta outra pesquisa, dessa vez realizada com pacientes do sexo masculino submetidos a cirurgias plásticas por questões estéticas no Hospital John Hopkins, entre os anos de 1957 e 1959, em que 75% desses participantes

identificaram a característica corporal que queriam modificar como um traço físico paterno. Nessa amostra, praticamente todos os participantes estudados tinham uma relação com a mãe marcada por uma estreita proximidade, ao contrário do que ocorria na relação com o pai. As mães foram caracterizadas como excessivamente protetoras e sempre mais implicadas com a criança do que o pai. Com este, havia uma dificuldade de identificação, conforme o relato das experiências infantis desses sujeitos. A partir desse cenário, depreende-se que o traço desagradável, que teria status de *punctum*, era, na maior parte dos casos, um traço físico paterno cuja transformação poderia provocar um corte com o materno, operação que se encontra em congruência com a função que o *landmark* parece exercer. A instituição do *landmark* proclamaria, então, uma espécie de alforria do destino de uma descendência, através do apagamento do traço parental. Isso permitiria uma fluidez na transmissão, já que apela para uma inscrição das insígnias do pai, ao tentar acoplar um traço errante necessário à estabilização narcísica da imagem (MIELI, 2002).

Apresentado esse panorama acerca das manipulações irreversíveis sobre o corpo e das noções gerais sobre *punctum* e *landmark*, passaremos, a seguir, para uma discussão mais detalhada a respeito de cada um desses conceitos.

2.4.1. *Punctum: perseguição e angústia*

Para tecer suas elaborações acerca do estatuto do *punctum* no contexto das manipulações irreversíveis do corpo, Mieli (2002) teve como referência o termo, de mesmo nome, formulado por Roland Barthes em *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. Nessa obra, Barthes (1980/2015) apresenta a definição de dois conceitos que representam uma espécie de interesse particular que ele nutre por determinadas fotografias. O primeiro termo que ele traz é *studium*, que não significa propriamente um “estudo” da fotografia, mas um interesse mais vasto, geral, diversificado, carregado de percepções intelectuais, culturais, históricas etc. O segundo termo, chamado de *punctum*, surge como uma ruptura em relação ao *studium*. Diferente do que ocorre com o *studium*, em que há um investimento consciente por parte daquele que observa a imagem, o *punctum* é o ponto que se destaca da fotografia, tal qual uma flecha, dirigindo-se ao olhar do observador, transpassando-o à medida que o atrai. Assim, Barthes utiliza esse segundo termo, cujo significado remete a ferida, picada, marca feita por um instrumento pontudo, para se referir também à ideia de pontos sensíveis, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte.

Dessa maneira, o *punctum* é o elemento de uma fotografia que se apresenta como um detalhe que punge, fere e mortifica o observador, algo que é fugidio à intencionalidade do

fotógrafo. Barthes também diz que o *punctum* tem uma força de expansão um tanto paradoxal, uma vez que, ao mesmo tempo que permanece um detalhe, é capaz de preencher toda a fotografia. Também mostra-se como algo da essência da foto que é capaz de provocar uma ferida, que se repete sob a insistência do olhar. Assim, podemos perceber que o *punctum* está para além da esfera intelectual, havendo uma ação e reação do corpo àquilo que lhe é apresentado por ele (BARTHES, 1980/2015; FONTANARI, 2015).

Não é possível estabelecer uma regra de relação entre *studium* e *punctum*, a não ser uma ligação de copresença. Ademais, é válido ressaltar que o aspecto relativo ao *studium* é sempre passível de codificação, de nomeação. Por outro lado, isso não se aplica ao *punctum*. A impotência para nomear é um indício de distúrbio e de capacidade de ferir, que são aspectos do *punctum*. Este elemento, que pode estar de pronto bem delimitado ou não na fotografia, também tem a dimensão de um suplemento, pois trata-se de algo que o olhar do observador acrescenta à foto, mas que, na verdade, já estava presente nela desde o início (BARTHES, 1980/2015).

Barthes diz que dar exemplos de *punctum* é, de certo modo, “entregar-se”. Dentre os exemplos que ele traz para ilustrar esse elemento, citamos o que ele narra ao se deparar com a fotografia de uma família negra americana, feita por James Van der Zee, em 1926. Barthes descreve o *studium* a respeito dessa imagem como algo muito evidente: interessa-se com simpatia, como sujeito cultural, apreendendo da fotografia aspectos históricos e sociais. Apesar de isso interessar a ele, não o causa pungimento. O que o emociona é o colar de uma das integrantes da família, fazendo-o classificar esse detalhe como o *punctum* dessa fotografia. Contudo, isso só ficou evidente para ele após uma latência temporal, que o fez lembrar que o colar da imagem era o mesmo usado por uma pessoa de sua família, uma tia paterna da qual sentia muita pena devido à vida provinciana que ela levava. Barthes diz que, por causa desse colar, a pessoa da fotografia teve, para ele, toda uma vida exterior ao retrato. O *punctum*, nesse sentido, equivale a uma espécie de extracampo sutil, como se a imagem lançasse o observador para além daquilo que se oferece ao olhar (BARTHES, 1980/2015). Para Barthes, o corpo está sob efeito do fascínio do *punctum*, fazendo-o se deparar com a instância do indizível da imagem, aquilo que o olhar é incapaz de capturar. O *punctum* é, assim, aquilo que o intelecto é inábil de apreender, mas que é reivindicado pelo corpo, numa relação visceral com a imagem apresentada na fotografia (FONTANARI, 2015).

Tomando como base a noção de *punctum* elaborada por Barthes, Mieli confere outra conotação e função a esse termo, inserindo-o no campo da gramática corporal. Podemos perceber, então, o que Mieli encontrou de lastro na ideia de *punctum* de Barthes. Enquanto, para ele, esse elemento detém efeitos de insistência, furo, corte, pungência e ferida ao olhar do

observador, além de fazer referência a algo de sua própria história, para Mieli o *punctum* é o lugar do próprio corpo percebido pelo sujeito como aquilo que insiste no sentido de causar mal-estar e perturbação, nunca se tratando de um lugar qualquer, mas sim de um lugar constituído pelos significantes de sua história individual, que aponta para algo da transmissão familiar (BARTHES 1980/2015; MIELI, 2002).

Aprofundando a análise da categoria do *punctum* na formulação de Mieli, um aspecto digno de nota é a natureza persecutória contida em sua insistência. Pode-se observar que a maneira pela qual o *punctum* persegue o sujeito metaforiza o olhar exíguo que Outro originário lhe oferece, negando-lhe uma aprovação capaz de conceder uma estabilização narcísica aos processos projetivos do eu ideal. Dessa maneira, na ausência de um traço que possa estabilizar a dobradiça entre eu ideal e ideal do eu, o *punctum* acaba por desempenhar o papel agressivo de um supereu corporal que não cessa de sonegar ao corpo a sua própria imagem (MIELI, 2002). A respeito disso, Freud (1914/2010) comenta, em *Introdução ao narcisismo*, sobre a existência dessa instância psíquica especial que cumpre o papel de assegurar a satisfação narcísica a partir do ideal do eu, reconhecendo que essa instância permite compreender o que se chama de “delírio de ser notado” ou “observado”, que surge de maneira tão evidente na sintomatologia das afecções paranoides, podendo aparecer também como doença isolada ou mesmo nas neuroses de transferência. Freud discorre que essas queixas de que há um poder que observa todos os propósitos do sujeito, criticando-os, existe realmente para todos na “vida normal”. A formação dessa instância censória ocorre, inicialmente, a partir da corporificação da crítica dos pais, através da intermediação da voz. No decorrer do tempo, uma infinidade de vozes provenientes da crítica da sociedade se somam a essa instância censuradora, contra a qual o sujeito se rebela (FREUD, 1914/2010). Assim, o caráter superegóico e a consequente perseguição, ambos perpetuados pelo *punctum*, evidenciam a inconsistência da imagem subjetiva, contribuindo enormemente para que o sujeito tente evitar e mascarar esse ponto do corpo, chegando à decisão de dissipá-lo definitivamente através de uma intervenção irreversível (MIELI, 2002).

Também acerca do *punctum*, ressaltaremos dois outros efeitos apontados por Mieli (2002): o impedimento de movimento e o embaraço. Lacan, em *O seminário, livro 10: A angústia*, tece alguns desdobramentos acerca do que Freud (1926/2014) elaborou a respeito da inibição e de sua relação com a angústia no texto *Inibição, sintoma e angústia*. Nesse contexto, pode-se considerar que a inibição encontra-se no campo do movimento, em seu sentido mais amplo, já que existe movimento – pelo menos metaforicamente – em todas as funções, mesmo que não sejam propriamente locomotoras. Assim, na inibição, ocorre a paralisação do

movimento. Os sujeitos ficam inibidos e, em seu cotidiano, essa inibição também se manifesta como impedimento. Lacan considera que estar impedido é um sintoma, implicando não necessariamente o impedimento da função ou do movimento, apesar de estes ficarem dificultados. Mais precisamente, é o sujeito que fica impedido (LACAN, 1962-1963/2005).

Lacan, estendendo ainda mais o alcance da palavra inibição, também aborda o termo embaraço. Considerando que *imbaricare* faz uma alusão direta à barra, Lacan evoca a ideia do sujeito S revestido da barra (\$), imagem da vivência mais direta do sujeito embaraçado. Assim, ele enfatiza a dimensão da dificuldade que está presente nessa forma de angústia que se chama embaraço (LACAN, 1962-1963/2005). Conforme Mieli (2002), quando o contorno da fisionomia sofre uma fissura, de tal forma que a imagem não consegue se sustentar, impõe-se um obstáculo que acarreta o embaraço da orientação do sujeito no espaço.

O incômodo provocado pelo *punctum* no sujeito, ao deixá-lo desajeitado e ao arremessá-lo a um estado de embaraço e impedimento, sublinha a complexa relação de dependência mútua existente entre forma corporal e movimento no processo de identificação subjetiva. Como vimos, no decurso da identificação representada pela metáfora do espelho, o sujeito é cativado por um eu ideal que faz o efeito de uma antecipação lógica de uma unidade imagética que advirá posteriormente. Todavia, há uma hiância estrutural entre a imagem unitária de si e a experiência subjetiva de movimentos corporais penosamente percebidos como esfacelados. Tal hiância expõe a longitude presente entre a imagem estática e o dinamismo do corpo, distância essa que causa um efeito de suspensão, como demonstram os efeitos da inquietante estranheza (MIELI, 2002).

Lacan considera que é preciso ter cautela para não se deixar fascinar pelo espelho, enfatizando que ele não se estende até o infinito e que possui limites. Utiliza-se desse expediente para falar sobre a estrutura da angústia, para designá-la como “enquadrada”. Assim, ele acentua que o horrível, o suspeito, o inquietante, tudo aquilo que se relaciona ao *unheimlich*, mostra-se através de “claraboias”. É enquadrado que se situa o campo da angústia e é onde também se encontram essas expressões no momento da entrada do fenômeno do *unheimlich*. A angústia é quando aparece, nesse enquadramento, o que já estava ali. É o surgimento do *unheimlich* no quadro que representa o fenômeno da angústia, e é por isso que constitui um equívoco alegar que a angústia é sem objeto. O que ocorre é que a angústia tem um tipo de objeto diferente daquele cuja apreensão é preparada e estruturada pela grade dos significantes (LACAN, 1962-1963/2005).

Lacan expõe que Freud (1926/2014), em *Inibição, sintoma e angústia*, parece indicar que a angústia é a “reação-sinal” ante a perda de um objeto. Por outro lado, Lacan alega que a

angústia não é sinal de uma falta, mas de algo que deve ser concebido como a falta de apoio dada pela falta. Nesse sentido, aponta que, por exemplo, não é a nostalgia do seio materno que gera angústia, mas sim a iminência dele. Ou seja, o que provoca a angústia é tudo aquilo que permite ao sujeito entrever que pode “voltar ao colo”. Assim, não é o ritmo nem a alternância da presença-ausência da mãe que deflagra a angústia, mas sim quando não há possibilidade de falta, quando a mãe instala-se o tempo inteiro ao seu redor. Dessa maneira, a angústia não está relacionada propriamente a quando o sujeito sofre a perda do objeto, mas sim a quando os objetos não faltam (LACAN, 1962-1963/2005).

É nesse contexto que Lacan desenvolve a sua elaboração acerca do objeto *a*. A noção do objeto causa de desejo advém desse lugar do objeto situado antes de toda interiorização, previamente ao momento em que o sujeito consiga se apreender nesse formato especular que inicia para ele a cisão entre eu e não-eu (MIELI, 2002). Conforme as palavras de Lacan:

Quando comecei a enunciar a função fundamental do estádio do espelho na instituição geral do campo do objeto, passei por diversos tempos. De início, existe o plano da primeira identificação com a imagem especular, desconhecimento original do sujeito em sua totalidade. Depois, vem a referência transicional que se estabelece em sua relação com o outro imaginário, seu semelhante. É isso que faz com que sua identidade seja sempre difícil de discernir da identidade do outro. Daí a introdução da mediação de um objeto comum, objeto de concorrência cujo status decorre da ideia de posse – ele é seu ou é meu. No campo da posse, existem dois tipos de objetos – os que podem ser partilhados e os que não podem. Os que não podem sê-lo, ainda assim os vejo circular no campo da partilha com os outros objetos cujo status repousa inteiramente na concorrência, função ambígua que é, ao mesmo tempo, rivalidade e acordo. São objetos cotáveis, objetos de troca. Mas existem outros. Se destaquei o falo, foi por ele ser o mais ilustre, em decorrência da castração, mas há também os equivalentes desse falo, entre os quais vocês conhecem os que o precedem – o cíbalo e o mamilo. Talvez haja alguns que vocês conhecem menos, embora sejam perfeitamente visíveis na literatura analítica, e tentaremos designá-los. Esses objetos, quando entram livremente no campo em que não têm nada a fazer, o da partilha, quando nele aparecem e se tornam reconhecíveis, têm a particularidade de seu status assinalada a nós pela angústia. Com efeito, são objetos anteriores à constituição do status do objeto comum, comunicável, socializado. Eis do que se trata no *a* (LACAN, 1962-1963/2005, p. 103).

Desse modo, antes do estádio do espelho, o que ocorre é uma “desordem dos pequenos *a*”, o que possibilita a apreensão do sentido mais profundo a ser dado ao autoerotismo: aquilo de que se tem falta é de si, pois não é do mundo externo que se sente falta, mas de si mesmo, “de ponta a ponta”. A partir da noção freudiana de narcisismo primário, Lacan (1962-1963/2005) ressalta que o investimento libidinal da imagem do espelho esbarra em um limite, havendo um resto que não passa pela imagem especular e do qual o sujeito é o reservatório. Esse resto que não possui reflexo é designado de $-\phi$, que servirá de base para que cada referência imaginária do falo se apresente sob a forma de uma falta (MIELI, 2002).

É nesse lugar, em ϕ , que pode vir a se manifestar a angústia de castração, que acontece quando emerge nesse enquadramento o que, na verdade, já se encontrava ali, mas que deveria estar velado. Contudo, o corpo do sujeito não lhe é apresentado de forma simples através do espelho. Quando, diante da superfície especular o sujeito se defronta com sua imagem, pode ocorrer um instante em que ela se modifica, especialmente quando o olhar que surge no espelho passa a não mais olhar para si próprio, conforme aponta Lacan (1962-1963/2005). Essa transmutação de algo que é reconhecível para algo desfigurado, que borra a forma da imagem do sujeito, é o que caracteriza aquilo que Lacan chamou de “*initium*, aura, aurora” de um sentimento de estranheza, que é a porta aberta para a angústia (GRECO, 2011).

Lacan (1974/2002), em sua conferência intitulada *A terceira*, fala do corpo como causa do mal-estar na cultura, o que é manifestado através do fenômeno da angústia. Ele diz que a angústia é o sentimento que acomete o sujeito ao fazê-lo sentir-se reduzido ao próprio corpo. Isso pode ser lido como o medo de o sujeito se deparar com esse corpo sem amarração simbólica, o que significa a possibilidade de invasão do real no imaginário, desintegrando a imagem unificada do corpo. O medo do medo não é o medo que se refere a um objeto situado no mundo das coisas, mas sim o medo do objeto como vazio de ser, situado “em outro lugar” do corpo, mais precisamente na falta do Outro, com base na qual o sujeito se constitui. Assim, a angústia é essencialmente angústia diante de algo, sendo esse algo o objeto *a*. Por isso, ela se mostra como a única tradução subjetiva do objeto *a*. É diante desse objeto *a* como lugar vazio de significantes que o sujeito se vê reduzido ao real do corpo. Como diz Lacan (1974/2002), é sobre o gume da angústia que o sujeito tem que se sustentar e é sobre ele, portanto, que as análises devem ser conduzidas. Quando se trata de angústia, a cadeia significante não funciona suficientemente como apoio. Assim, cada sujeito tem seu modo particular de manobrar a angústia que o assola, utilizando-se, inclusive, do seu próprio corpo como suporte. E, em função de sua imagem, o sujeito suporta até mesmo maltratar seu próprio corpo (MIRANDA, 2004; STERNICK, 2010).

Nesse sentido, retomaremos o conceito de *landmark* e o efeito de estabilização da imagem corporal que ele pode efetivar, mesmo que, para isso, o sujeito tenha que se submeter a procedimentos invasivos e de potenciais repercussões irreversíveis sobre o próprio corpo.

2.4.2. *Landmark: apagamento e marco*

É explícito como o cenário cultural atual exulta exaustivamente a ideologia da intervenção sobre o real do corpo como resolução de toda sorte de sintomas e mal-estares, tanto

através da abordagem farmacológica quanto pelos procedimentos cosméticos e cirúrgicos. Mas, certamente, não é por acaso que um sofrimento de ordem subjetiva que se manifesta através da obstinação pela forma corporal busque, com elevada frequência, um corte na carne como via de amenização (MIELI, 2002). Nesse contexto, o *landmark* desempenha uma série de funções sobre as quais discorreremos mais detalhadamente a seguir.

Segundo Mieli, o termo *landmark*, que é usado comumente na língua inglesa, porta diferentes significados que facilitam sua introdução na gramática do corpo. Dentre eles, a psicanalista destaca:

1. Marca que designa os limites de um território – uma marca qualquer: uma árvore, uma pedra, um objeto fixo;
2. Um objeto proeminente qualquer marcando uma localidade, frequentemente histórica; um objeto elevado servindo de guia;
3. Um acontecimento considerado ponto de virada de um certo período (MIELI, 2002, p. 16).

A partir dessa conjuntura semântica, Mieli elaborou a sua própria concepção acerca do *landmark*, a fim de abordar questões referentes às manipulações corporais voluntárias de caráter irreversível. Conforme já referido, o *landmark* pode ser instituído sobre o corpo através de duas formas diferentes de inscrição: apagamento e marco. Nas duas dimensões, o que se almeja é a efetivação de uma operação que tenha efeito de corte simbólico capaz de obsequiar uma forma definida a uma imagem corporal de contornos voláteis (MIELI, 2002).

Na experiência clínica, a demanda pela inscrição do *landmark* deve ser atentamente escutada em sua complexidade, que pode implicar a presença de particularidades referentes a uma época específica da história de vida do sujeito, bem como intrincadas manifestações das vicissitudes do eu. Tudo isso é importante de ser considerado, pois a eficácia da inscrição do *landmark* varia conforme tais particularidades subjetivas e as contingências envolvidas. É imprescindível pontuar que, embora o *landmark* às vezes possa alcançar uma qualidade de apelo e de tentativa de corte bem-sucedidos, o aspecto decisivo inerente ao caráter de irreversibilidade de tal vestígio na carne não é garantia inequívoca de sucesso (MIELI, 2002).

Como vimos, apagamento e marco fazem parte de manifestações do mesmo fenômeno. Entretanto, independentemente de a criação do *landmark* ocorrer pela via do apagamento ou pela via do marco (com a manutenção visível do rastro), ele se mostra, em ambas as situações, como uma oferta ao olhar (MIELI, 2002). O ser humano é, mormente, aquele que o outro olha sem que exista um controle sobre isso. A partir do instante em que o sujeito se torna visível, o jogo está feito: ele será virtualmente olhado de toda parte. Olhar o mundo é, conforme a

etimologia, tanto guardá-lo quanto se pôr em guarda. A partir de pressupostos da obra de Freud, Lacan promove a inclusão do olhar, juntamente com a voz, dentro do conjunto dos objetos pulsionais, na mesma categoria dos protótipos objetos freudianos (objetos oral, anal e fálico). Embora Freud não os tenha, originalmente, incluído no rol dos objetos pulsionais, os registros escópico e vocal constituem duas importantes coordenadas de sua experiência clínica. A psicanálise se aprofunda na questão do olhar, enfatizando a existência de uma angústia peremptória relacionada a um “olhar que se evadiria do olho” (ASSOUN, 1999). A esse respeito, o que se mostra relevante para Lacan é a divisão do sujeito, influenciada pelos limites da experiência do visível. O olho e o olhar situam, assim, a esquizo na qual se manifesta a incidência do real da pulsão no campo escópico (CAMPOLINA, 2014). Nesse sentido, fica evidente a relação entre o efeito persecutório que advém da incidência do olhar sobre o *punctum* e a tentativa de escapar dessa ameaça, através de sua ocultação ao olhar pela inscrição do *landmark*, mesmo que isso implique a reminiscência de um vestígio visível.

Outro aspecto importante a se comentar é que a criação do *landmark* como marco não advém precisamente da presença de um *punctum*, podendo estar vinculada a uma inscrição que tem como propósito uma tentativa de definição da identidade subjetiva, como acontece corriqueiramente nos casos das tatuagens ou da criação voluntária de cicatrizes. O *landmark*, enquanto marco, também pode ter o caráter de um ritual de passagem, de uma inscrição de ordem simbólica que, no próprio ato de feitura, possibilita ao sujeito ascender a um novo estado de identidade ou papel social, como é possível observar em variadas práticas coletivas de culturas diferentes que inserem, dentro de suas cerimônias de ritualização, intervenções irreversíveis sobre o real do corpo (MIELI, 2002).

A criação do *landmark* como escolha individual ressalta a função de corte que a inscrição tenta operar – ao mesmo tempo passagem a um novo estado e definição de uma forma. Mieli diz que é possível associar o efeito do *landmark* ao de construção, no sentido designado por Freud quando ele coloca em equivalência as formações delirantes e as construções em análise, como tentativas de “esclarecimento” e de “cura”. Apesar dessa associação, claro está que o *landmark* não é uma operação específica de determinada estrutura psíquica, mostrando-se mais como um elemento que desempenha um papel singular no interior da estrutura na qual ele emerge (MIELI, 2002).

A experiência clínica revela como o corte e seu vestígio inapagável podem atingir o valor de *landmark* e fincar uma reviravolta decisiva na vida do sujeito, uma vez que podem se tornar representantes de uma inscrição simbólica que substancializa a identificação narcísica, solenizando o acabamento da imagem subjetiva. Nesses casos, é possível verificar que, em

maior ou menor escala, a instituição do *landmark* geralmente acarreta a ocorrência de dor física. Seja na perspectiva de ritual de passagem, na feitura de tatuagem ou na produção de cicatrizes, a dor pode se mostrar como um elemento tácito para a obtenção de um novo estado. Comumente, a dor provocada pelo *landmark* é produto de uma incisura na carne que funciona como um corte simbólico, signo de uma perda necessária para a ancoragem do traço. O aspecto simbólico, naturalmente, não exclui a possibilidade de o *landmark* se portar também como sede de gozo, como muitas vezes ocorre nas práticas compulsivas de tatuagem e de cirurgias plásticas, em que o gozo encontra-se associado à repetição do marco. Para o ser falante, gozar de um corpo também envolve as experiências de batê-lo, estragá-lo e, até mesmo, destruí-lo de alguma forma (MIELI, 2002; MILLER, 2015).

Por fim, Mieli traz, como exemplo de *landmark*, os marcos efetuados pela prática de perfuração. Caracterizada pela quase reversibilidade, esses furos podem não ter uma utilidade específica, e muitas vezes são deixados a cicatrizar, o que não inviabiliza que deles se obtenha um rastro como resto. O corte presente na perfuração adquire a função de borda, fazendo dela a sua prática. Considerando que os orifícios do corpo comportam uma função erógena privilegiada, a perfuração permite a sua multiplicação, aumentando a reatividade a estimulações e tornando a sensibilidade mais aguçada, através de uma erotização ritual das manipulações do corpo. Outro aspecto interessante nos procedimentos de perfurações é o fato de que, usualmente, objetos são introduzidos nos furos, alterando a silhueta do corpo através de um corte na carne (MIELI, 2002).

Em síntese, a intervenção que inscreve o *landmark* comporta algo da verdade histórica do sujeito e enfatiza o papel de corte simbólico próprio à inscrição do traço, buscando a consolidação do desenho da imagem que se encontra instável. Dessa maneira, a criação do *landmark* parece efetuar, na carne, um corte que não consegue ser alcançado de outra forma. Como alguma coisa não pôde ser constituída como perdida para o Outro originário, termina por ser impossibilitada à criança uma separação que oportunizaria a assunção a uma forma autônoma. A premência pela busca das intervenções sobre o corpo e a preocupação recorrente com seus próprios contornos testemunham a necessidade do sujeito de redesenhar uma fisionomia perpetuamente sujeita a um olhar que a faz inconsistente, tornando-o prisioneiro de sua própria imagem (MIELI, 2002).

Chegamos, assim, ao fechamento desse momento inicial da pesquisa. Em sequência, destinaremos o nosso desvelo para a investigação a respeito da relação da constituição subjetiva do corpo com as identificações advindas do complexo de Édipo e com o processo de sexuação, buscando destacar como essas dimensões podem comparecer na transexualidade.

3 POSIÇÃO SEXUADA E CORPO: ENODAMENTO ENTRE PSIQUE E ANATOMIA

E aqui podia parecer, por certa ambiguidade na escolha do fraseado, que estivesse censurando ambos os sexos por igual, como se não pertencesse a nenhum deles; e, de fato, momentaneamente, ela parecia vacilar; ela era homem; ela era mulher; ela conhecia os segredos, compartilhava a fraqueza dos dois. Era experiência das mais desconcertantes e vertiginosas viver em tal estado de espírito. Era como se os confortos da ignorância lhe tivessem sido terminantemente negados. Ela era uma pluma ao vento. Assim, não é de surpreender que, enquanto opunha um sexo ao outro e descobria que ora um, ora outro estava repleto de fraquezas as mais deploráveis, não estando ela segura a qual pertencia – não é de surpreender que estivesse a ponto de gritar:

(Virginia Woolf)

Singrando a vastidão do tempo, mesmo antes da inauguração da psicanálise, vemos transparecer uma proeminente preocupação da humanidade em encontrar respostas para a inquietante questão em torno da identificação dos seres falantes enquanto homens e mulheres. A esse respeito, na atualidade, podem ser encontradas soluções ofertadas por algumas vertentes do discurso da ciência, em que o animal e o ser de linguagem acham-se reduzidos a uma equivalência, supondo-se uma atração natural entre os sexos, que seria determinada pela necessidade de reprodução da espécie e impulsionada por fenômenos bioquímicos. Contudo, tais discursos, ao submeterem a sexualidade às leis da natureza, terminam por forjar a ideia de uma mítica harmonia entre os sexos (TEIXEIRA, 2014).

Quando se trata do ser falante, não existe nenhum vetor biológico que o classifique decididamente em homens e mulheres, embora, pela anatomia, encontremos a espécie humana seccionada em machos e fêmeas. Tampouco há uma essência instintual que direcione um ao outro, enquanto objetos complementares de satisfação sexual. Considerando-se isso, podemos afirmar que as categorias homem e mulher não são garantidas absolutamente pelo substrato biológico. Então, para se pensar como um organismo que, ao nascimento, não é dotado de um instinto para orientá-lo quanto à escolha de sua posição sexuada nem quanto ao seu objeto de satisfação, é preciso entender como a diferença sexual vai ser subjetivada pelo aparelho psíquico (MACHADO, 2019).

Sabe-se que, previamente à sua chegada ao mundo, a criança já se encontra envolvida em uma rede simbólica, uma vez que há um discurso que precede sua existência. Portanto, o

sujeito do inconsciente nasce no campo do Outro, assujeitado à fala, e sua constituição transcorre na relação com a linguagem (COSTA, 2010). Dessa forma:

O enlaçamento do corpo vivente, desamparado, imaturo, com a demanda do Outro que lhe chega pela entrada na linguagem, converte o instinto em pulsão e faz o enlace, como em uma banda de Moebius, do sujeito com tudo o que se passa no campo do Outro. Por isso, mesmo a escolha de sua posição sexuada, surgida no mais íntimo, na insondável decisão do ser, não é sem o Outro (MACHADO, 2019, p. 158).

Nesse processo subjetivo de assunção da posição sexuada, a noção de bissexualidade psíquica adquire um papel relevante, havendo uma intrincada interação entre as identificações que envolvem as figuras parentais e as referências simbólicas do masculino e do feminino. Sem a compreensão sobre a importância do papel da bissexualidade na construção do psiquismo, dificilmente pode-se apreender a complexidade existente nas diversas manifestações da sexualidade (CECCARELLI, 2013). Conforme Freud, todos os seres humanos, em decorrência de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de tal forma que a masculinidade e a feminilidade em estado puro permanecem construções teóricas de conteúdo impreciso (FREUD, 1925/1996). O complexo de Édipo vem, então, constituir o momento organizador da bissexualidade psíquica e da instauração do sujeito, rompendo com qualquer determinismo biológico (CECCARELLI, 2013).

O denominado complexo de Édipo foi o conceito forjado por Freud para dar conta da problemática da filiação e da reprodução simbólica em psicanálise. Por isso mesmo, ele é a encruzilhada onde se inscreve o sujeito no seu percurso para responder aos enigmas de sua origem, de seu destino e de sua identidade sexual. Em torno desse complexo, Freud delineou a presença dos processos de identificação e de diferença sexual, associados ao impacto da experiência de castração (BIRMAN, 1999, p. 50).

Freud (1925/1996), em seu texto *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, argumenta que são os efeitos dos complexos de Édipo e de castração que constituem meninos e meninas de maneiras completamente distintas na esfera psíquica, tomando a percepção da diferença anatômica dos corpos como um apoio (MACHADO, 2019). Por sua vez, Lacan vai esclarecer que o resultado do posicionamento do sujeito enquanto homem ou mulher não é um processo ditado pelo desenvolvimento biológico, nem pela educação ou imposição cultural, mas que é derivado da sexuação, processo psíquico deflagrado pela falta fundamental, que impele o ser falante a responder por sua posição sexuada, abrangendo aspectos reais, simbólicos e imaginários (TEIXEIRA, 2014; MACHADO, 2019).

Nesse ponto, trago o fragmento clínico do caso de uma paciente que foi encaminhada por um psiquiatra para que fosse avaliada antes de ser referenciada ao endocrinologista para

realização de terapia hormonal de feminilização. Ela tem sexo biológico masculino e define-se como uma garota transexual. Logo no primeiro atendimento, afirma: “Não gosto de nada no meu corpo”. Descreve que tem pernas finas como as do seu pai e que “sonha em ter o corpo da mãe”. Diz, ainda, que gostaria de parecer com a mãe, pois ela é “muito bonita” e “mansa”, enquanto o pai é “feio” e tem “jeito de ogro, meio bruto”. Vemos, aqui, a fala de um sujeito que, ao tentar demarcar uma posição sexuada a partir de sua relação com o corpo, toma como importantes referenciais as figuras parentais e suas ligações com elementos que remetem à masculinidade e à feminilidade.

Dessa forma, para que possamos compreender como a dimensão corporal comparece na transexualidade, torna-se relevante pormenorizar a relação que se estabelece entre corpo e posição sexuada. Para respaldar essa discussão, inicialmente levantaremos aspectos importantes sobre a bissexualidade psíquica, o complexo de Édipo e o processo de sexuação.

3.1. Bissexualidade psíquica

A bissexualidade é um assunto que, com todo alarido que provoca, inevitavelmente faz despontar a questão do masculino e do feminino. Nesse panorama, as identificações sexuais só podem ser pensadas a partir de um fundo que comporta uma bissexualidade potencial de cada indivíduo, que acarreta também repercussões sobre a orientação do desejo. Vemos emergir uma noção de sexo que designa uma categoria identificatória (o sujeito é “homem” ou “mulher”), em que a distinção de um sexo comparece a partir da referência a uma alteridade: se o sujeito tem um sexo é porque não tem o outro. Contudo, a bissexualidade psíquica força-nos a pensar a presença de uma dualidade dos sexos no interior de uma e só mesma subjetividade. Sustentar que existe a bissexualidade é afirmar que há, no mesmo ser ou no mesmo processo, o masculino e o feminino. A bissexualidade afeta, para além do orgânico, aquilo que se designa como psique e traz implicações inerentes à dualidade masculino/feminino que atravessa as funções inconscientes (ASSOUN, 2006; POMMIER, 2012).

Desde o final do século XIX, a noção de bissexualidade vem provocando incessantes discussões, tendo sido utilizada, por exemplo, pelo psiquiatra Krafft-Ebing como explicação para condições denominadas de “hermafroditismo psicosexual”. A partir de seus anos de estudante de medicina, Freud toma contato com o hermafroditismo biológico sob a forma mais concreta, presente nas células sexuais das enguias que dissecou em 1876. Todavia, enquanto a biologia capta a bissexualidade sob a forma de um ser que possui caracteres masculinos e femininos nas partes genitais ou características histológicas e/ou hormonais mistas, para Freud,

a bissexualidade importa enquanto fator decorrente de uma predisposição psíquica. A noção de bissexualidade introduzida por Fliess e presente ao longo de toda a obra de Freud, detém uma importância particular, pois ela representa um dos lastros que fundamentam a concepção freudiana da sexualidade e, portanto, o arcabouço da teoria psicanalítica. Freud (1905/2016), ao escrever *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, assinala que há dois tópicos em que se torna inevitável a abordagem da bissexualidade: a explicação da inversão sexual e a tendência homossexual nos neuróticos. Nesse contexto, a partir de uma relação entre o recalque e a predisposição bissexual, Freud manifesta toda a importância desse tema, especialmente no sentido de fornecer uma explicação para o frequentativo comparecimento da corrente homossexual latente nos neuróticos submetidos à análise, assim como da homossexualidade manifesta (JORGE, 2005; ASSOUN, 2006).

Assim, para Freud a bissexualidade é estrutural, e todo sujeito apresenta em sua organização libidinal investimentos eróticos em objetos de ambos os sexos. Por essa razão ele sempre falou de homossexualidade latente e manifesta, significando com isso que todo sujeito heterossexual apresenta investimentos eróticos homossexuais inconscientes, os quais podem comparecer de forma consciente em algum momento da vida. Ademais, Freud localizou na vida cotidiana os rastros dos investimentos homossexuais sublimados na amizade e no convívio frequente e intenso entre pessoas do mesmo sexo. O processo inverso pode ser igualmente observado nas pessoas homossexuais (JORGE e TRAVASSOS, 2021, p. 76).

O momento em que Freud opera um desprendimento de Fliess é quando surge a questão da bissexualidade na fantasia histérica. Nesse domínio, um sintoma histérico seria expressão, por um lado, de uma fantasia masculina e, por outro, de uma fantasia feminina, ambas sexuais e inconscientes. A fantasia histérica constitui uma notável peça reveladora da bissexualidade, em que o sujeito se situa numa posição em que representa simultaneamente os dois papéis. Freud sinaliza que a dimensão bissexual dos sintomas histéricos é uma prova interessante da presença da disposição sexual nos seres humanos, podendo ser discernida com peculiar nitidez nos neuróticos através do dispositivo analítico, sendo demonstrável em inúmeros casos (JORGE, 2005; ASSOUN, 2006).

Considerando o que recolheu da clínica psicanalítica, Freud calculou que as pulsões ativas e passivas, que no psiquismo encontram-se articuladas ao masculino e ao feminino, representariam a bissexualidade dos sujeitos. Havendo uma complexa interação entre a heterossexualidade e a homossexualidade, os sujeitos investiriam sua libido, em objetos de ambos os sexos de modo manifesto ou latente. Assim, todos os seres humanos seriam bissexuais nesse sentido, atravessados pela conciliação das duas orientações sexuais, sendo comum que cada uma delas suplante a outra e a mantenha em estado latente, podendo haver, em alguns

casos, a harmonização dessas correntes numa autêntica bissexualidade manifesta (JORGE, 2005; JORGE e TRAVASSOS, 2018). À luz dessa bissexualidade, muitos enigmas tornam-se evidentes, como é o caso do mistério da feminilidade, que pode provocar efeitos de fascínio e horror aos homens (em muitos casos, trata-se de sua própria feminilidade da qual não querem nada saber) (POMMIER, 2012).

Freud observou que, na vida psíquica, só achamos ecos dessa grande polaridade masculino/feminino e que nenhum indivíduo se restringe às modalidades reativas de um só sexo, sempre concedendo certa margem às do outro, similarmente ao próprio corpo, que carrega, junto aos órgãos desenvolvidos de um sexo, também os rudimentos atrofiados do outro. É fato que a elucidação do masculino e do feminino passa por uma relação com o ativo e o passivo, no que tange às possibilidades de suas inscrições psíquicas. Assim, com o intuito de se diferenciar essas duas categorias, no âmbito da vida psíquica, recorreu-se a uma equivalência empírica e convencional que, infaustamente, mostra-se precária: chamou-se de masculino a tudo que remete à força e à atividade, enquanto o feminino está associado à debilidade e à passividade. Essa tentativa revela-se reducionista, uma vez que ativo e passivo são versões voláteis do masculino e do feminino. O que podemos encontrar esboçado através dessa alquimia ativo/passivo é uma atitude ou postura frente à castração, que vai decidir a filiação ao masculino e/ou ao feminino. Por conseguinte, afirmar que há uma atitude ativa ou passiva é designar a maneira de posicionar-se a respeito da castração. E essa postura ou atitude não pode ser avaliada senão por um movimento fundamental de sublevação, metáfora que constitui um indicador da subjetividade. Por exemplo, a atitude do sujeito que se situa no polo masculino se determina a partir de um movimento de rechaço ao perigo da feminilização (ASSOUN, 2006).

É na conjuntura edípica, onde masculino e feminino encontram-se distribuídos, que vai ser determinada especificamente a posição sexual do sujeito. Freud não desconsidera a existência de uma disposição bissexual prévia, mas é na complexidade da relação edípica, em sua dimensão objetal e identificatória, que a bissexualidade vai passar por processos decisivos. Nessa relação com os companheiros do drama parental, o sujeito vai se confrontar com a diferença sexual e vai descobrir o que está efetivamente em jogo nessa problemática, ou seja, a castração. A afiliação ao masculino e ao feminino é, em última instância, uma resultante desse processo em que a bissexualidade, em uma relação de força com o recalque, intervém nos destinos do complexo de Édipo (ASSOUN, 2006).

À vista disso, percebe-se que a bissexualidade constitucional, longe de ser essencialmente biológica, está estreitamente correlacionada à assunção de uma posição subjetiva masculina ou feminina, que também é resultante de uma organização psíquica que

tem por lastro o complexo de Édipo. Cada criança vai andarilhar um labiríntico percurso para constituir a subjetivação do seu sexo, tendo o corpo como uma relevante referência, porém insuficiente para garantir consistentemente sua posição enquanto homem ou mulher (COSTA, 2010). A partir desse ponto, retomaremos tópicos fundamentais sobre a noção do complexo de Édipo na obra de Freud e no ensino de Lacan, enfatizando-se posteriormente os aspectos relacionados à sua função de operador psíquico a partir da defrontação com a diferença anatômica entre os sexos.

3.2. O complexo de Édipo na obra de Freud e no ensino de Lacan

O complexo de Édipo é um dos conceitos fulcrais da psicanálise, consistindo em uma rede de relações que sucedem a partir da infância do sujeito, sendo responsável pela organização da subjetividade desejante. Nessa estrutura altamente complexa, estabelece-se um conjunto de investimentos amorosos e hostis, eminentemente inconscientes, entre a criança e as figuras parentais, ao longo da fase fálica. Sendo progressiva e parcialmente substituído por identificações, o complexo de Édipo revela-se como um momento decisivo da sexualidade infantil, que é base de importância capital para a sexualidade da vida adulta, possibilitando a assunção de uma posição sexuada. Profundamente articulado ao complexo de castração, o complexo edípico funciona como dispositivo estruturador da psique humana, irremediavelmente atravessado por temas cruciais para o sujeito, como a diferença dos sexos, a existência e a morte (DIAS, 2009; COSTA, 2010).

Enfocaremos, primeiramente, a acepção do complexo de Édipo na obra de Freud e, em sequência, destacaremos os desenvolvimentos teóricos propostos por Lacan.

3.2.1. A concepção freudiana sobre o complexo de Édipo

Embora de forma não sistematizada, Freud faz menção ao complexo de Édipo desde o exórdio da psicanálise. É possível encontrar, na *Carta 71*, escrita a Fliess em outubro de 1897, a primeira manifestação explícita sobre esse complexo. Nessa época, Freud estava vivenciando um momento delicado, tanto do ponto de vista pessoal (seu pai estava prestes a falecer) quanto profissional (reformulação teórica devido ao abandono da teoria da sedução). Nessa referida epístola, Freud afirmou ter desvendado, em si mesmo, a paixão pela mãe e o ciúme por seu pai, o que o conduziu à consideração de que esse fenômeno seria um acontecimento universal do início da infância, indicando que a fantasia sexual comporta os pais como personagens

importantes, podendo operar efeitos dotados da força das experiências reais (DIAS, 2009; COSTA, 2010).

Verifiquei, também no meu caso, a paixão pela mãe e o ciúme do pai, e agora considero isso como um evento universal do início da infância, mesmo que não tão precoce como nas crianças que se tornam histéricas. (...) Sendo assim, podemos entender a força avassaladora de *Oedipus Rex*, apesar de todas as objeções levantadas pela razão contra a sua pressuposição do destino; e podemos entender por que os “dramas do destino” posteriores estavam fadados a fracassar lamentavelmente. (...) Mas a lenda grega capta uma compulsão que toda pessoa reconhece porque sente sua presença dentro de si mesma. Cada pessoa da plateia foi, um dia, em germe ou na fantasia, exatamente um Édipo como esse, e cada qual recua, horrorizada, diante da realização de sonho aqui transposta para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do seu estado atual (FREUD, 1897/1996, p. 316).

Freud toma, como base, o mito da tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles, para tecer a sua teoria do complexo de Édipo e para abordar a inscrição da castração e da lei simbólica no psiquismo de cada sujeito, instante da passagem da natureza para a cultura. O complexo de Édipo refere-se à forma mítica da origem da lei simbólica, que está relacionada com a interdição do incesto. Nesse cenário, o gozo a que o sujeito almeja, representado pelo incesto mãe-filho, não é permitido em decorrência da intervenção da instância paterna, representada pelo pai simbólico. Nesse ponto, a metáfora oferecida pelo mito de Édipo articula-se com o mito de *Totem e tabu*: a origem das proibições sexuais atreladas ao tabu do incesto está relacionada ao totem como um representante do pai, da lei. Assim, a função desempenhada pelo totem, nas tribos primitivas, é similar àquela desempenhada pelo pai nos complexos de Édipo e de castração, atuando como um temeroso inimigo aos interesses sexuais (COSTA, 2010). A esse respeito, Freud aponta:

O incesto com a mãe é um dos crimes de Édipo; o parricídio é outro. O complexo de Édipo mostra, como na lenda, que todo neurótico foi ele próprio um Édipo. Naturalmente a apresentação analítica do complexo de Édipo é uma amplificação e uma versão mais grosseira do esboço infantil. O ódio ao pai, o desejo de morte em relação a ele, já não são timidamente insinuados; a ternura para com a mãe admite o objetivo de possuí-la como mulher (FREUD, 1917/2014, p. 446).

Havendo a subjetivação da interdição dos dois desejos edípianos – incesto com a mãe e assassinato do pai – instala-se a via de acesso à cultura, através da união indissociável do desejo com a proibição (COSTA, 2010).

Em 1908, no texto *Sobre as teorias sexuais das crianças*, Freud (1908/1996) estabeleceu a relação entre a questão edípica e a ideia de um complexo nuclear presente nas neuroses, em que a questão central do conflito estaria referida, em última instância, ao conflito nuclear do complexo de Édipo (COSTA, 2010). Nesse texto, Freud (1908/1996, p. 194) declara que

nenhuma criança pode deixar de ocupar-se dos problemas sexuais e que ela experimenta o seu primeiro conflito psíquico a partir do instante em que percebe que certas concepções pelas quais sente uma curiosidade sexual não são consideradas aceitáveis pelos adultos. Tal fato gera uma tensão que logo pode transformar-se numa “dissociação psíquica”, formando, assim, um complexo nuclear.

O conjunto de concepções consideradas “boas”, mas que resultam numa cessação da reflexão, torna-se o conjunto das concepções dominantes e conscientes, enquanto o outro conjunto, a favor do qual o trabalho de investigação infantil coligiu novas provas, as quais entretanto não devem ser consideradas, torna-se o conjunto das opiniões reprimidas inconscientes. Está assim formado o complexo nuclear de uma neurose (FREUD, 1908/1996, p. 194-195).

A partir dessa experiência, a criança passa a conjecturar teorias sexuais particulares que, embora sejam posições em relação à realidade factual, têm um cerne de verdade congruente com as forças pulsionais, em acordo com as singularidades da sexualidade infantil. Com a publicação da análise do pequeno Hans, em 1909, vê-se que Freud (1909/1996), além de tentar corroborar suas teses sobre a sexualidade infantil, traz uma articulação entre o complexo de castração e o complexo de Édipo, evidenciando que as teorias sexuais infantis encontram-se associadas aos conflitos edípicos (COSTA, 2010). Hans é classificado como um pequeno Édipo desejoso de eliminar o pai e tomar para si a mãe, conforme descrevem as palavras de Freud:

Hans era realmente um pequeno Édipo que queria ter seu pai “fora do caminho”, queria livrar-se dele, para que pudesse ficar sozinho com sua linda mãe e dormir com ela. Esse desejo tinha-se originado durante suas férias de verão, quando a presença e ausência alternativa de seu pai tinha atraído a atenção de Hans para a condição da qual dependia a intimidade com sua mãe, que ele desejava tanto (FREUD, 1909/1996, p. 103).

Em 1917, Freud afirma que a primeira escolha objetal de um ser humano é reiteradamente incestuosa, em que, nos anos da infância que precedem o período de latência, o objeto encontrado se revelará quase idêntico ao primeiro objeto da pulsão do prazer oral: quando não o seio materno, será a própria mãe. Por volta da mesma época em que a mãe se torna esse objeto, há início, na criança, o trabalho psíquico do recalque, que lhe oculta o conhecimento de uma parte de suas metas sexuais. A essa escolha da mãe como objeto de amor vincula-se, então, tudo aquilo que tem especial importância na explicação psicanalítica das neuroses e que se encontra denominado sob o complexo de Édipo. Freud adverte que esse fenômeno é visivelmente perceptível através da observação direta da criança, por exemplo, quando vê-se que o garotinho quer a mãe apenas para si, sentindo a presença paterna como

perturbadora, exasperando-se quando o pai demonstra carinho por ela, manifestando satisfação quando o pai está ausente. Também, com frequência, o menino verbaliza seus sentimentos através de expressões em que promete à mãe que vai se casar com ela, deixando à mostra uma notória curiosidade sexual em relação a ela, exigindo dormir ao seu lado, insistindo em estar presente até mesmo quando ela faz sua toalete. A partir dessas notificações, Freud declara que a natureza erótica do vínculo com a mãe está estabelecida acima de qualquer dúvida. Sobre a situação da menina, Freud julga que essa relação é marcada por um apego amoroso ao pai, com tentativas de afastar a mãe e tomar o seu lugar, considerando-a uma figura supérflua (FREUD, 1917/2014).

Nesse contexto, Freud diz que não devemos nos esquecer de que, com frequência, os próprios pais exercem influência decisiva no despertar da postura edípica dos filhos, na medida em que também eles mesmos seguem o que lhes impele as forças sexuais (FREUD, 1917/2014). Acerca disso, Pommier (2012) alega que tudo depende do lugar que os pais designam aos filhos, segundo se comportem com eles como se os rebentos fossem um menino ou uma menina. Essa determinação resulta da atitude dessas duas figuras parentais, mas também das relações de força que se estabelecem e se mantêm entre elas. A complexidade desse cenário alcança proporções ainda mais dramáticas porque as crianças também terão sua própria voz a respeito destas determinações, rechaçando ou aceitando o que as impulsionam para a mãe ou para o pai.

Freud assinala, posteriormente, que a eleição objetal infantil de natureza incestuosa é apenas um prelúdio balizador de uma escolha que será realizada na puberdade. Nesse momento da vida, o sujeito terá que se dedicar à árdua tarefa de apartar-se dos pais, uma vez que, somente depois de realizada tal empreitada, ele poderá deixar de ser criança para tornar-se membro do corpo social. Para o filho, isso consiste em desvencilhar a mãe de seus desejos libidinosos, a fim de investi-los na escolha de outro objeto, bem como em reconciliar-se com o pai, caso lhe tenha restado uma hostilidade, ou em se libertar da imposição exercida por ele, caso o resultado da insurreição infantil contra ele tenha sido a submissão. Contudo, essas tarefas raramente são realizadas de forma totalmente exitosa. No caso dos neuróticos, o sujeito permaneceria a vida inteira curvado à autoridade paterna e não conseguiria transferir a contento a sua libido para um objeto sexual diferente da mãe. Operadas as devidas adaptações, o mesmo desfecho poderia ser expectado para a filha (FREUD, 1917/2014).

Como é possível perceber, até esse momento da teorização freudiana, o complexo de Édipo do menino é descrito apenas em seu polo positivo, ou seja, relação afetuosa em relação à mãe e ódio em relação ao pai. Contudo, em 1923, a partir da premissa da bissexualidade presente em todo sujeito, Freud passa a considerar que o complexo edípico contém uma dupla

polaridade (positiva e negativa), em que o menino apresenta, também, uma atitude afetuosa feminina para com seu pai e um ciúme e uma hostilidade destinada à mãe (COSTA, 2010).

Pareceria, portanto, que em ambos os sexos a força relativa das disposições sexuais masculina e feminina é o que determina se o desfecho da situação edipiana será uma identificação com o pai ou com a mãe. Esta é uma das maneiras pelas quais a bissexualidade é responsável pelas vicissitudes subsequentes do complexo de Édipo. A outra é ainda mais importante, pois fica-se com a impressão de que de modo algum o complexo de Édipo simples é a sua forma mais comum, mas representa antes uma simplificação ou esquematização que é, sem dúvida, frequentemente justificada para fins práticos. Um estudo mais aprofundado geralmente revela o complexo de Édipo mais completo, o qual é dúplice, positivo e negativo, e devido à bissexualidade originalmente presente na criança. Isto equivale a dizer que um menino não tem simplesmente uma atitude ambivalente para com o pai e uma escolha objetal afetuosa pela mãe, mas que, ao mesmo tempo, também se comporta como uma menina e apresenta uma atitude afetuosa feminina para com o pai e um ciúme e uma hostilidade correspondente em relação à mãe. É este elemento complicador introduzido pela bissexualidade que torna tão difícil obter uma visão clara dos fatos em vinculação com as primitivas escolhas de objeto e identificações, e ainda mais difícil descrevê-las inteligivelmente. Pode mesmo acontecer que a ambivalência demonstrada nas relações com os pais deva ser atribuída inteiramente à bissexualidade e que ela não se desenvolva, como representei acima, a partir da identificação em consequência da rivalidade (FREUD, 1923/1996, p. 45-46)

Dessa maneira, Freud opina que, em geral, seria aconselhável presumir a existência do complexo de Édipo completo para os neuróticos. A experiência analítica demonstra que o resultado, então, é uma série com o complexo de Édipo positivo numa extremidade e o negativo na outra, enquanto os seus membros intermediários exibem a forma completa, com um ou outro dos seus dois componentes preponderando. A teorização sobre o complexo de Édipo completo também implica uma outra vicissitude, a saber, a produção de uma identificação paterna e uma identificação materna. A intensidade relativa das duas identificações em qualquer sujeito refletirá a predominância nele de uma ou outra das duas disposições sexuais, masculina ou feminina (FREUD, 1923/1996). Com o desmoronamento do complexo de Édipo, o investimento objetal da mãe, por parte do menino, deve ser abandonado, e esse lugar pode ser preenchido por uma de duas coisas: uma identificação com a mãe ou uma intensificação de sua identificação com o pai. Dessa forma:

(...) a dissolução do complexo de Édipo consolidaria a masculinidade no caráter de um menino. De maneira precisamente análoga, o desfecho da atitude edipiana numa menina pode ser uma intensificação de sua identificação com a mãe (ou a instalação de tal identificação pela primeira vez) – resultado que fixará o caráter feminino da criança. Essas identificações não são o que esperaríamos, visto que não introduzem no ego o objeto abandonado, mas este desfecho alternativo também pode ocorrer, sendo mais fácil observá-lo em meninas do que em meninos. A análise muito amíuê mostra que uma menina, após ter de abandonar o pai como objeto de amor, colocará sua masculinidade em proeminência e identificar-se-á com seu pai (isto é, com o objeto que foi perdido), ao invés da mãe. Isso, é claro, dependerá de ser a

masculinidade em sua disposição – seja o que for em que isso possa consistir – suficientemente forte (FREUD, 1923/1996, p. 45).

É importante assinalar que, com a elaboração da segunda tópica, o superego emerge como o herdeiro do complexo de Édipo, sendo instituído no instante em que a criança abandona os pais como objetos sexuais e os transfere para a categoria de objetos de identificação. Assim, na impossibilidade de tê-los como objetos de investimento sexual, inconscientemente instaura-se a promessa de ser como eles. Por meio desse mecanismo psíquico de incorporação, a criança assimila os interditos parentais que prescreverá a si mesma no decurso da vida (COSTA, 2010). Freud constata:

O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no ego, consistente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação do ego retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do ego como um ideal do ego ou superego (FREUD, 1923/1996, p. 46-47).

Em *A organização genital infantil: um acréscimo à teoria da sexualidade*, Freud (1923/2011) vai imprimir uma remodelação teórica significativa para a compreensão dos fatores atrelados ao complexo de castração e suas repercussões para a estruturação da subjetividade. Freud diferencia a sexualidade infantil da adulta não através da primazia conferida ao órgão genital, mas pela primazia concedida ao falo (COSTA, 2010). De acordo com Freud:

A aproximação da vida sexual infantil àquela dos adultos vai muito adiante, e não se limita ao surgimento da escolha de objeto. Mesmo não chegando a uma autêntica reunião das pulsões parciais sob o primado dos genitais, no auge do desenvolvimento da sexualidade infantil o interesse nos genitais e sua atividade adquirem uma significação preponderante, que pouco fica a dever àquela da maturidade. A principal característica dessa “organização genital infantil” constitui, ao mesmo tempo, o que a diferencia da definitiva organização genital dos adultos. Consiste no fato de que, para ambos os sexos, apenas um genital, o masculino, entra em consideração. Não há, portanto, uma primazia genital, mas uma primazia do falo (FREUD, 1923/2011, p. 170-171).

Por conseguinte, o estágio fálico organiza a diferença sexual em torno da posse ou não do falo (COSTA, 2010). A princípio, Freud diz que só tem condições de descrever esse processo no que diz respeito ao menino, pois falta a ele, à época, o conhecimento dos fenômenos correspondentes na menina. O pequeno garoto, embora se aperceba de que homens e mulheres são diferentes, inicialmente não correlaciona isso com uma diferença entre os órgãos genitais de ambos. O menino supõe que todos os outros seres vivos possuem um órgão semelhante ao seu, buscando a verificação desse fato até mesmo em coisas inanimadas. Essa porção corporal

que é dotada de uma rica amplitude de sensações, que se excita e que tem suas dimensões modificadas facilmente dispara inevitavelmente o seu impulso investigativo, ocupando enormemente o seu interesse (FREUD, 1923/2011). Contudo:

No curso dessas pesquisas o menino descobre que o pênis não é um bem comum a todos os seres semelhantes a ele. A visão casual dos genitais de uma irmãzinha ou companheira de brinquedos fornece a oportunidade para essa descoberta. Aqueles mais perspicazes, observando as meninas a urinar, já desconfiaram de alguma coisa diferente, devido à outra postura que elas têm e ao outro ruído que fazem, e então procuraram repetir essas observações de modo esclarecedor. Sabe-se como reagem às primeiras impressões da ausência de pênis. Eles recusam essa ausência, acreditam ver um membro, atenuam a contradição entre o que viram e o que esperavam, mediante a evasiva de que ele é ainda pequeno e crescerá, e aos poucos chegam à conclusão emocionalmente significativa de que no mínimo ele estava presente e foi retirado. A ausência de pênis é vista como resultado de uma castração, e o menino se acha ante a tarefa de lidar com a castração em relação a ele próprio. (...) Apenas me parece que a significação do complexo de castração só pode ser apreciada corretamente quando se considera também sua origem na fase da primazia do falo (FREUD, 1923/2011, p. 172-173).

A partir desse momento, o menino é transpassado por uma angústia, pois, se há seres que foram castrados, ele corre o risco de sofrer o mesmo. Dessa forma, o complexo de castração encontra-se correlacionado com o complexo de Édipo (COSTA, 2010). Apesar disso, Freud diz que não devemos crer que o menino prontamente generaliza a sua observação de que várias pessoas do sexo feminino não possuem pênis. Momentaneamente, o menino acha que apenas mulheres indignas, provavelmente culpadas por terem inclinações merecedoras de proibição como as dele, teriam perdido o genital. Nessa consideração feita pelo garoto, mulheres respeitáveis, como sua mãe, conservam o pênis por muito tempo. Ainda não há nexos, para o garoto, entre ser mulher e a ausência de pênis. Somente depois, ele descobre que a mãe também sofreu essa perda (FREUD, 1923/2011).

Na fase fálica, então, a oposição que se estabelece é entre pessoas com órgão genital masculino e pessoas castradas. Assim, não podemos falar, ainda, de uma contraposição existente entre masculino e feminino, mas entre fálico e castrado (ou ativo e passivo), o que leva Freud a postular a existência de uma só libido, masculina, no sentido de ativa (COSTA, 2010).

No estágio da organização pré-genital sadicoanal não se pode ainda falar de masculino e feminino, prevalece a oposição de ativo e passivo. No estágio da organização genital infantil que então se segue, há masculino, mas não feminino; a oposição é: genital masculino ou castrado. Apenas ao se completar o desenvolvimento, na época da puberdade, a polaridade sexual coincide com masculino e feminino. O masculino reúne o sujeito, a atividade e a posse do pênis, o feminino assume o objeto e a passividade (FREUD, 1923/2011, p. 175).

Freud (1924/2011) esclarece que a organização genital fállica da criança, simultânea à fase do complexo de Édipo, não continua a se desenvolver até a organização genital definitiva, mas sucumbe devido à ameaça de castração, sendo substituída pelo período de latência. A observação analítica permitiria reconhecer os elos existentes entre organização fállica, complexo de Édipo, ameaça de castração, formação do supereu e período de latência.

Os investimentos objetivos são abandonados e substituídos pela identificação. A autoridade do pai ou dos pais, introjetado no Eu, forma ali o âmago do Super-eu, que toma ao pai a severidade, perpetua a sua proibição do incesto e assim garante o Eu contra o retorno do investimento libidinal de objeto. As tendências libidinais próprias do complexo de Édipo são dessexualizadas e sublimadas em parte, o que provavelmente ocorre em toda transformação em identificação, e em parte inibidas na meta e mudadas em impulsos ternos. Todo o processo, por um lado, salvou o genital, afastou dele o perigo da perda, e, por outro lado, paralisou-o, suspendeu sua função. Com ele tem início o período de latência, que interrompe o desenvolvimento sexual da criança (FREUD, 1924/2011, p. 208-209).

Se, com relação ao complexo de Édipo na menina, tudo parecia transcórrer de forma similar ao do garoto, Freud se apercebe da falta de simetria na trama edipiana de ambos os sexos. Ele é levado, então, a romper radicalmente com essa ideia de similitude, tendo essa descoberta se tornado possível a partir da teorização da fase fállica (DIAS, 2009; COSTA, 2010). A partir desse ponto, o complexo de Édipo assume caminhos diferentes, em virtude da descoberta da diferença anatômica entre os sexos, erigindo, para Freud, a indagação sobre como se desenrola o desenvolvimento correspondente nas meninas (COSTA, 2010).

Neste ponto, nosso material se torna – incompreensivelmente – muito mais obscuro e insuficiente. Também o sexo feminino desenvolve um complexo de Édipo, um Super-eu e um período de latência. (...) Mas as coisas não se passam como no garoto. (...) A diferença morfológica tem de manifestar-se em diferenças no desenvolvimento psíquico. (...) O clitóris da menina se comporta primeiramente como um pênis, mas, na comparação com um camarada de brinquedo do sexo masculino, ela nota que “saiu perdendo”, e sente esse fato como desvantagem e razão para inferioridade. Durante algum tempo ela se consola com a expectativa de mais tarde, quando crescer, vir a ter um apêndice grande como o de um menino. Aqui se separa o complexo de masculinidade da mulher. A menina não entende sua falta de pênis como uma característica sexual, explica-a pela hipótese de que já possuiu um membro do mesmo tamanho e depois o perdeu com a castração. Não parece estender essa conclusão a outras, a mulheres adultas, mas atribuir-lhes um genital grande e completo, masculino, exatamente no sentido da fase fállica. Disso resulta a diferença essencial de que a menina aceita a castração como fato consumado, enquanto o menino teme a possibilidade da consumação (FREUD, 1924/2011, p. 211-212).

Considerando-se esse enquadre, a expressão “angústia de castração” não seria aplicável à menina, uma vez que ela não pode temer o que já ocorreu. Entretanto, ao se defrontar com a

ausência do pênis, queda-se decepcionada com a mãe e a responsabiliza por tê-la concebido insuficientemente aparelhada, quando se compara com outros seres. Sobrevém, dessa forma, um sentimento que Freud nomeia de inveja do pênis. A descoberta da castração acarreta diversas consequências para a menina e, a partir dela, caminhos podem ser trilhados para que ela constitua a sua feminilidade e para que se desvincilhe do objeto materno. Segundo Freud, a garota, ao longo do seu percurso para tornar-se mulher, deverá renunciar à erotização do clitóris (órgão correlato do pênis) para que a isso se suceda a erotização vaginal. Porém, além de fazer uma transição de investimento de um órgão para outro, ela pode enfrentar, também, um processo de substituição do objeto materno pelo paterno (COSTA, 2010).

Faz-se essencial destacar que Freud põe em evidência uma etapa que é considerada a fase pré-edípica da menina, em que, também para ela, a mãe é o primeiro objeto de amor. Portanto, o enamoramento pelo pai transcorre sucessivamente à ruptura da intensa ligação originária com a mãe. Ao deduzir que é marcada por uma suposta inferioridade anatômica, a menina lança-se na busca de objetos que possam repará-la. Ressentida com a mãe e com o objetivo de obter o pênis que lhe foi negado, a garota abandona a mãe e elege o pai como objeto de seu amor. Ulteriormente, essa busca é substituída pelo desejo de ter um filho, que seria o equivalente simbólico do pênis. Contudo, a decepção frente ao pai, que se nega a atender a essa gratificação, é o que a conduz ao abandono progressivo do complexo de Édipo (DIAS, 2009; COSTA, 2010).

O complexo de Édipo da menina é muito mais inequívoco do que o do pequeno portador de pênis; segundo minha experiência, raramente vai além da substituição da mãe e da postura feminina diante do pai. A renúncia ao pênis não é tolerada sem uma tentativa de compensação. A garota passa – ao longo de uma equação simbólica, poderíamos dizer – do pênis ao bebê, seu complexo de Édipo culmina no desejo, longamente mantido, de receber do pai um filho como presente, de lhe gerar um filho. Temos a impressão de que o complexo de Édipo vai sendo aos poucos abandonado porque tal desejo não se realiza. Os dois desejos, de ter um pênis e um filho, permanecem fortemente investidos no inconsciente, e ajudam a preparar o ser feminino para o seu futuro papel sexual. (...) Mas no conjunto é preciso admitir que nossa compreensão desses processos de desenvolvimento da menina é insatisfatória, plena de lacunas e pontos obscuros (FREUD, 1924/2011, p. 212-213).

Somente na década de 1930, ao elaborar os artigos que tratavam sobre a feminilidade, foi que Freud delimitou algumas especificidades da sexualidade feminina, ressaltando a expressiva importância que o período pré-edípico representa para a mulher. Ademais, Freud conjecturou que, distintamente do que sucede com os meninos, as meninas perduram no complexo de Édipo por um tempo indeterminado, sofrendo sua dissolução mais tardiamente e, não obstante, de modo incompleto. Quanto à constituição do supereu, essa instância psíquica

seria selada por um prejuízo, o que resultaria, nas mulheres, um ífero senso de justiça e uma reduzida capacidade de sublimação (COSTA, 2010).

Num menino, o complexo de Édipo, no qual ele deseja a mãe e gostaria de eliminar seu pai, por ser este um rival, evolui naturalmente da fase de sexualidade fálica. A ameaça de castração, porém, impele-o a abandonar essa atitude. Sob impressão do perigo de perder o pênis, o complexo de Édipo abandonado, reprimido e, na maioria dos casos, inteiramente destruído, e um severo superego instala-se como herdeiro. O que acontece à menina é quase o oposto. O complexo de castração prepara para o complexo de Édipo, em vez de destruí-lo; a menina é forçada a abandonar a ligação com sua mãe através da influência de sua inveja do pênis, e entra na situação edípica como se esta fora um refúgio. Na ausência do temor de castração, falta o motivo principal que leva o menino a superar o complexo de Édipo. As meninas permanecem nele por um tempo indeterminado; destroem-no tardiamente e, ainda assim, de modo incompleto. Nessas circunstâncias, a formação do superego deve sofrer um prejuízo; não consegue atingir a intensidade e a independência, as quais lhe conferem sua importância cultural, e as feministas não gostam quando lhe assinalamos os efeitos desse fator sobre o caráter feminino geral (FREUD, 1933/1996, p. 128-129).

Tais constatações carregaram Freud a reputar o feminino como um “continente obscuro”, um campo impregnado de enigmas. Ele reconheceu suas limitações na teorização a respeito da feminilidade, sugerindo que aqueles que quisessem saber mais a respeito dessa temática que consultassem os poetas ou que aguardassem respostas mais coerentes da ciência (DIAS, 2009). Freud não intentou eclipsar os impasses teóricos com os quais se deparou ao longo de suas investigações sobre o complexo de Édipo, principalmente no que tange à problemática feminina. Tal atitude possibilitou que analistas que o sucederam pudessem promover frutíferos avanços nos decursos dos anos (TEIXEIRA, 2014).

Tramitando por essa senda, Lacan destacou-se ao redimensionar o complexo de Édipo a partir da elaboração da metáfora paterna e do conceito de significante do Nome-do-Pai, conforme verificaremos a partir de agora.

3.2.2. A concepção lacaniana sobre o complexo de Édipo

Lacan, ao abordar a questão do complexo de Édipo, descreve-a como uma estrutura em que a posição de seus membros (pai, mãe e filho) é determinada por algo que circula entre eles: o falo, elemento central na organização da sexualidade humana. Em sua teorização, Lacan retomará o conceito de falo, afirmando-o enquanto um componente que, embora possa adquirir uma consistência imaginária, é sobretudo um significante privilegiado, o significante da falta. Para Lacan, somente a partir do conceito de falo, como elemento terceiro na relação da criança com a mãe, é que se torna passível de entendimento a noção de relação de objeto. Em um

primeiro instante, a criança, ao se deparar com a ausência de pênis na mulher, vivencia a castração como uma privação, isto é, como uma falta real. Entretanto, a castração não é efetivamente real, não acomete propriamente os genitais. A castração é, na verdade, de ordem simbólica. Ela contunde a imagem narcísica com uma ausência, uma incompletude, denunciando a falta fálica que, por seu turno, orienta o desejo. Destarte, a referência ao falo não é a castração do pênis, mas a referência ao pai, ou seja, a uma função que vai exercer uma mediação na relação da criança com a mãe (DIAS, 2009; COSTA, 2010).

Ao reconsiderar a tríade imaginária mãe-criança-falo, Lacan salienta o papel fundamental do desejo da mãe e atesta a metáfora paterna como a operação que vai imprimir uma resolução a esse complexo de relações. Com isso, inscreve-se a impossibilidade de completude de todo ser humano, viabilizando a sua inscrição enquanto sujeito do desejo. Com a elaboração da metáfora paterna, Lacan pretende ressaltar o papel essencial do pai como terceiro elemento na relação entre a mãe e a criança. Contudo, empenha-se cuidadosamente para manter o complexo de Édipo fora de um ideal paternalista, distinguindo a função paterna da figura do pai no contexto da realidade. Situando a figura do pai enquanto aquele que vai fundar o desejo ao interditar a mãe e instaurar a lei, Lacan demove o pai do lugar do genitor para o âmbito do simbólico, em que será exercida a função de nomeação, que permitirá à criança a aquisição de sua subjetividade enquanto ser desejante e a assunção de sua posição sexuada. Os aspectos fundamentais atrelados à função do pai encontram-se, dessa maneira, articulados à linguagem (COSTA, 2010).

A função do pai tem seu lugar, um lugar bastante grande, na história da análise. Está no centro da questão do Édipo, e é aí que vocês a veem presentificada. Freud introduziu-a logo de início, uma vez que o complexo de Édipo aparece desde *A ciência dos sonhos*. O que o inconsciente revela, no princípio, é, acima de tudo, o complexo de Édipo. A importância da revelação do inconsciente é a amnésia infantil, que incide sobre o quê? Sobre a existência dos desejos infantis pela mãe e sobre o fato de esses desejos serem recalçados. E não apenas eles são reprimidos, como se esquece que esses desejos são primordiais. E não apenas são primordiais, como estão sempre presentes. Foi daí que partiu a análise e é a partir daí que se articula um certo número de indagações clínicas (LACAN, 1957-1958/1999, p. 166-167).

Lacan perfaz uma nova leitura do complexo de Édipo freudiano, procedendo um câmbio na conjectura tradicional e ambientalista da função dos pais junto à criança para uma formulação mais estrutural de família. Em *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente*, Lacan (1957-1958/1999) empreende uma crítica ao emprego da expressão “carência paterna”, indicando que não importa o registro biográfico do pai. Sendo assim, não tem relevância se o pai está presente ou ausente na família, nem tampouco se suas condutas pessoais, sociais ou

legais o tornam um “bom” ou “mau” pai. O que tem frontal pertinência é a eficiência da função paterna enquanto entidade simbólica (COSTA, 2010).

Que é o pai? Não digo na família, porque, na família, ele é tudo o que quiser, é uma sombra, é um banqueiro, é tudo o que tem de ser, ele o é ou não é, o que às vezes tem toda a sua importância, mas também pode não ter nenhuma. A questão toda é saber o que ele é no complexo de Édipo. Pois bem, o pai, aí, não é um objeto real, mesmo que tenha de intervir como objeto real para dar corpo à castração. Mas, se ele não é objeto real, é o quê? Ele tampouco é unicamente um objeto ideal, porque, por esse aspecto, só podem ocorrer acidentes. Ora, o complexo de Édipo, afinal, não é unicamente uma catástrofe, uma vez que é a base de nossa relação com a cultura, como se costuma dizer. Então, naturalmente, vocês dirão, *O pai é o pai simbólico, você já disse*. De fato, já lhes disse isso o bastante para não ter de repeti-lo hoje. O que lhes trago hoje, justamente, dá um pouco mais de exatidão à ideia de pai simbólico. É isto: o pai é uma metáfora. (...) Uma metáfora, como já lhes expliquei, é um significante que surge no lugar de outro significante. Digo que isso é o pai no complexo de Édipo, ainda que isso venha a aturdir os ouvidos de alguns. Digo exatamente: o pai é um significante que substitui outro significante. Nisso está o pilar, o pilar essencial, o pilar único da intervenção do pai no complexo de Édipo. E, não sendo nesse nível, que vocês procuram as carências paternas, não irão encontrá-las em nenhum outro lugar. A função do pai no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno (LACAN, 1957-1958/1999, p. 180).

A partir disso, Lacan vem assinalar que o determinante é o significante do Nome-do-Pai. Portanto, a questão que se apresenta aqui não implica uma figura personificada, mas um significante. No complexo de Édipo, segundo Lacan, o substancial é que o sujeito tenha adquirido a dimensão do Nome-do-Pai (COSTA, 2010).

Trata-se do que chamo de Nome-do-Pai, isto é, o pai simbólico. Esse é um termo que subsiste no nível do significante, que, no Outro como sede da lei, representa o Outro. É o significante que dá esteio à lei, que promulga a lei. (...) É precisamente isso que é expresso por esse mito necessário ao pensamento de Freud que é o mito de Édipo. Examinem-no mais de perto. É necessário que ele mesmo forneça a origem da lei sob essa forma mítica. Para que haja alguma coisa que faz com que a lei seja fundada no pai, é preciso haver o assassinato do pai. As duas coisas estão estreitamente ligadas – o pai como aquele que promulga a lei é o pai morto, isto é, o símbolo do pai. O pai morto é o Nome-do-Pai, que se constrói aí sobre o conteúdo (LACAN, 1957-1958/1999, p. 152).

O significante do Nome-do-Pai está relacionado, dessa forma, com o pai instituído enquanto tal pelo discurso da mãe. É imprescindível que esse significante seja referido a um terceiro termo, sem ambiguidade, marcado em sua diferença sexual com relação à mãe, que, por sua vez, deve ter sido submetida à lei do pai (DIAS, 2009; COSTA, 2010). Tal significante, segundo Lacan, possui duas funções essenciais na constituição do sujeito: a de transmitir o não da interdição do incesto e a de nomeação do filho, inserindo-o na série das gerações. Portanto,

é pelos efeitos da operação do Nome-do-Pai no inconsciente que esse significante exerce uma intervenção no complexo de Édipo, introduzindo a norma fálica para a criança (COSTA, 2010).

O pai intervém em diversos planos. Antes de mais nada, interdita a mãe. Esse é o fundamento, o princípio do complexo de Édipo, é aí que o pai se liga à lei primordial da proibição do incesto. É o pai, recordam-nos, que fica encarregado de representar essa proibição. Às vezes, tem de manifestá-la de maneira direta, quando a criança se deixa levar por suas expansões, manifestações e pendores, mas é para além disso que ele exerce esse papel. É por toda a presença, por seus efeitos no inconsciente, que ele realiza a interdição da mãe (LACAN, 1957-1958/1999, p. 174-175).

Nesse mesmo seminário, Lacan expõe a sua formulação sobre o complexo de Édipo em três tempos lógicos, apontando diferentes níveis da identificação com a instância paterna (DIAS, 2009). Ato contínuo, sumarizamos alguns aspectos elementares sobre tais tempos.

3.2.2.1. *Primeiro tempo lógico do complexo de Édipo*

O primeiro tempo coincide com o estágio do espelho, em que a criança, embora já esteja alinhavando-se enquanto um sujeito, ainda encontra-se numa relação de assujeitamento ao desejo da mãe, identificada ao seu objeto de desejo (DIAS, 2009; COSTA, 2010). Sobre isso, Lacan diz:

Portanto, é na medida em que a criança assume inicialmente o desejo da mãe – e ela só o assume como que de maneira bruta, na realidade desse discurso – que ela se abre para se inscrever no lugar da metonímia da mãe, isto é, para se transformar no que lhes designei, outro dia, como seu assujeito (LACAN, 1957-1958/1999, p. 208).

A condição de fragilidade e dependência absoluta da criança acaba por facilitar essa relação de enevoadada indistinção com a figura materna. A proximidade possibilitada pelos cuidados prestados, favorece para que a criança se faça objeto do que é suposto faltar à mãe. Desse modo, o bebê perfaz o papel do falo materno, numa tentativa de encobrimento da inextinguível falta que assola o ser humano. Com esse arranjo, a criança e a mãe fabricam uma unidade narcísica em que cada um concede ao outro uma ilusão de completude (DIAS, 2009; COSTA, 2010).

No entanto, o lugar do falo vem demarcar, irrevogavelmente, que nem a mãe nem a criança são um todo, uma vez que a cada um falta algo. A postura da mãe perante o significante fálico será um dos aspectos mais decisórios para a criança poder se estabelecer como desejante. Assim, é necessário que o pai alvoreça como representante do falo, enquanto significante do desejo da mãe (COSTA, 2010). Lacan profere que:

(...) a relação do filho com o falo se estabelece na medida em que o falo é o objeto de desejo da mãe. Além disso, a experiência nos prova que esse elemento desempenha um papel ativo essencial nas relações que o filho mantém com o casal parental. (...) A experiência analítica nos prova que o pai, como aquele que priva a mãe do objeto de seu desejo, a saber, o objeto fálico, desempenha um papel absolutamente essencial, não direi nas perversões, mas em qualquer neurose e em todo o desenrolar, por mais fácil e mais normal que seja, do complexo de Édipo. Vocês sempre constatarão, na experiência, que o sujeito posicionou-se de uma certa maneira, num momento de sua infância, quanto ao papel desempenhado pelo pai no fato de a mãe não ter falo. Esse momento nunca é elidido (LACAN, 1957-1958/1999, p. 190-191).

Assim, é no triângulo edípico que o sujeito vai perscrutar e encontrar seu lugar, a partir de onde poderá interrogar o desejo do Outro. Na releitura lacaniana do complexo de Édipo, esse é o instante em que o significante do Nome-do-Pai deve advir para barrar o desejo da mãe, dando a este uma significação, inscrevendo o falo no Outro, operando a castração. A lei do pai, manifestada pela proibição do incesto, deve desabrigar a criança da posição ideal de ser o falo materno. Conquanto o pai não desempenhe esse papel, a criança sobrestará subjugada à economia do desejo da mãe sob a égide do falo imaginário (DIAS, 2009; COSTA, 2010).

3.2.2.2. *Segundo tempo lógico do complexo de Édipo*

O segundo momento destaca-se pela ruptura da célula narcísica mãe-criança-falo, através da intervenção do pai, que vai repercutir sobre vários registros. No que tange à criança, o pai vai agir entabulando a interdição à mãe, o que implica a renúncia à identificação fálica. Na esfera do que se passa com a mãe, o pai atua privando-a do falo que ela supõe ter, ou seja, impõe uma barra a seu gozo, ao impedi-la de considerar a criança como objeto de desejo. Entra em campo o pai imaginário, soerguendo-se para a criança como um “outro”, como um objeto fálico, cuja emergência insufla uma rivalidade (DIAS, 2009; COSTA, 2010). Segundo Lacan:

Esse segundo tempo tem como eixo o momento em que o pai se faz pressentir como proibidor. Ele aparece mediado no discurso da mãe. Agora há pouco, na primeira etapa do complexo de Édipo, o discurso da mãe era captado em estado bruto. Dizer agora que o discurso do pai é mediado não significa que façamos intervir novamente o que a mãe faz da palavra do pai, mas que a fala do pai intervém efetivamente no discurso da mãe. Portanto, ele então aparece menos velado do que na primeira etapa, mas não é completamente revelado. É a isso que corresponde o uso do termo *mediado*, nessa ocasião. Nessa etapa, o pai intervém a título de mensagem para a mãe. (...) Essa mensagem não é simplesmente *Não te deitarás com tua mãe*, já nessa época dirigido à criança, mas um *Não reintegrarás teu produto*, que é endereçado à mãe (LACAN, 1957-1958/1999, p. 209).

A intervenção do pai passa a mediar, então, o desejo da mãe, permitindo o encontro da criança com a lei paterna. Para além de não ser o falo, a criança também é instada a não o ter, tal qual a mãe, incidindo aí o complexo de castração. Decorre disso uma experiência de separação entre bebê e mãe, inicialmente sofrida passivamente, mas que transpõe-se em uma vivência ativa através da infiltração da linguagem. Como consequência desse processo, o pai ascende do lugar de pai imaginário para o de pai simbólico, ao ser investido como aquele que supostamente tem o falo, pai característico do terceiro tempo do Édipo e do qual depende o seu declínio (DIAS, 2009; COSTA, 2010).

3.2.2.3. *O terceiro tempo lógico do Édipo*

Nesse estágio, a castração passa a ser vivenciada em sua dimensão simbólica, com a inscrição da função paterna no psiquismo da criança, o que possibilita sua inserção no campo das significações fálicas. Ocorrendo a metáfora paterna, efetua-se uma operação psíquica que oportuniza à criança reconhecer-se como alguém referido ao falo enquanto um significante que organiza a cultura, concedendo ao sujeito a abertura para o enigma do seu próprio desejo (BERNARDINO, 2020). De acordo com Lacan:

O terceiro tempo é este: o pai pode dar à mãe o que ela deseja, e pode dar porque o possui. (...) O pai se revela como aquele que tem. É a saída do complexo de Édipo. Essa saída é favorável na medida em que a identificação com pai é feita nesse terceiro tempo, o qual ele intervém como aquele que tem o falo. Essa identificação chama-se *Ideal do eu*. Ela vem inscrever-se no triângulo simbólico no polo em que está o filho, na medida em que é no polo materno que começa a se constituir tudo o que depois será realidade, ao passo que é no nível do pai que começa a se constituir tudo o que depois será o supereu. (...) É por intervir como aquele que tem o falo que o pai é internalizado no sujeito como Ideal do eu, e que, a partir daí, não nos esqueçamos, o complexo de Édipo declina. (...) A metáfora paterna desempenha nisso um papel que é exatamente o que poderíamos esperar de uma metáfora – leva à instituição de alguma coisa que é da ordem do significante, que fica guardada de reserva, e cuja significação se desenvolverá mais tarde (LACAN, 1957-1958/1999, p. 200-201).

A experiência edípica inscreve o sujeito no campo da filiação e, ao colocar para ele a percepção da diferença sexual e a possibilidade de se questionar sobre o seu desejo, propicia a instauração da posição sexuada (BERNARDINO, 2020). Conforme Machado (2019, p. 161): “Por não se saber bem o que se é, e de que lado na partilha dos sexos se está, fica-se identificado aos elementos contingentes dos polos edípicos, satisfazendo-se com as insígnias fálicas”. Lacan menciona:

(...) há no Édipo a assunção do próprio sexo pelo sujeito, isto é, para darmos os nomes às coisas, aquilo que faz com que o homem assuma o tipo viril e com que a mulher assumam um certo tipo feminino, se reconheça como mulher, identifique-se com suas funções e mulher. A virilidade e a feminização são os dois termos que traduzem o que é, essencialmente, a função do Édipo. Encontramo-nos, aí, no nível em que o Édipo está diretamente ligado à função do Ideal do eu – ele não tem outro sentido (LACAN, 1957-1958/1999, p. 171).

Todavia, a identificação consegue prover respostas à questão da partilha dos sexos apenas pelas vias simbólica e imaginária. Assim, no desenrolar de seu ensino, o esforço lacaniano vai além, fazendo comparecer também a dimensão real ao propor a sexuação e suas fórmulas lógicas, que vão distinguir o homem e a mulher, em última análise, por sua modalidade de gozo (SOLER, 2005; TEIXEIRA, 2014; MACHADO, 2019).

3.3. Sexuação

O termo sexuação, proposto por Lacan e cujas fórmulas lógicas ele fornece em *O aturdido*, esquematiza a identificação do homem e da mulher, em última análise, através da escolha de modalidade de gozo. As fórmulas também são apresentadas em *O seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante*, e continuam sendo comentadas em *O seminário, livro 20: Mais, ainda*, onde são apresentadas em um quadro final. Notadamente neste seminário, evidencia-se a função fálica enquanto um obstáculo à inscrição da relação sexual, o que repercute em importantes consequências no modo de conceber a diferença dos sexos. Lacan também delinea uma especificidade do gozo feminino, que só será abordável pela via lógica e que localizará a mulher não-toda no gozo fálico, subtraindo-a, assim, de uma lógica de tipo universal (SOLER, 2005; DE COCK, 2008).

As fórmulas da sexuação devem ser analisadas à luz da dialética do masculino e do feminino e sua aplicação desloca esse par de seu prestígio imaginário, para articular suas funções a uma lógica. No campo do homem, todos os sujeitos estabelecem uma relação com a função fálica, estando submetidos à castração, transitando na órbita de sua ameaça, sob a organização do gozo fálico. Contudo, há ao menos Um que não está submetido à função fálica: o pai da horda primitiva, a quem se supõe gozar de todas as mulheres, privando os filhos de usufruírem delas. O pai primitivo encarna o gozo absoluto e o situa como impossível, instaurando o universal que caracteriza o masculino e sua função lógica. Dessa maneira, o gozo como interdito (fundado mediante a exclusão do gozo absoluto) tem por correlato a categoria universal “todos os homens”. Tendo o seu gozo centrado pelo significante do falo, o homem é, portanto, todo fálico (ASSOUN, 2006).

No campo da mulher, os sujeitos têm relação com a função fálica, mas está em falta o Um que declinou da interdição. Por conseguinte, é o não-todo que caracteriza o feminino em sua função lógica, em que uma parte do gozo inscreve-se na função fálica. Porém, na ausência de ameaça de castração, o gozo absoluto não está excluído. A impossibilidade do gozo absoluto não está metaforizada como proibição, o qual planta o germe de um gozo suplementar. Em consequência, as mulheres não compõem um todo, não havendo um coletivo (ASSOUN, 2006).

A respeito desse gozo suplementar, Lacan minudencia:

(...) é justamente pelo fato de que, por ser não-toda, ela tem, uma relação ao que designa de gozo a função fálica, um gozo suplementar. Vocês notarão que eu disse *suplementar*. Se tivesse dito complementar, onde é que estaríamos! Recairíamos no todo! (...) Não é porque ela é não-toda na função fálica que ela deixe de estar nela de todo. Ela não está lá não de todo. Ela está lá a toda. Mas há algo a mais (LACAN, 1972-1973/2008, p. 79-80).

Tal gozo não sofre o efeito de barra do significante, constituindo-se enquanto foracluído do simbólico: o Outro gozo, gozo do Outro. Ao exemplificá-lo, Lacan discorre sobre o gozo dos santos místicos que vivenciam a experiência insondável do êxtase. Esta e outras manifestações dessa modalidade de gozo são caracterizadas pela inacessibilidade através da linguagem, refletindo a relação de impossibilidade que existe entre o significante e o real. A impossibilidade é experimentada, então, no campo do gozo fálico, como um insucesso em gozar da totalidade do corpo do Outro, uma impraticabilidade de perfazer o Um da relação sexual. Em contrapartida, na esfera do gozo do Outro, “essa impossibilidade é a própria exterioridade de tal gozo em relação à linguagem” (TEIXEIRA, 2014, p. 126).

Com a construção lógica acerca da sexuação, Lacan promove uma impactante ruptura com a problemática do masculino e do feminino enquanto uma polaridade mitológica que funciona como sustentáculo do imaginário da complementaridade dos sexos (ASSOUN, 2006). Essa pretensa harmonia inexistente são necessários complexos movimentos psíquicos para que o ser falante, tomando como referência o seu sexo anatômico, possa elaborar subjetivamente a diferença sexual e se posicionar enquanto homem ou mulher (CECCARELLI, 1999). Seguindo a discussão nessa vertente, na seção seguinte, traçaremos algumas articulações mais específicas sobre como a dimensão do corpo comparece na problemática da assunção da posição sexuada.

3.4. Posição sexuada e dimensão corporal

Dissertar sobre o corpo e a diferença sexual, a partir de uma leitura psicanalítica, é uma laboriosa faina. Se, por um lado, o sujeito do inconsciente não tem sexo, por outro, o sujeito é

detentor de um corpo sexuado. A sexuação marca uma dramática distinção entre os seres falantes e os animais inseridos na natureza. Para estes, os fenômenos da sexualidade não são governados pelas leis da linguagem, mas pela potência dos instintos. Por isso, fora do estado do cio, na maioria das vezes há consideráveis dificuldades para se diferenciar o sexo dos animais somente pela observação de sua morfologia ou do seu comportamento (TEIXEIRA, 2014). Por sua vez, o ser humano apresenta caracteres físicos que permitem diferenciar o macho e a fêmea. Entretanto, esse aspecto orgânico revela-se insuficiente para justificar a sexuação, que remete à identificação de uma modalidade masculina ou feminina (DE COCK, 2008; FINGERMAN, 2021).

Destoando do que pareceria sugerir, a frase de Freud (1924/2011, p. 211) “A anatomia é o destino” não apregoa nenhum naturalismo. Refere-se, antes de tudo, a um processo de desnaturação do ser falante pela linguagem, em que a diferença natural dos sexos só adquire repercussões subjetivas ao passar pelas tramas complexas do discurso. Tempos depois, Lacan lança uma provocação que incita ao fim de qualquer ideia defensora do determinismo da natureza: os sujeitos teriam escolha no que diz respeito a ser homem ou ser mulher. Os casos referentes à transexualidade, ao travestismo e a situações em que o sujeito se indaga recorrentemente se é, de fato, homem ou mulher (muitas vezes a ponto de se sentirem impelidos a darem demonstrações disso) escancaram que os sujeitos se identificam debilmente com sua anatomia, inquietando-se atordoadamente com seu ser sexuado. Se o aparato anatômico norteia o registro civil, não rege, absolutamente, o desejo nem a pulsão (SOLER, 2005).

O corpo é o horizonte fundamental do masculino e do feminino, na medida em que tem demonstrado estar atravessado e dividido pela castração. Todavia, a questão da distinção entre masculino e feminino, inicialmente dada como morfológica para designar meninos e meninas, não pode ser tomada como decisória sem que seja considerada a dinâmica psíquica daquilo que organiza o devir do sujeito. Tal distinção não é originariamente problemática para a criança, devendo-se lançar atenção ao momento em que isso se impõe como questionamento, o que ocorre usualmente no período exploratório que conduz ao descobrimento da diferença sexual na dimensão corporal (ASSOUN, 2006). Sobre esse instante, em seu texto *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, Freud (1925/1996) descreve a existência de um contraste interessante entre o comportamento dos dois sexos:

(...) quando um menino pela primeira vez chega a ver a região genital de uma menina, começa por demonstrar irresolução ou falta de interesse; não vê nada ou rejeita o que viu, abrandando a expressão dele ou procura expedientes para colocá-lo de acordo com suas expectativas. Somente mais tarde, quando possuído de alguma ameaça de castração, é que a observação se torna importante para ele; se então a relembra ou

repete, ela desperta nele uma terrível tormenta de emoção e o força a acreditar na realidade da ameaça de que havia rido até então. Essa combinação de circunstâncias conduz a duas reações, capazes de se tonarem fixas e, se assim for, quer separada, quer juntamente, quer em conjunto com outros fatores, determinarão permanentemente as relações do menino com as mulheres: horror da criatura mutilada ou desprezo triunfante por ela. Esses desfechos, contudo, pertencem ao futuro, embora não muito remoto. A menina se comporta diferentemente. Faz seu juízo e toma sua decisão num instante. Ela o viu, sabe que não tem e quer tê-lo (FREUD, 1925/1996, p. 281).

Alicerçado nessa cena, o destino da diferença sexual começa a ser decidido a partir do olhar. No instante da defrontação com a distinta aparelhagem anatômica, vê-se um garoto emotivo, indeciso e evasivo, que, movido pela ameaça, tenta suspender a percepção do que viu naquilo que considera a prova de castração. Em contrapartida, a menina revela-se racional e pragmática (ASSOUN, 2006). O temor deflagrado pela castração na esfera corporal implanta, então, a falta como algo nuclear na constituição do sujeito e fundamental para a organização da identificação (GOMES, 2018).

(...) O complexo de castração sempre opera no sentido implícito do seu conteúdo: ele inibe e limita a masculinidade e incentiva a feminilidade. A diferença entre o desenvolvimento sexual dos indivíduos do sexo masculino e feminino no estágio que estivemos considerando é uma consequência inteligível da distinção anatômica entre seus órgãos genitais e da situação psíquica aí envolvida; corresponde à diferença entre uma castração que foi executada e outra que simplesmente foi ameaçada (FREUD, 1925/1996, p. 285).

Essas valiosas elaborações freudianas indicam que a instauração do ser enquanto homem ou mulher, embora se reporte ao corpo biológico, não se funda de forma determinante a partir da anatomia, uma vez que implica inquestionavelmente a repercussão psíquica que tal fato vai provocar (GOMES, 2018). Nesse artigo, Freud parece tentar discernir categorias que, a partir de uma perspectiva lacaniana, poderiam ser articuladas com os três registros da sexuação: real, simbólico e imaginário. Inicialmente, ele salienta as diferenças corporais, que teriam o estatuto de um real, uma vez que a anatomia não é fruto de uma escolha voluntária do sujeito, mas implica características originárias, inegociáveis. Esta seria, então, a dimensão que remete ao impossível, constituído por aquilo da instância corporal que se apresenta sem a mediação da linguagem (ou seja, que não se inscreve no simbólico) e que escapa ao sentido (e, portanto, ao imaginário) (TEIXEIRA, 2014).

Ao passo que a diferença sexual anatômica não é uma eleição do sujeito, ela é traduzida em diferença significativa, quando acontece o reconhecimento do sexo biológico do bebê pelo entorno familiar, inscrevendo-o no campo dos seres sexuados como “menino” ou “menina”. Opera-se, através desse enredo, a transposição do real ao simbólico, universo existente

previamente ao sujeito. O significante enlaça-se à anatomia, antes de qualquer posição do sujeito. Preliminarmente, a base anatômica com que o ser falante advém ao mundo forja uma identidade que o arremessa à vocação para se tornar homem ou mulher, permeada de uma carga de deveres, normas, modelos, obrigações e proibições atreladas a essas duas identidades. Todavia, a partir do instante em que ao dado biológico segue-se a inscrição no simbólico, a posição sexuada do sujeito poderá alinhar-se a ele ou não. A escolha de gozo, que não equivale à nomeação dada ao sexo, poderá corroborar ou refutar a anatomia. É pertinente sublinhar que tal escolha não comporta nenhum livre arbítrio, já que ela é de ordem inconsciente, considerando-se a acepção do termo freudiano “escolha da neurose” (SOLER, 2005; TEIXEIRA, 2014).

Ademais, o sujeito, que padece cronicamente de uma dependência da imagem do outro, perscruta atentamente o seu semelhante, buscando modelos que o orientem a agir como homem ou mulher. Almejando construir uma identidade sexual, baseia-se em traços imaginários (trejeitos, vestimentas, pensamentos ações, comportamentos etc.) coletados a partir do que o meio social circundante estipula. Porém, tais características são da ordem do semblante, que não constitui propriamente uma identidade sexual, mas que concede a chance de fazer laço social, através de uma encenação que tenta dar conta da ausência de uma inscrição significativa para a distinção entre os sexos (TEIXEIRA, 2014; QUINET, 2020).

Se a diferença anatômica é um dado insuficiente para definir a posição do ser sexuado e se há um jogo de imagens que tentam dar conta da diferença sexual, variando profusamente em distintas épocas e culturas, emerge o questionamento sobre qual seria o componente que poderia asseverar a especificidade da posição sexuada. Para buscar solucionar essa indagação, Freud delimitou o falo enquanto um elemento simbólico decisivo na constituição da posição sexuada dos seres falantes. Uma vez que o inconsciente não reconhece o par masculino/feminino, mas apenas fálico/castrado, ambos os sexos irão buscar lastro nesse mesmo elemento simbólico. Esse raciocínio freudiano, ao convocar a dimensão do simbólico, permite uma saída aos óbices engendrados pela consideração da sexuação sob o prisma de um puro real das diferenças anatômicas ou de um puro imaginário dos traços designados pela cultura. Lacan avança nessa rota ao tentar dirimir a conotação imaginária da castração, acentuando o seu caráter simbólico, inscrevendo teoricamente a sexuação no campo da linguagem (TEIXEIRA, 2014).

Como afigurado anteriormente, as fórmulas da sexuação estipulam duas modalidades de gozo: toda fálica e não-toda fálica. A partir dessa conjuntura, Lacan introduz um fator identificatório no nível do real do gozo. Antes do ano de 1972, o argumento lacaniano

testificava que não havia propriamente uma identidade sexual. Evidentemente, como foi comentado, ele considerava a valência do falo no âmbito da identificação, mas sem conceber a ele o poder de conferir precisamente uma identidade sexual, já que esse significante viabilizaria processos que seriam da esfera do semblante. À vista disso, o que tornaria os sujeitos homens ou mulheres seria efeito da estratégia firmada para lidar com a falta, que, em alguma medida, encontra-se relacionada com a diferença anatômica. Isso adquire uma nova complexidade com a teorização lacaniana da sexuação. Mesmo que as posições estabelecidas pelas fórmulas não constituam rigorosamente uma identidade sexual, são possibilidades de o sujeito se situar na partilha dos sexos, em consonância com sua preferência de gozo, estabelecendo, assim, posições sexuadas (TEIXEIRA, 2014; MACHADO, 2019).

A descontinuidade entre anatomia e posição sexuada não bastam, contudo, para compreender a escolha de objeto. Assim, identificar-se psiquicamente enquanto homem não equivale a sentir atração sexual por mulheres, e identificar-se como mulher não determina a atração por homens (POMMIER, 2012). Desde Freud, já era possível notar uma precaução ao se distinguir a posição sexuada e a eleição de objeto. Por exemplo, um homem em que predominam as qualidades masculinas e cuja vida erótica siga também o tipo masculino pode, sem embargo, amar unicamente aos homens e não às mulheres. Por sua vez, um homem em cujo caráter predominem as qualidades femininas e que se conduza no amor como uma mulher pode ser muito bem heterossexual e não revelar, no que diz respeito ao objeto, um grau de homossexualidade maior que o correntemente observado (ASSOUN, 2006). Dessa forma, percebe-se uma disjunção que há entre a escolha do gozo e a escolha do objeto, não havendo nenhuma contradição nas múltiplas possibilidades de combinações que advêm disso. Os parceiros variam sem comprometer a pertença sexuada decidida no nível da modalidade de gozo do sujeito (SOLER, 2005).

A despeito de toda complexidade e densidade com que a psicanálise aborda a sexualidade, o discurso psicanalítico tem sido acoimado de “heteronormativo”, por supostamente enquadrar os corpos dos indivíduos em diagnósticos e por influenciá-los a se adaptarem a uma organização social regida pelo “binarismo de gênero”. É preciso reconhecer que a teorização freudiana deixa transparecer vestígios do período histórico em que se desdobrou, ressoando alguns estereótipos da era vitoriana. E é possível que Lacan, com suas reformulações e novas concepções, não tenha conseguido dirimir significativamente esses rastros que, ao sofrerem interpretações distorcidas, dão margem a questionáveis críticas de misoginia, machismo e patriarcalismo. Entretanto, é inegável que, desde sua origem, a psicanálise é inelutavelmente subversiva e contra qualquer normatização, especialmente no que

tange à sexualidade. De forma pioneira, o discurso psicanalítico desmantelou vigorosamente o determinismo biológico, apontando que nada no ser falante pode ser taxativamente considerado natural, automático ou previsível. E, embora o movimento revolucionário da psicanálise tenha reverberado ao longo do tempo, é relevante que os psicanalistas, no contexto da contemporaneidade, continuem a assumir posições que favoreçam o lugar da diferença (EIDELSZTEIN, 2019; RIVERA, 2019; QUINET, 2020). Se existe, para a psicanálise, algum aspecto no âmbito da sexualidade que pode ter algum nexo com uma ideia de heteronormatividade, isso só pode ocorrer se esse “hetero” tiver correspondência com sua derivação grega. A psicanálise zela pelo exercício da diferença, pela instância da alteridade, daquilo que é da ordem do desigual, algo de inestimável valia para sua ossatura teórica e prática clínica. E, decididamente, isso não implica que se deva conceder privilégios para um sexo ou para uma modalidade sexual em detrimento do que se mostra distinto, tampouco pode-se decretar modelos rígidos de escolhas de objeto (MAURANO, 2019).

Sobre o painel hodierno das discussões acerca da sexualidade, Quinet (2020) articula que o trabalho psicanalítico, ao mesmo tempo que não valoriza a noção orgânica da anatomia, não trabalha diretamente com o conceito de gênero. Este, enquanto uma denominação criada pela cultura, diz respeito a um papel social, que pode ser relacionado àquilo que, segundo a psicanálise, é da categoria do semblante, e conseqüentemente do parecer, do atuar, do performar. Sendo assim, o gênero não indica, a rigor, a posição sexuada do sujeito, que se encontra sob a regência do real da economia dos gozos.

O gênero enquanto tal é insuficiente para designar o sexual de cada um. (...) Além do mais, nenhum significante consegue etiquetar, classificar ou até mesmo alfinetar o ser falante sexuada como o social e as categorias taxonômicas dos diversos saberes tenta. Pois não há significante que possa designá-lo. A psicanálise não é uma ontologia, isto é, não trabalha com o conceito de *ser*, como o “ser homem” ou o “ser mulher”. Trabalhamos com o sujeito que é falta-a-ser, sujeito determinado pelo inconsciente com seu desejo sexual e gozo próprios, com suas fantasias, seus objetos preferenciais e suas posições sexuadas. Daí poderem existir tantos gêneros quanto seu meio oferecer. Cada um pode vestir o gênero que mais se adequa a sua posição sexuada segundo o que estiver à disposição nos cabides e vitrines da cultura – que não cessa de variar (QUINET, 2020, p. 69).

Todavia, inevitavelmente, questões referentes ao gênero estão presentes na clínica psicanalítica. Isso acontece, por exemplo, através das falas dos sujeitos que revelam os semblantes de gêneros que podem representar as suas posições subjetivas na partilha dos sexos. Nesse sentido, a psicanálise pode, de forma muito própria, praticar uma operação em significantes mortificadores que foram impostos ao sujeito pelo Outro, dentre eles os semblantes que, muitas vezes, limitam o ser falante a formas fixas de “ser homem” e “ser

mulher”, outorgando-lhe condições para que possa escolher outros destinos. Dessa maneira, é incabível que se rotule a psicanálise como adaptativa ou convencionalista (QUINET, 2020). Maleval (2019), ao se reportar à teoria lacaniana sexuação, enfatiza que ela não é essencialista, e que, como qualquer teoria (inclusive as teorias de gênero), trabalha com hipóteses indemonstráveis. Tanto as teorias sexuais psicanalíticas quanto as de gênero encontram-se marcadas pela dimensão da ficção e da fantasia, no sentido específico que a psicanálise concede a essas noções: longe de serem inverdades, são conformações do desejo que constroem realidades. Em seu cerne, toda teoria é sexual, uma vez que a linguagem é posta em questão com o intuito de se tentar inscrever nela o gozo do corpo (RIVERA, 2019). A psicanálise e as teorias de gênero podem, então, encontrar pontos de articulação que apoiem a singularidade das escolhas sexuais, corporais e afetivas de cada sujeito, de forma menos asfíxiante e mais libertária (QUINET, 2020).

Navegando o fluxo dessa discussão até o momento, pudemos perceber que o campo sexual, para a psicanálise, é algo que quebranta qualquer ideal de naturalidade. Indiscutivelmente, a sexualidade dos ser falante não é um mero resquício da natureza que se insurge contra uma tentativa de civilização. Na verdade, não há natureza nesse âmbito, uma vez que tudo principia através de um excedente de significação. Tampouco pode ser estritamente considerada como uma construção simbólica (vimos que, na esfera inconsciente, não há inscrição definitiva do sujeito enquanto um ser sexuado). Embora o engendramento de significados sobre o que é ser homem ou mulher possam ser creditados como simbólicos, não significa que uma diferença psíquica efetivamente se produza com isso (ZUPANČIČ, 2019). A problemática sobre o que define a pertença sexual desafia a teoria psicanalítica há tempos e esfíngicas questões persistem em aberto (SOLER, 2005). Dentre elas, a transexualidade destaca-se por revelar de forma radical a descontinuidade da relação entre o corpo anatômico e a posição sexuada. Na seção contígua, faremos uma precisa travessia por esse vasto campo temático, tentando circunscrever os tópicos mais prementes para a presente pesquisa.

3.5. Transexualidade e corpo

O relato de sujeitos que expressam o sentimento de pertencimento a outro sexo, seguramente, existe nas tramas da história da humanidade desde épocas imemoriais, como demonstram narrativas da mitologia greco-romana, literatura, antropologia etc. Dessa maneira, a transexualidade, enquanto fenômeno, não é exclusividade de um contexto cultural específico nem de uma determinada época. Entretanto, é indubitável que as formas e a amplitude de

expressões, bem como as demandas de muitos sujeitos transexuais transformaram-se drasticamente com a possibilidade de se produzir modificações corporais através da evolução das técnicas cirúrgicas e da hormonioterapia. Com isso, houve um abeiramento do discurso médico, que confeccionou entidades diagnósticas para classificar a transexualidade, atualmente codificando-a como disforia de gênero, segundo a Associação Psiquiátrica Americana, e como incongruência de gênero, conforme a Organização Mundial da Saúde (CECCARELLI, 2013; DIEHL e VIEIRA, 2017; JORGE e TRAVASSOS, 2018).

Para a psicanálise, toda experiência transexual é inequivocamente singular, devendo ser considerada em sua irrestrita particularidade, tornando-se impraticável a sua delimitação por meio de categorias diagnósticas e explicações etiológicas genéricas, uma vez que cada sujeito é um universo simbólico inigualável, inapreensível como um acontecimento psíquico geral ou como uma verdade universal. A psicanálise, ao atribuir ao sujeito o lugar de dizer aquilo que ninguém poderia proferir em seu lugar, instaura um espaço de escuta para que a pessoa transexual expresse seu sofrimento, revelando as marcas da sua dinâmica pulsional, dos processos de identificações, a posição que lhe foi designada na economia libidinal familiar, os efeitos da transmissão transgeracional, enfim, as diversas e densas camadas que se assentam sob a sua posição sexuada. Considerando-se, então, que o ser falante que se nomeia como transexual é participante de um enredo muito singular, seria um tremendo e temerário equívoco acreditar em uma única justificativa para a incongruência existente entre o corpo anatômico e a percepção de identidade sexual que esses sujeitos declaram. A tentativa de se fazer prevalecer um único discurso sobre essa temática pode, inclusive, escamotear uma miríade de manifestações latentes (CECCARELLI, 2013; JORGE e TRAVASSOS, 2018).

O que hoje se chama de transexualidade é uma grande variedade de fenômenos, podendo ir da transformação corporal e cirúrgica de um gênero a outro (considerando masculino e feminino) até a simples mudança de registro civil, passando pelo uso de diferentes gêneros e semblantes, podendo ser permanente ou transitória. Ademais, constato pela minha experiência clínica e de diversas leituras teóricas e de relatos de caso, o fenômeno da transexualidade não é patognomônico de nenhuma estrutura ou tipo clínico – pode ocorrer em qualquer sujeito neurótico, psicótico ou paranoico. Qualquer tentativa de fechar a transexualidade em um diagnóstico é patologizar, segregar e discriminar – algo que não é digno de nenhum psicanalista. A psicanálise é prática do particular, do um a um, do caso a caso e não pretende ser um saber absoluto (QUINET, 2020, p. 66-67).

Pavimentado a mesma trilha de raciocínio, Ambra (2017) excogita:

Não há, portanto, uma unidade psicopatológica do tipo “sofrimento de gênero” ou “disforia de gênero”. Os diferentes – e supostos – traços distintivos de cada sexo adquirem força e podem causar sofrimento não em si mesmos, mas justamente porque

incluem ou retiram o sujeito de um quadro de inteligibilidade prévio que o localiza como parte de um todo. Prova disso é que a cirurgia de transgenitalização – ao contrário do entendimento presente no senso comum e partilhado por Lacan² – é uma demanda minoritária entre transexuais, e menor ainda se considerarmos o todo de pessoas que não se veem identificadas no grupo sexual ao qual foram designadas ao nascer. Considerar uma determinada vivência identitária exclusivamente a partir de tal enquadre médico é, como defende Ayouch (2015, p. 23), uma postura antipsicanalítica, na medida em que toma a transexualidade como uma categoria ontológica que existe em si, ignorando as sobredeterminações, sejam pulsionais, sejam de dispositivos de poder no plano coletivo (AMBRA, 2017, p. 266-267).

Não é labor fácil habitar o próprio corpo, já que, ao mesmo tempo em que é fonte indiscutível de prazer, também é um dos alicerces do mal-estar do ser falante. Isso decorre tanto pelo acontecimento de ser um corpo sexuado quanto pelo fato de que sua posse não é resultado de uma escolha. Assim, o sujeito se vê à deriva de processos que rompem com qualquer possibilidade de controle, como a decrepitude do envelhecimento e a fatalidade da morte. Não é à toa que ele é experimentado enquanto algo estranho (MAURANO, 2019). O estranhamento do corpo é reiteradamente mencionado por várias pessoas transexuais, que acabam denunciando, de forma radical, o mal-estar produzido pela linguagem. É, na contingência entre aquilo que é enunciado pelo Outro e o que é recebido pelo sujeito, que a estrutura da linguagem enlaça o corpo, produzindo a singularidade (MARQUES, LAVINAS e MÜLLER, 2019).

O sofrimento de muitas pessoas transexuais tem correlação flagrante com o corpo, expressando-se através de uma rejeição que varia desde sujeitos que recusam fragorosamente os órgãos genitais até aqueles que buscam mínimas intervenções corporais. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que muitos presumem que a cirurgia de modificação genital é o único recurso frente ao estranhamento do corpo, há transexuais que expressam a vontade de manter a genitália, quer seja pela ideia de preservação do prazer genital, quer seja pela elaboração de que a sua identidade não é determinada por esse órgão. Nesses casos, os intermédios estéticos e o uso de hormônios acabam sendo os expedientes usados para transmutar outros aspectos do corpo (JORGE e TRAVASSOS, 2018; MARQUES, LAVINAS e MÜLLER, 2019). Inúmeros desses esforços são colimados com o objetivo de alcançar o que, no linguajar próprio de transexuais, chama-se de passabilidade. Esse termo diz respeito à condição em que uma pessoa transexual “se passa” publicamente pelo gênero com que se identifica, sem provocar ambiguidade ou

² Nesse ponto, Ambra (2017) se refere a uma ideia muito difundida de que a pessoa transexual inequivocamente quer se livrar da genitália, de tal forma que a exigência da cirurgia de modificação genital seria um critério diagnóstico da transexualidade. No tocante a referência a Lacan, trata-se da consideração do psicanalista francês, em *O seminário, livro 19: ... ou pior*, de que é como significante que o transexual não quer a genitália, e não como órgão. Ao não ver que o significante é o gozo e que o falo é somente o significado, o transexual cometeria “apenas um erro, que é querer forçar pela cirurgia o discurso sexual, que, na medida em que é impossível, é a passagem do real” (LACAN, 1971-1972/2012, p. 17).

dúvida perante o olhar dos outros (JORGE e TRAVASSOS, 2018). A passabilidade, ao implicar o apagamento de traços que demonstram uma situação fronteiriça entre os gêneros, pode ser almejada por variadas questões, a depender do contexto vivenciado pela pessoa transexual: pode funcionar como estratégia de segurança frente a situações de violação geralmente dirigidas a corpos que não se alinham ao estereótipo masculino ou feminino, bem como para conferir reconhecimento social, legitimidade e autossatisfação quanto à ideia de identidade que o sujeito tem de si (LANZ, 2014; PONTES e SILVA, 2017). Acerca desse tema, Leticia Lanz, mulher transexual, destaca:

Na solidão do nosso quarto, podemos nos imaginar sendo quem nós quisermos ser. Mas no convívio social diário, não há identidade que resista se não for continuamente “validada” pelo “olhar do outro”. Esse é certamente o ponto nevrálgico da condição transgênera: assumir ser algo que é o oposto do que os outros dizem que nós somos, contrariando inteiramente a opinião da “alteridade”. Não é à toa que tantas mulheres trans entram em pânico se, numa interação qualquer, são tratadas na forma masculina. Não é apenas por considerarem isso uma imperdoável violência verbal mas, sobretudo, porque a referência no masculino, ainda que feita sem nenhum propósito de ferir a outra parte, traz à tona imediatamente a insegurança que sentem de não estar sendo o que desejam expressar ao mundo que são (LANZ, 2014, p. 131).

O incômodo com o corpo também fica em dolente evidência na experiência de muitos sujeitos transexuais com o espelho. Esse instante é correntemente precedido de terrificante angústia, pois existe uma constante apreensão acerca de que imagem o espelho vai devolver (CECCARELLI, 2013). Podemos perceber isso nitidamente na seguinte fala de um paciente que se define como homem transexual: “Evito olhar o espelho o tempo todo. Não posso olhar nem por acidente, pois acho que vou surtar, como se as coisas girassem na minha cabeça e eu perdesse a noção do tempo. Sinto que o ar vai sumir, como se eu estivesse trancado em algum canto, trancado dentro do meu próprio corpo, um lugar errado”. De acordo com Ceccarelli (2013), até mesmo depois que se submetem a procedimentos de alterações corporais, o momento de defrontação com sua imagem refletida é transpassado pela insegurança a respeito do corpo. Assim, a interação que muitas pessoas transexuais desenvolvem com o espelho é marcada simultaneamente por uma dimensão persecutória e de atração: ao mesmo tempo que, através dessa superfície, o sujeito busca encontrar a confirmação da imagem que ele almeja, também corre o risco de se deparar com a imagem que deveria terminantemente permanecer fora de cena, mas que o persegue aonde quer que ele vá.

Naqueles sujeitos em que o sexo anatômico deflagra sensação de ojeriza, os órgãos genitais podem ser percebidos como porções corporais indesejadas, que precisam ser extirpadas. Muitas vezes, as sensações localizadas nesses órgãos são estreitamente associadas ao desprazer,

provocando um sentimento de vergonha, desgosto e perturbadora aversão. No contexto das relações sexuais, alguns sujeitos vetam os toques e as carícias de suas parcerias em sua região genital ou, até mesmo, em outros segmentos corporais, como as mamas, a fim de se esquivarem de sensações desagradáveis (CECCARELLI, 2013). O desconforto pode ser tamanho que o corpo chega a ser experimentado como algo que atinge o excruciante nível do horror, tornando-se palco de sensações de pânico e despedaçamento, o que frequentemente compele o sujeito a atos de automutilação e, até mesmo, suicídio (RINALDI e BITTENCOURT, 2008).

O mal-estar que é reportado por transexuais evidencia o corte abissal que existe entre a dimensão material do corpo e a malha da linguagem com a qual eles o experimentam, o que pode ecoar, para muitos, como algo insuportável. Essa localização da falta de completude em frações corporais evoca a angústia inerente à constituição do sujeito. Enrascados nessa agonizante relação com o próprio corpo, muitas pessoas transexuais buscam, então, as soluções ofertadas pela ciência, por exemplo, através da administração de hormônios e da efetuação de cirurgias (abordaremos mais detalhadamente esses procedimentos no capítulo seguinte). Sabe-se que tais intervenções corporais podem constituir um artifício para abrandar o sofrimento de muitos sujeitos e, por isso, não é cabível a sustentação rígida de uma posição energicamente contrária a elas (JORGE e TRAVASSOS, 2018). Nesse cenário contemporâneo em que diversas estratégias são arquitetadas para lidar com o estranhamento que o corpo provoca, não é encargo do psicanalista adotar a postura de juiz para indultar ou improbar os caminhos palmilhados pelo sujeito (MAURANO, 2019). Da mesma forma que não se deve limitar o fenômeno transexual a um diagnóstico genérico, não concerne ao discurso psicanalítico desautorizar a escolha de sujeitos transexuais que visam a mudanças em seus corpos (QUINET, 2020). Todavia, o que deve permanecer inolvidável é que a subjetividade não seja suprimida desse processo, uma vez que a falta originária, que permeia irreversivelmente o psiquismo, em tempo algum será sanada por recursos tecnológicos (JORGE e TRAVASSOS, 2018). Assim, o sofrimento que grande parte das pessoas transexuais reportam não irá evanescer miraculosamente com administração de hormônios ou realização de cirurgias, pois, nessa questão, há algo de fundamental que é tributário da linguagem (FRIGNET, 2003). O próprio fato de o Conselho Federal de Medicina e o Ministério da Saúde preconizarem diretrizes para o processo de afirmação de gênero indica a magnitude da complexidade psíquica, médica e jurídica implicada na transexualidade (JORGE e TRAVASSOS, 2018).

Mesmo não representando a maior parte dos casos, outro fenômeno que também é digno de foco e discussão é a chamada destransição. Nessa circunstância, o sujeito, após ter sido submetido a efeitos de hormônios sexuais e/ou cirurgias, busca regressar às características do

sexo biológico. Embora algumas pessoas justifiquem essa decisão declarando abertamente que foram assomadas por um arrependimento, outras afirmam que as intervenções corporais não sepultaram o desconforto em relação ao próprio corpo. Esses aspectos, tais quais os arrolados anteriormente, ressaltam sobremaneira a pertinência da escuta cuidadosa da demanda transexual antes da tomada de decisões imediatistas e radicais (JORGE e TRAVASSOS, 2018).

Outro tópico notório é que a irreversibilidade dos procedimentos cirúrgicos e o acurado acompanhamento do que se desenrola no pós-operatório são questões que usualmente despertam preocupação e angústia não somente nos sujeitos transexuais, mas também na própria equipe de profissionais atuantes no processo (JORGE e TRAVASSOS, 2018).

Perante essa encruzilhada aonde nos alija a contemporaneidade, com sua profusão de manifestações da sexualidade e as múltiplas possibilidades de se intervir radicalmente sobre o corpo, é preciso solevar questionamentos e tentar avançar sobre esse enigma que se empertiga. Imbuídos desse propósito e mirando o arremate desta pesquisa, no capítulo seguinte, urdiremos uma abordagem teórico-clínica, em que será feita uma articulação entre os assuntos teóricos discutidos até então e a apresentação de fragmentos de casos, tendo como substrato o cenário das manipulações corporais de caráter irreversível demandadas por sujeitos transexuais.

4 MODIFICAÇÕES CORPORAIS NA TRANSEXUALIDADE E POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES COM PROPOSIÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE AS MANIPULAÇÕES IRREVERSÍVEIS DO CORPO

Mas é que também não sei que forma dar ao que me aconteceu. E sem dar uma forma, nada me existe. E – e se a realidade é mesmo que nada existiu?! Quem sabe nada me aconteceu? Só posso compreender o que me acontece mas só acontece o que eu compreendo – que sei do resto? O resto não existiu. Quem sabe nada existiu! Quem sabe me aconteceu apenas uma lenta e grande dissolução? E que minha luta contra essa desintegração está sendo esta: a de tentar agora dar-lhe uma forma? Uma forma contorna o caos, uma forma dá construção à substância amorfa – a visão de uma carne infinita é a visão dos loucos, mas se eu cortar a carne em pedaços e distribuí-los pelos dias e pelas fomes – então ela não será mais a perdição e a loucura: será de novo a vida humanizada.

(Clarice Lispector)

Embora o fenômeno da transexualidade se esgueire de qualquer tentame de definição conclusiva no que concerne à sua existência, a clínica psicanalítica com sujeitos que se definem como transexuais faz emergir rotundas questões a respeito das formas do ser falante lidar com o seu corpo (CECCARELLI, 2013). Como foi indicado no capítulo anterior, existem pessoas transexuais que não experimentam expressivo desconforto com a anatomia, de tal forma que não demandam modificações corporais. Contudo, há outras para quem tais intervenções, de complexidades e amplitudes variadas, são entendidas como da ordem de uma premência. Dentre esses procedimentos, o mais requisitados são a hormonioterapia e as cirurgias de modificações corporais. Atualmente, no Brasil, pessoas transexuais com idade acima de 16 anos que objetivem mudanças anatômicas e fisiológicas podem recorrer à hormonização (HERCOWITZ e CIASCA, 2021).

A hormonização é o uso de esteroides sexuais para a obtenção de características corporais tipicamente reconhecidas como masculinas ou femininas. (...) Os esteroides são os hormônios responsáveis pelas características sexuais secundárias do indivíduo. O objetivo da hormonização é modificar o ambiente hormonal da pessoa para adequá-lo à sua identidade de gênero. Isso é alcançado por meio da diminuição da produção hormonal gonadal e do uso de hormônios exógenos compatíveis com a sua identificação (SCHLÜTER e SABINO, 2021, p. 451).

Em mulheres transexuais, o tratamento hormonal possibilita o embotamento de características físicas masculinas e o desenvolvimento de caracteres sexuais femininos, podendo provocar: aumento de volume do tecido mamário, diminuição do tamanho dos

testículos, alteração da ereção, rarefação dos pelos, redistribuição da gordura corporal para um padrão considerado tipicamente feminino, suavização e redução da oleosidade da pele. Por seu turno, nos homens transexuais, a hormonioterapia pode criar um estado de virilização, com aumento dos pelos na face e em outras regiões do corpo, engrossamento da voz, mudança no padrão do odor e do suor, elevação da libido, aumento do clitóris, cessação da menstruação, atrofia vaginal e aumento da massa e da força muscular (SCHLÜTER e SABINO, 2021).

Quanto às cirurgias de modificação corporal, no Brasil, elas são autorizadas a partir dos 18 anos, após, pelo menos, um ano de acompanhamento multidisciplinar (HERCOWITZ e CIASCA, 2021). Dentre os procedimentos cirúrgicos para mulheres transexuais, podem ser citados: cirurgias de alteração de contornos ósseos da face, cirurgia para redução da cartilagem tireoide (isto é, diminuição do pomo-de-adão), cirurgia das pregas vocais para agudização da voz, cirurgia de aumento de volume mamário com colocação de implantes de prótese de silicone, cirurgias genitais para a formação de vulva e vagina, cirurgias plásticas para alterar o contorno corporal, como lipoaspiração para reduzir as medidas da cintura e colocação de implantes de silicone nos glúteos (ROCHA, 2021). Em homens transexuais, podem ser realizadas: cirurgias para masculinização da face, mamoplastia masculinizadora (ablação das glândulas mamárias com reposicionamento da aréola mamária), alteração do contorno da caixa torácica e do abdome, cirurgias pélvicas (extração de útero, trompas e ovários) e cirurgias genitais, como a metoidioplastia (expansão da forma e do tamanho do clitóris) e a neofaloplastia (construção cirúrgica do pênis) (MARQUES, 2021).

Tanto as abordagens hormonais quanto as cirúrgicas oferecem riscos, bem como um elevado potencial de irreversibilidade (HERCOWITZ e CIASCA, 2021). Nessa direção, dentre as variadas questões que a nossa escuta a sujeito transexuais nos suscitou, aquelas relacionadas com as modificações anatômicas voluntariamente suspiradas por esses sujeitos encontraram novas possibilidades de serem pensadas e discutidas a partir da articulação com as proposições de Mieli (2002) sobre as manipulações irreversíveis do corpo. Para além das razões geralmente descritas como a busca de adequação do corpo à identidade de gênero, tais intervenções, comportando fundamentações singulares referentes à história de cada sujeito, parecem operar como tentativas de dar estabilidade a uma forma corporal que se mostra titubeante. Quer seja perante o espelho ou o olhar de outras pessoas, colhemos, de nossa experiência clínica, falas de sujeitos que experimentam marcante apreensão sobre a imagem corporal que será devolvida por parte desses referenciais. Ao passo que buscam corroborar a imagem que aspiram através do próprio olhar ou do olhar do outro, também temem que a imagem que porventura retorne seja distinta do que anseiam.

Com a voz quase sufocada pelo choro, A., mulher transexual, diz: “quando estou em lugares públicos, todo mundo me olha diferente, nunca acho que estou cem por cento bem e, por isso, prefiro nem sair de casa, pois me sinto exposta, vulnerável, não me sinto bonita nem atraente, não me sinto cem por cento feminina, e isso me incomoda muito. O olhar do outro me diz que não sou uma coisa atraente, que não sou bonita”. Refere, ainda, que é oscilante o desconforto com sua genitália: às vezes pensa que quer a cirurgia de modificação genital, mas outras vezes acha que consegue viver bem “com esse órgão”. Diz que, na maior parte do tempo, pensa que pode chegar o momento em que vai “entender o corpo de uma forma melhor”.

A impermanência da fisionomia corporal também comparece na fala de B., homem transexual: “A minha imagem não é a que eu quero. Não é uma roupa que eu gostaria de usar para sair. Quando percebo o olhar das pessoas sobre mim, me sinto amarrado à identidade feminina. É como se eu fosse uma metáfora do masculino, uma abstração ou apenas uma ideia do masculino. Não é algo materializado que eu possa mostrar para mim mesmo nem para as pessoas. Queria muito ter o corpo de um homem cis”. B. relata que gostaria de “definir o corpo” e ter “passabilidade”, poder ter barba, usar camisas tranquilamente, sem se preocupar que o volume das mamas fique evidente. B. se queixa de que é muito complicado sair de casa, pois, além de ter de “enfrentar os olhares”, tem muita dificuldade em encontrar uma roupa que ele ache que fique bem no seu corpo.

No relato de C., outro sujeito que se define como homem transexual, ouvimos ele dizer que acha “estranho” se nomear “homem”, enquanto ainda tem um corpo com características femininas. Fala que se sente atraído sexualmente por mulheres, mas, por ainda não ter promovido mudanças para virilizar o corpo, sente-se como se fosse “uma mulher desejando outra mulher”, o que provoca nele uma “confusão”. C. pergunta-se: “Eu gosto de mulher como mulher ou como homem? Com corpo feminino ou masculino?”. C. acredita que as modificações corporais poderiam aplacar tais imprecisões sobre a sua imagem e sobre a orientação sexual.

Como assinala Mieli (2002), a instabilidade é uma característica inerente à imagem que o sujeito constitui de si próprio, de tal maneira que a oscilação advém da alienação imanente ao processo de identificação, reverberação do transitivismo presente no processo de constituição do eu. A emergência dessa oscilação deflagra uma ameaça à integridade do sujeito, podendo levá-lo a uma situação de mal-estar defronte a uma terrificante instabilidade. A partir da escuta de muitos sujeitos transexuais, pudemos apreender que muitas partes corporais que provocam insistente incômodo portam características que podem ser correlacionadas ao que Mieli (2002) nomeou de *punctum*, como um lugar do próprio corpo de onde o sujeito se sente perseverantemente olhado e que desperta perturbação, embaraço e impedimento de movimento,

de tal maneira que desejam eliminá-lo. Amiúde, ouvimos sujeitos transexuais reportarem que sentem o olhar das pessoas ser direcionado a determinadas partes de seus corpos, o que provoca neles um grande incômodo e faz com que, frequentemente, não queiram deixar o abrigo doméstico, temendo enormemente tal exposição, como os fragmentos a seguir afiguram.

D., mulher transexual, diz: “Não tenho nem vontade de sair de casa. Aonde eu vou, me olham o tempo todo. Acho que olham meu rosto, meus pelos e volumes em partes do meu corpo. Quero usar hormônio para que os pelos parem de crescer e também para aumentar o peito. Se o hormônio não for suficiente, quero colocar silicone. Só assim poderei sair de casa em paz”.

No caso de E., garota transexual, ouvimos ela falar que evita ao máximo sair de casa: “Quando estou na rua, me sinto perturbada, como se todo mundo estivesse olhando para mim, falando de mim. Quando vejo que tem um grupo de pessoas pelo caminho, dou um jeito de não passar perto delas”.

De sua parte, F., homem transexual, refere que, quando tem que sair de seu domicílio, antecipadamente sente dor de cabeça e “sensação de febre”, pois tem muita “vergonha” do seu corpo. Declara que fica apreensivo, pois as pessoas “olham diferente” para ele, como se identificassem características femininas em sua aparência, o que o faz ter medo de que o tratem como mulher. Incomoda-se imensamente com o volume das mamas e acha que isso faz com que as pessoas identifiquem algo de feminino nele. Mesmo usando a faixa compressiva no tórax, fica desassossegado, porque supõe que as pessoas conseguem ver o volume dos seios.

É interessante perceber que esses estados de embaraço e impedimento de movimento em que muitos sujeitos transexuais se encontram são ressonância do tormento provocado por esses segmentos corporais que podem ter efeito de *punctum*. Para evitarem que o olhar do outro recaia sobre eles, não saem de casa ou, quando o fazem, tentam obstinadamente recobrir tais partes através das roupas, bem como forjam saliências no contorno físico com diversos artifícios ou, ainda, mantêm-se em uma vigilância descomedida sobre seus movimentos corporais, para que não se tornem alvo dessa mirada. Assim, muitas vezes deixam de ir à escola, ao trabalho, a entrevistas de empregos, a atividades de lazer, a atendimentos de saúde, enfim, ficam restritos total ou parcialmente, sentindo-se impossibilitados de sustentar o encontro com outras pessoas.

Como debatemos previamente, Lacan articula o impedimento de movimento e o embaraço à inibição (LACAN, 1962-1963/2005). Freud, ao abordar tal conceito, revela que há uma relação íntima entre a função inibida do eu e o surgimento da angústia. Essa relação é justamente de evitação, para impedir a rebentação da angústia. As inibições agem, então, como medidas de uma precaução que provoca estreitamento no campo das funções do eu. Diferente do sintoma, que implica um recalque para proteção da angústia pela via de uma operação

simbólica que o situa no campo da interpretação, a inibição se encontra alojada no registro imaginário e degredada da esfera do deciframento. Por esse ângulo, vemos que a imagem funciona como um obturador do desejo do Outro, velando a falha radical que indica sua inconsistência e que acirra a angústia. Esta resulta da emersão do objeto *a* apartado da significação, cuja função é camuflá-lo. Quando se dá o desnudamento desse objeto, instaura-se um sinal que situa um perigo para o eu. Assim, a inibição evita a erupção do objeto *a* através de uma captura imaginária do desejo (HANNA, 2005).

Irremediavelmente, a emergência da angústia força o sujeito a se confrontar com a pergunta do desejo do Outro, instância opaca que aponta ao “não sei que objeto *a* sou para o Outro” (HANNA, 2005, p. 73). O sujeito não sabe o que é para o Outro, não sabe qual imagem tem para o Outro e não sabe o que Outro vai querer fazer com ele (SOLER, 2012). Ouvimos de muitos sujeitos transexuais que, em momentos de grande apreensão, são combatidos pela dúvida acerca do que as outras pessoas estão pensando a seu respeito, sobre sua imagem, sobre seus corpos. Por vezes, ouvimos a seguinte dúvida dos sujeitos: “As pessoas estão me vendo como homem ou como mulher?”. Nesse instante em que não se sabe o que o Outro quer, quando não se sabe com precisão qual a imagem refletida pelo olhar do Outro, sobrevêm as distorções relativas ao corpo (TRAVASSOS e JORGE, 2018).

Nuances dessas questões aparecem na história de G., homem transexual. Ele narra que, durante a infância, mantinha o cabelo curto e usava jaquetas bem pesadas, o que contribuía para que muitas pessoas o “confundissem com um garoto biológico”, fato que o fazia se sentir bem. Com a puberdade, passou a se incomodar muito com o volume das mamas e com a voz aguda, pois não sabe como tais características vão ser “interpretadas pelas pessoas”. Diz que o ciclo menstrual também são incômodos, mas julga que os tolera porque “ninguém vê a menstruação”, sendo algo que “consegue esconder”. Em contrapartida, a voz e as mamas são mais trabalhosas de serem ocultadas. Por isso, fala que quer muito “se livrar logo” dos seios e usar testosterona para modificar a voz: “Não consigo nem atender um telefone, sem saber o que vão achar da minha voz, se vão achar masculina ou feminina”.

Outro lado meritório de enfoque é que a função inibida apresenta um buraco no eu que implica o sujeito na posição de objeto *a*. Assim, há uma identificação com um lugar que designa um vazio, um oco, um objeto desprezível (HANNA, 2005). Ouvindo a fala de alguns pacientes transexuais, somos testemunhas de uma posição onde o sujeito aparece reduzido a objeto *a*. No tocante aos seios, H., homem transexual, diz: “Às vezes esqueço que eles estão ali, mas, quando olho minha imagem no espelho, vejo um pedaço extra de carne e sinto nojo. Me sinto igual um pedaço de bosta, um nada. Quando olho fotos da infância e me vejo sem tetas, bem magrinho,

só o pau, penso que só consegui piorar com o tempo”. Por sua vez, I., mulher transexual, fala: “Nunca me sinto suficiente para os outros, acho que meu corpo está sempre no lugar de fetiche, não sou levada a sério. Queria ser considerada como alguém que pode ser amada, que pode se casar, ter filhos. Mas não é assim que me olham. Me olham como se eu não merecesse respeito. Por eu ser trans, os homens acham que tenho que ter comportamentos de prostituta”. Ouvimos de J., homem transexual, o seguinte: “A genitália me lembra que nasci menina. Isso me diminui, me oprime, me sinto reduzido à condição biológica. Por que eu não nasci normal? Por que tive esse azar? Por que eu tenho que fazer mudanças no corpo para me sentir melhor?”.

Ao quedar-se reduzido a objeto *a*, o sujeito encontra-se capturado por uma imagem, por uma significação isolada. Essa posição do sujeito identificado com o objeto *a* através da aderência a tal significação pode ter, como resultado, um eu tripudiado e criticado através da voz do supereu (HANNA, 2005). Nesse sentido, recapitulamos o quanto o caráter superegótico e persecutório do *punctum* desvela a inconsistência da imagem subjetiva, contribuindo fortemente para que o sujeito tente evitar, embeçar e, até mesmo, expelir e eliminar essa porção corporal pela via de uma intervenção irreversível (MIELI, 2002).

L., homem transexual, sente-se incomodado com as mamas, fazendo uso de faixa compressora para aplainar as protuberâncias. Diz: “Não gosto que os seios estejam lá: me causam incômodo, raiva, tristeza. É uma sensação de medo o tempo todo, medo de que olhem para os seios. Quando entro no banheiro masculino, tenho medo de que olhem e que venham até mim e digam que eu não deveria estar lá, porque não sou homem. Medo de que me digam que eu sou o que eu não gostaria de ser”. Reporta que sempre fica imaginando o que os outros estão pensando sobre sua aparência. Embora não tenha certeza do que pensam, acha que pode ser “desmascarado” e até agredido a qualquer momento. Refere vontade de se submeter à cirurgia de extirpação das mamas, declarando: “Não vão fazer falta. Isso é coisa de mulher, coisa que eu não quero ser”. Em determinado momento de seu relato, L. associa os olhares das pessoas da rua aos olhares de repreensão que o pai dirigia a ele, quando transparecia trejeitos masculinos na infância. Recorda: “Tinha medo de que ele me batesse, que me colocasse de castigo”.

Podemos considerar que a forma através da qual o *punctum* arrelia o sujeito está relacionada ao olhar emitido pelo Outro originário, que se mostra inapto para permitir uma estabilização narcísica aos processos projetivos do eu ideal. Como formula Mieli (2002), o *punctum* acaba exercendo o papel agressivo de um supereu corporal que incessantemente subtrai do corpo a sua própria imagem, uma vez que não há um traço que permita a estabilização do gonzo entre eu ideal e ideal do eu. Contudo, podemos pensar que, a partir do instante em

que é instaurado esse ponto do corpo que provoca turbulência, o sujeito já está tentando operar um limite, dado que é para esse referido sítio que o olhar converge. Dessa forma, parece haver uma delimitação para a visão avassaladora do supereu, uma maneira de oferecer um caminho a esse olhar perturbador. No entanto, se o próprio *punctum* já se apresenta como uma operação psíquica que circunscreve algo, sua dimensão persecutória parece indicar a premência de um próximo passo: a conversão desse ponto numa marca, muitas vezes através de uma operação de corte, de incisão, que deixa uma cicatriz, como abordaremos logo mais. Ao lanhar o corpo com uma marca, ele pode representar algo que se inscreve no olhar do Outro. A marca corporal tem o potencial de constituir algo que faz circular o olhar pelo corpo. Se uma borda é constituída, é porque, de alguma maneira, algo se subtraiu ao olhar e, nessa subtração, estabeleceu-se uma marca (COSTA, 2002).

Antes de perscrutarmos essa questão, outro aspecto proeminente do *punctum* precisa ser retomado: ele não pode ser reputado como um lugar qualquer, mas como uma área fundada pelos significantes da história singular do sujeito, que alude, inclusive, para algo da transmissão familiar. Como foi argumentado por Mieli (2002), aquilo que se tenta apagar está associado a um traço que geralmente é sentido e descrito como familiar ou mesmo traço étnico, a fim de se obter uma integração a um grupo ao qual se pretende pertencer. Na nossa experiência clínica com transexuais, nos deparamos com casos em que as partes corporais que deflagram efeito de *punctum* contêm a natureza de um elemento herdado, referidas à linhagem familiar, como apontaremos a seguir.

A respeito das características corporais, M., mulher transexual, afirma que incomodam o crescimento dos pelos, os ombros largos e o pomo-de-adão. Porém, aquilo que mais a perturba é inexoravelmente algumas partes do rosto: “Tenho traços faciais mais interligados a meu pai e isso me lembra ele. E eu detesto! Tudo que é muito masculino no meu rosto eu detesto! Meu nariz é muito específico, muito parecido com o da família do meu pai”. M. tem, como um dos grandes objetivos no processo de afirmação de gênero, modificar cirurgicamente o rosto para deixá-lo com traços femininos.

N., homem transexual, diz que, mesmo tendo seios diminutos, sente-se demasiadamente incomodado. Na defluência das associações, fala que as mamas pequenas são característica das mulheres de sua família materna. Evoca que, quando informou para a mãe que intencionava fazer uma cirurgia para retirar as mamas, a mãe não entendeu imediatamente o que ele objetivava. Ela achou que N. estava, na verdade, incomodado com a miudeza dessas partes e tentou dissuadi-lo de operá-los, dizendo, como “consolação”, que os seios das mulheres de sua família tinham essa característica muito própria.

Em uso de hormônio há alguns meses, O., homem transexual, diz estar parcialmente satisfeito com os resultados de virilização do corpo. Entretanto, há algo que ainda o aflige: o formato “arredondado” do quadril. Crê que essa característica compromete a imagem masculina que almeja ostentar, pois considera uma “mancha feminina” em seu corpo, o que o deixa vulnerável diante do olhar de pessoas que podem reconhecer nele uma mulher. Afirma ter conhecimento de que há homens cisgêneros que têm quadril arredondado, mas não consegue conceber isso para si e está pesquisando sobre procedimentos cirúrgicos, como lipoaspiração, para poder intervir sobre essa parte. Em outro momento de sua fala, revela que o quadril arredondado é uma característica corporal de sua mãe e de sua avó materna, algo que é costumeiramente comentado na esfera familiar.

Em meio a seu relato sobre a relação agonizante com o espelho, P., homem transexual, menciona: “Eu sou idêntico à minha mãe e à minha avó. É o que todo mundo diz e também dá para perceber quando mostram fotos antigas. É irritante porque, geralmente, não chegam no filho homem da mãe e dizem que ele é idêntico à mãe. Mas, agora que estou crescendo, estou me diferenciando”. O significante “crescendo” foi pontuado e paciente falou: “Eu quis dizer fazendo a transição, mudando o corpo”.

Recordando sobre o momento em que revelou para a mãe sobre a sua autopercepção enquanto uma mulher transexual, Q. narra que falou da seguinte forma: “Mãe, eu sou igual à senhora, eu me identifico como mulher”. Q. expressa: “Minha mãe é muito bonita, todo mundo fala isso. Meu sonho é ter o corpo da minha mãe, pois ela é muito bem-feita de corpo”. Quanto ao pai, considera-o “feio” e com “pernas finas”. Em associação a isso, fala: “Eu era muito magra, tinha pernas finas, braços finos, sem forma... Isso me matava. A falta de forma é desagradável”. Relata que, quando “engordou” na adolescência, “ganhou panturrilha, coxa e quadril”, ficando com o corpo “igual ao da mãe”. Todavia, com esse processo de ganho ponderal, os ombros tornaram-se mais largos, o que a incomodou significativamente, porque, para ela, essa característica remete à masculinidade. Q. diz que gostaria de ter um “corpo feminino padrão” e, para isso, além do uso de hormônios, planeia obter intervenções plásticas no rosto e no corpo, a fim de deixá-los com características femininas. Especificamente, diz não gostar da “testa avantajada, do olhar caído”, ambicionando ter o “supercílio alto”. É interessante assinalar que o pai comparece na fala de Q. como alguém “mau encarado”, que direciona “olhares feios” a ela quando se exaspera por qualquer motivo.

Se, nas considerações de Mieli (2002) a respeito do apagamento do traço étnico, o efeito da intervenção sobre a imagem corporal seria a inserção do sujeito no coletivo da nacionalidade para onde ele emigrou, digamos, como uma tentativa de filiação, trazemos aqui, a partir de

nossa clínica com transexuais, a possibilidade de pensar que o interesse de apagamento de características corporais, enquanto traços associados às identificações em jogo no complexo de Édipo, opera como uma tentativa de inserir o sujeito em um grupo relacionado ao sexual. Assim, questionamos: apagar um traço feminino que se encontra associado à mãe (por exemplo, os seios) subsidiaria a inserção do sujeito no grupo dos homens? Intervir cirurgicamente sobre os contornos masculinos do rosto, que se encontram associados à linhagem da família paterna, contribuiria para a inserção do sujeito no grupo das mulheres?

Para nos auxiliar a desenvolver essas questões, trazemos contribuições de Costa (2002) sobre a marcação de tatuagens. Estas podem conter, simultaneamente, uma dupla função: coletivizar e singularizar, auxiliando as bordas do corpo quando são perdidas as referências que o amparam. Assim, o restabelecimento das bordas pode conceder suporte à circulação do corpo, para que o sujeito se sinta representado, apoiado e ocupante de um lugar cuja constituição se fundamenta através das funções do traço e da escrita (COSTA, 2002). De forma muito interessante, vemos que Freud (1895a/1996), no *Projeto para uma Psicologia Científica*, ao tentar esquematizar o aparelho psíquico através das noções de signo, inscrição e transcrição, já compunha uma aproximação com o campo da linguagem e da escrita (MEDEIROS, 2019). De seu lado, Lacan também confere à escrita um papel de destaque nas discussões sobre o significante e o sujeito e também na lapidação das noções de traço e letra. É possível aperceber que as elaborações lacanianas indicam, inclusive, uma homologia entre a constituição do sujeito e a constituição da escrita (BORGES, 2004).

Tal qual o princípio da escrita, o que está em jogo na tatuagem tem a ver com algo que sustenta o sujeito na relação com um olhar. Assim, essa marca recorta uma espécie de olhar no próprio corpo: o que se tatua é, na verdade, um traço do Outro. Ao mesmo tempo em que essa marca é oferecida ao outro, o semelhante, também pretende um endereçamento ao olhar do Outro. Dessa maneira, é o olhar do Outro que se lavra no corpo. A tatuagem, ao operar um recorte sobre as bordas, tem correlação com a constituição de um circuito da pulsão, o que faz com que o corpo seja libidinizado, mas também, substancialmente, representado. Esses dois processos, imiscuídos em um mesmo movimento, permitem que o sujeito circule socialmente, endereçando seu corpo a uma leitura (COSTA, 2002). Nesse contexto, temos:

(...) o que é coletivo, que submete, que constitui uma espécie de universal, que implica a todos e a cada um, inclusive corporalmente, nessa condição de precisar circular socialmente. A condição de coletivizar o corpo é a de que ele represente algo que se inscreva no olhar do Outro. Tal condição submete o corpo e é também necessário que ela seja suportada corporalmente (COSTA, 2002, p. 59).

Podemos pensar nessa concepção para abordar a questão do exemplo em que o sujeito transexual busca o apagamento de uma característica corporal referente ao sexo biológico, para poder se sentir pertencente a um determinado grupo com que se sente identificado. A eliminação dessa parte do corpo, pela inscrição de um traço, pode permitir, então, sua circulação em um coletivo social. Isso porque as inscrições corporais, peleando pela representação do irrepresentável, podem permitir que alguns sujeitos consigam, de alguma maneira, serem inseridos numa espécie de circulação social. Porém, para outros, tal feito pode não ter efetividade, de tal modo que é quimérico tentar estabelecer uma interpretação genérica do que pode ser a representação de cada um (COSTA, 2002). Ainda mais quando se trata da subjetivação do sexo, situação que não comporta nenhuma garantia de que o sujeito vai se apropriar de um lugar em justa consonância com um código compartilhado (COSTA e POLI, 2010). Além disso, é válido salientar que as diferentes culturas possuem as mais heterogêneas formas de suportes e representações corporais, que inevitavelmente estão fadadas ao fracasso, pois são contingenciais, posto que, a esse respeito, não há nada essencialmente natural. Por conseguinte, jamais será possível uma expressão ideal para o suporte do corpo e, como sequela, nunca existirá representações ideais de homem ou mulher. Em decorrência disso, o ser falante está perenemente às voltas com traduções e interpretações, fabulando possibilidades de inclusão, formas diferentes de circulação e, até mesmo, formas de redimensionar as bordas corporais, já que nunca estão plenamente alinhavadas (COSTA, 2002).

Como observa Poli (2009), articulando a lógica fálica à dimensão da letra, assim como o ponto de enlace entre o singular do sujeito sexuado e os modos de representação culturais:

Na teoria psicanalítica, o trabalho da metáfora na assunção de uma posição sexuada remete à incidência do referente fálico. Estamos aí na lógica binária da oposição “ter/não ter” o falo e seus efeitos de sentido na assunção das posições homem/mulher. Lacan (1958-1959/Inédito) o enuncia na clássica proposição “o homem não é sem tê-lo; a mulher é sem tê-lo” – que compõe a comédia dos sexos. Porém, além dessa referência o trabalho da metáfora pode ser considerado nos modos de o sujeito se situar no gozo do objeto (esse que “não” está ali). Nesta referência, tal como Lacan (1985) a concebe no seminário 20, desloca-se o acento da metáfora fálica (a incidência do significante da falta) para a erótica (a colocação em ato do objeto da pulsão, que ele nomeia *letra*). (...) As fórmulas da sexuação (Lacan, 1985) são, portanto, para serem lidas como um quadro de Magritte. O lócus da enunciação – ponto de reunião entre palavras e imagens, pulsão e significante – situa-se em uma particular dobra do dentro-fora do quadro. Está na nomeação do gesto, como em Kandinski, quando sexuação e exercício sexual se afirmam mutuamente. Ou na produção “onomatopéica” de um corpo “tatuado”, “maquiado” por riscos e significantes que curto-circuita os jogos especulares e suas oposições binárias, como em Klee (POLI, 2009, p. 310-311).

Reocupando-nos de um dos exemplos citados, podemos pensar que, para alguns homens transexuais, a exérese dos seios viabilizaria a inscrição desse segmento corporal como um traço.

Assim, essa parte que foi tomada pelo sujeito como feminino, ao ser excluída, permitiria que o masculino adquirisse um contorno como imagem, como semblante. Ou seja, não seria meramente uma tentativa de apagar algo que já passou por um tratamento simbólico (não consistiria, portanto, em uma espécie de rejeição consciente de uma característica hereditária), mas de uma operação mais complexa que pode envolver a lógica do próprio recalque. A inscrição do traço, pela erradicação cirúrgica dos seios, poderia oportunizar o esquecimento, sob a lógica do recalque, dessa parte corporal que tanto assalta o sujeito, possibilitando que ele se situe no lado dos homens. Firmando-se essa inscrição, a oscilação atinente ao movimento identificatório pode alcançar um apaziguamento, pelo delineamento da forma de uma imagem corporal instável.

Esses pontos corporais que encastram o sujeito podem indicar o real que incide sobre o corpo, sem intermediação do sistema mnêmico e das representações, comportando-se como signos, o germe do significante, que, em um momento posterior, pode ser escrito. Com isso, conjecturamos que, com a incidência real diretamente no corpo, sem intermediação simbólica, resta um ponto que não passa pelos processos de retranscrições, restando como signos que constituem um avesso da memória, já que não são da ordem da representação, não se tratando, portanto, de um traço mnêmico (MEDEIROS, 2019). Desse modo, captando tais premissas como arrimo, podemos coligir que a operação de apagamento de tais fragmentos do corpo parece conferir a eles o caráter de traço, transmutando-o em algo que passa a se comportar como inscrição e, por consequência, como traço mnêmico, herança inconsciente. Indubitavelmente, é necessário que mantenhamos um cauteloso manejo clínico e teórico ao propor tais articulações, ainda mais porque a análise só se efetiva, consistentemente, no caso a caso.

Nas considerações elaboradas a partir dos fragmentos apresentados até essa altura, foi possível divisar como os traços que se referem à linhagem familiar evidenciam a insistência do *punctum*. Levando em conta o que Mieli (2002) pondera sobre o turbido avizinhamento imaginário entre filiação e partenogênese, vemos irromper, por parte do sujeito, o anelo de apagamento desse elemento herdado, apelando-se para uma sulcagem na transmissão entre gerações. Nesse cenário, as intervenções corporais vislumbradas por muitas pessoas transexuais podem ter o efeito de *landmark*, ao operar uma inscrição simbólica que fabrica esse efeito de corte.

A partir de nossas articulações, podemos considerar que a ânsia verbalizada por várias pessoas transexuais de se submeterem a procedimentos corporais de potencial irreversibilidade demonstra o intuito de mudar o que é percebido como *punctum* em *landmark*. Relembramos, então, as duas versões distintas do *landmark*, articulando-as ao que coletamos da nossa

experiência: a inscrição como apagamento pode ser percebida, por exemplo, em procedimentos como a retirada das mamas em homens transexuais ou a amputação do pênis em mulheres transexuais; já a inscrição como marco pode ser constatada na confecção de um órgão genital feminino ou mesmo através dos efeitos que as cicatrizes secundárias às cirurgias podem provocar nos sujeitos. Seja como apagamento ou como marco, o *landmark* detém o potencial de engendrar um corte simbólico que baliza um contorno à forma flutuante do corpo. O *landmark*, ao viabilizar a função do traço, pode promover a suspensão de um olhar que acoisa tais pessoas. Desvanecendo a insistência tormentosa do *punctum*, o *landmark* converte essa fração do corpo em algo trivial ao olhar.

R., mulher transexual, fala que começou a usar hormônios sem supervisão médica, porque não estava suportando o incômodo com o corpo. Obteve algumas características femininas, mas não o suficiente para se sentir bem. Eram sempre incômodas as situações em que ficava em meio a outras pessoas, pois sentia que os olhares se voltavam para ela, como se houvesse algo “estranho” consigo. Um dia, enquanto caminhava pela rua, notou que uma pessoa ficou olhando insistentemente para a região do seu pescoço, o que disparou nela uma sensação de “ansiedade”. Presumindo que o ponto que estava sendo visado era o pomo-de-adão, atributo físico que recorrentemente a incomodava, naquele instante, ela decidiu que tinha que fazer algo quanto a isso. R. fez vastas pesquisas na internet sobre a execução de cirurgias, chegando a obter materiais cirúrgicos clandestinamente, de tal maneira que, em seu ambiente domiciliar, ela mesma aplicou anestesia, fez a incisão em seu pescoço com bisturi e executou a raspagem da proeminência laríngea, finalizando a intervenção com uma sutura. Surpreendentemente, a cicatriz ficou imperceptível. R. disse posteriormente: “A ansiedade me fez fazer coisas que colocaram em risco a minha vida, mas eu não me arrependo, pois agora me sinto mais leve”. Nessa situação, podemos ver a inscrição de *landmark* pela via do apagamento, que concedeu ao sujeito uma via de abrandamento da conturbação que o *punctum* alavancava.

S., homem transexual, dizia que se sentia muito “angustiado” com os seios, os quais chamava de “intrusos”. De dimensões avantajadas, característica comum nas mulheres de sua família, as mamas eram disfarçadas através de diversas jaquetas que S. usava em sobreposição, a despeito do clima abrasador da cidade onde vivia. Quando imaginava que alguém poderia notá-las, S. sentia-se imoderadamente ansioso. Em contextos de convivência social, usualmente era assomado por lancinantes sensações, como taquicardia, tontura, sudorese, tremores, sufocamento, vertigem, sentimento de iminência de desmaio e, até mesmo, de morte. Entretanto, conseguiu a realização da mamoplastia masculinizadora e, após o procedimento, falou que houve “melhora do bem-estar e das relações de trabalho e sociais”, passando a se sentir mais

“confiante” e “intensamente feliz”. Chegou a dizer que a cirurgia foi uma “libertação”, mesmo tendo havido, na topografia da intervenção, a ocorrência de queloides³. Sobre essas cicatrizes que remanesceram de forma saliente, S. fala que não se incomoda, pois prefere tais marcas à presença dos “intrusos”. Em suas palavras: “Prefiro as cicatrizes, pois representam a minha história, uma luta. Agora, eu consigo andar com a cabeça erguida, sem ter medo”. Os momentos críticos de ansiedade não findaram totalmente, mas se amainaram expressivamente.

Nesse caso, o traço perturbador que teria status de *punctum* foi abordado pela inscrição do *landmark* em sua dupla modalidade: apagamento e marco. Ao mesmo tempo em que os seios foram eliminados, restaram notáveis cicatrizes. Nesse sentido, torna-se aparente a tentativa de evadir-se da ameaça persecutória do olhar sobre o *punctum*, através de seu ocultamento pela inscrição do *landmark*, mesmo que isso tenha ocasionado um rastro visível. Ademais, conforme argumenta Mieli (2002), a instituição do *landmark* como apagamento pode decretar uma espécie de alforria do destino de uma descendência, através da desaparecimento do traço parental, permitindo uma fluência na transmissão familiar, inscrevendo um traço necessário à estabilização narcísica da imagem. Por sua vez, a cicatriz, enquanto traço inscrito, pode funcionar como efeito de uma operação de escrita, que é o que vai permitir que esse traço de origem, de fato, vigore como o resultado de uma perda necessária à entrada dessa herança na dinâmica psíquica, como algo inconsciente.

A escrita deixa pistas, vestígios do percurso da pulsão, rastros do pensamento. Possibilita alguma ligação com o mundo compartilhado, inscreve o sujeito em algum laço social já que quem escreve deixa provas, evidências do desejo de que alguém o leia, ainda que se trate da escrita de um psicótico. Escrever impõe, assim, algum domínio sobre o real. Se não nos impede de depararmos com ele, o real, pelo menos nos auxilia a elaborar a situação traumática, refazendo os acontecimentos até o ponto em que deixamos por conta do outro a continuidade da reflexão (MANSO e CALDAS, 2013, p. 112).

Como Mieli (2002) assinalou acerca do cenário extensivo das manipulações irreversíveis do corpo, expandimos, para alguns casos de intervenções no contexto da transexualidade, o entendimento de que o *landmark* não se institui como uma operação específica atrelada a uma precisa estrutura psíquica, apresentando-se precipuamente como um fator que exerce uma função de cunho singular no âmago da estrutura na qual ele prorrompe. Temos ciência de que, para a prática analítica, é de substancial pertinência a dissecação dos meandros que tais intervenções têm nas diferentes estruturas. No entanto, essa discussão

³ Cicatrizes elevadas e de aspecto brilhante, que ultrapassam o limite da ferida original (SOUZA, CASTRO e SILVA, 2021).

reclamaria a produção de uma densa e dilatada abordagem que, no momento, mostra-se inconciliável com os limites deste trabalho, podendo ficar reservada para pesquisas pósteras.

Antes de chegarmos ao momento conclusivo deste capítulo, sintetizaremos os achados da nossa pesquisa correlacionando, de forma mais detalhada, as noções principais das proposições teóricas com alíquotas específicas dos fragmentos clínicos. De maneira geral, podemos resumir as considerações psicanalíticas sobre as manipulações irreversíveis do corpo através dos seguintes aspectos: a instabilidade da imagem corporal e a sua relação com o *punctum* (em suas dimensões de perseguição, de embaraço/impedimento de movimento e de elemento familiar herdado) e o *landmark* (em seus aspectos de apagamento e de marco). Assim, observamos a questão da instabilidade e da falta de uma apreensão integral da imagem corporal no caso de A., quando ela diz, por exemplo, que não se sente feminina em sua totalidade e ao relatar que a genitália ora representa um incômodo insustentável, ora é uma parte com a qual acha que pode conviver sem intervir cirurgicamente. Também notamos tal questão na fala de B., no momento em que ele se queixa de que sua imagem é apenas uma abstração, algo metafórico, e que não há nada em seu corpo que materialize em definitivo sua masculinidade. Por sua vez, C. deixa transparecer a labilidade de sua imagem ao constatar que não sabe se sente atração sexual por mulheres enquanto portador de um corpo masculino ou feminino, acostando-se à ideia de que necessita de modificações corporais para que essa dúvida possa ser abolida.

A dimensão persecutória do *punctum* foi percebida no relato de A. (quando ela diz que todos a olham de forma diferente em lugares públicos aonde vai), no de D. (em sua percepção, os seus pelos, o seu rosto e as saliências de seu corpo são observados o tempo todo pelas pessoas na rua), no de E. (que se sente não somente olhada, mas que tem a impressão de que as pessoas também falam sobre sua aparência), no de F. (que, mesmo usando uma faixa para comprimir os seios, julga que as pessoas veem esse traço de feminilidade), no de G. (que se esforça sobremaneira para ocultar as mamas, pois não sabe como essa parte do corpo vai ser interpretada pelas pessoas), no de L. (que sente um frequente medo de que reparem nos seios e de que seja “desmascarado” ou agredido por alguém), no de O. (que se sente vulnerável perante o olhar das pessoas, uma vez que acredita que podem identificá-lo como mulher devido ao quadril arredondado), no de R. (que sente que as pessoas olham para ela como se houvesse algo de estranho, tendo havido, inclusive, o episódio específico em que acreditou que olharam diretamente para o pomo-de-adão) e no de S. (em que, de pronto, já percebemos uma experiência de invasão ao ouvirmos ele se reportar aos seios como “intrusos”, além do fato de ele buscar torná-los absconditos com o uso de várias jaquetas sobrepostas, temendo o olhar das pessoas).

Em vários dos casos trazidos nesse estudo (vide, por exemplo, os relatos de A., B., D., E. e F) notamos, em maior ou menor gravidade, os estados de embaraço e impedimento de movimento que estão relacionados a determinadas partes do corpo. Isso é perceptível quando os sujeitos descrevem sensações de constrangimento e mal-estar (muitas vezes, representadas por palavras que remetem a perturbação, angústia, ansiedade, vergonha, opressão, incômodo) que emergem quando eles se deparam (ou mesmo imaginam) o olhar das pessoas sobre seus corpos, o que limita e, por vezes, impede a espontaneidade de sua locomoção, sendo bastante comum a evitação de saídas para espaços públicos. E, no enquadre da relação do embaraço e do impedimento com a inibição e a angústia, pudemos também destacar situações que indicam a relação do *punctum* com o objeto *a*, como no caso de H. (que, ao visualizar a imagem das próprias mamas, sente nojo de si, equivalendo-se ao nada e às fezes, achando que seu corpo só piora com o tempo), de I. (que acha que a visão que as pessoas têm sobre o seu corpo sempre a relega a uma condição que é indigna de respeito e seriedade) e de J. (que, devido à sua genitália feminina, sente-se diminuído, azarado e, até mesmo, alguém que não é “normal”).

Sobre o fato do *punctum* comportar a instância de algo que é de ordem familiar, apreendemos da fala de M. que a importunação que o rosto causa nela tem ligação com o fato de essa parte do corpo conter traços que a remetem ao pai e à família paterna. Nas histórias de N. e S., em que a mamoplastia masculinizadora estava em questão, vimos que as mamas continham características comuns às mulheres de suas famílias, assim como no relato de O., em que os quadris arredondados, dos quais ele gostaria de se livrar pela via da lipoaspiração, são atributos físicos que se repetem nas mulheres da linhagem materna. Na situação de P., vimos que ele busca uma diferenciação física da mãe e da avó materna, com quem se parece. E, na história de Q., observamos que ela refuta características corporais que remetem à aparência física do pai, objetivando alcançar uma imagem feminina que seja congênera à da mãe.

Consideramos que a transformação do que é percebido como *punctum* em *landmark*, pela realização de intervenções corporais irreversíveis, foi possível de ser observada nos casos de R. e S. Na história de R., o pomo-de-adão, tendo desempenhado papel de *punctum*, sofreu a execução de um procedimento perpetrado pelo próprio sujeito, que, ao raspar a proeminência da cartilagem, inscreveu um *landmark* em sua dimensão de apagamento. Já no relato de S., observamos os seios (arautos de um laivo familiar) comportarem-se como *punctum* e as cicatrizes secundárias à mamoplastia masculinizadora funcionando como um *landmark* em seu aspecto de marco, um rastro visível que representa, segundo o próprio sujeito, uma luta e uma história.

Através desta pesquisa, pudemos ver que alguns sujeitos têm seu sofrimento adormecido após a concretização de procedimentos corporais, conseguindo, até mesmo, um significativo deslocamento de um estado de severa inibição. Todavia, é de insigne relevância destacar que, também nesse recorte da transexualidade que estamos arrazoando, a qualidade de irreversibilidade do *landmark*, mesmo atingindo o exitoso predicado de corte, pode não ser garantia de incontestado sucesso em todas as ocasiões (MIELI, 2002). Advertidos de que o corpo ideal é da ordem do imaginário e que não passa de uma tentativa de encapotar a falta que habita algures, sabemos que, mesmo que o sujeito transexual se submeta a hormonização e cirurgias, não necessariamente o mal-estar deixará de se inscrever (MOURA, BRITTO e BARRA, 2019).

Sendo assim, considerando o estancamento que o embaraço e o impedimento de movimento que os suplícios com o corpo podem provocar, para além dos possíveis efeitos proporcionados pelas manipulações irreversíveis, como podemos pensar a psicanálise como uma potencial via para impulsionar o sujeito dessa posição defensiva que se encontra apartada da cadeira discursiva? Como se sabe, as inibições, ao furtarem-se de saber sobre a falta, sustam o desejo e estancam o objeto *a*. É preciso, então, possibilitar ao sujeito a retomada da fluidez das associações, a atualização da perda do objeto pela via discursiva e o restabelecimento da operatividade do desejo (SILVA, 2005). Se a efetuação de intervenções corporais podem proporcionar um efeito de escrita, o ato analítico também pode, através de sua maneira ímpar, intervir por esse intermédio.

É do escrito que se tira a lógica do sujeito, e assim é possível a intervenção do analista, via semblante de objeto *a*, no ato do analista. Intervir no real, simbólico e imaginário, de forma *a*, incluindo o inesperado, o surpreendente do real, atingir o modo de gozo do sujeito, tangenciando sua letra. (...) Lacan localiza, aqui, a letra como da ordem da identidade do sujeito. Algo muito característico, algo que se repete, algo que se escreve. Cada sujeito tem uma letra (...) Mais do que o sentido da letra, o que passa a ser relevante é o efeito que a escrita causa, é a posição que ela ocupa frente às outras e o efeito que esta marca produz na vida do sujeito, a inclusão do real (...) Podemos, como analistas, através de nosso ato, intervir na escrita, de forma que o sujeito possa redirecionar sua posição de gozo frente ao mundo (RATTI e ESTEVÃO, 2014, p. 399-400).

Diante disso, podemos dizer que, dentre as incumbências da análise, está o mister de fazer com que o sujeito reconheça a sua letra e possa se guiar pelas sendas do seu gozo e do seu desejo, sempre singulares (RATTI e ESTEVÃO, 2014).

Pelo laço discursivo, o analista pode fazer valer a falta como potência para o motor que causa o desejo, mesmo que isso implique o risco da irrupção da angústia (SILVA, 2005). E, de uma forma ou de outra, a angústia interessa ao analista, pois é ela que se enseja como material de trabalho (mesmo que paradoxalmente, como possibilidade e como empecilho). A angústia

“nos põe à prova a todo instante, a prova de sermos ou não capazes de sentir, de perceber, o que cada sujeito, de angústia, pode suportar” (SOUZA, 2005, p. 15). Consoante Safouan (1989, p. 33): “A angústia emerge então como o motor da clínica: graduá-la, movimentá-la, jogar com sua presença, deixá-la agir em quarentena, é o grande segredo de uma análise bem conduzida”.

Dessa forma, diante da questão da transexualidade e da sua relação com a inconstância da imagem corporal, com a debilidade das identificações e com as demandas de intervenções corporais de potencial irreversibilidade, a psicanálise, diferente de avultada parcela da corrente científica e de seus engenhos tecnológicos, aborda o sujeito e a sua proximidade com o desejo pela via da angústia (TRAVASSOS e JORGE, 2018). A angústia está inexoravelmente entranhada no dispositivo analítico, sob as mais diferentes conformações, independentemente da inventividade do manejo do psicanalista. E é com ela e seus cruciantes riscos que a análise se institui como uma aventura absolutamente única (SOUZA, 2005).

Para concluir este capítulo, aquilatamos ser importante a ênfase do nosso posicionamento a respeito das intervenções corporais demandas por pessoas transexuais. Aqueles sujeitos que buscam o processo de afirmação de gênero geralmente passam por um moroso processo de avaliação por profissionais de diversas áreas, principalmente no âmbito do serviço público, até que obtenham a autorização para a realização dos procedimentos que viabilizam as modificações corporais. Tamanho percurso contribui para que muitas pessoas transexuais considerem que a equipe multiprofissional (especialmente aqueles profissionais que atuam no campo da psicanálise, da psicologia e da psiquiatria) como promotora de empecilhos para a fluidez do processo, havendo opiniões de que o delongamento é proposital, a fim de que desistam de seus objetivos. Consideramos que a questão não é colocar obstáculos nem instituir estratégias para convencer as pessoas do contrário. Pensamos que a relevância reside na possibilidade de haver um intervalo entre a demanda do sujeito e a execução dos procedimentos, devido ao risco de irreversibilidade e de potenciais complicações. Não se trata do exercício de uma autoridade do profissional em avaliar o que é benfazejo ou não para a pessoa, mas, sim, de haver uma escuta para que o próprio sujeito chegue a um termo sobre a sua posição diante da demanda que faz. A intenção não é erigir óbices nem vetos, mas propor uma janela temporal, para que haja um tempo de fala e escuta, a fim de que a pessoa se sinta minimamente advertida para fazer sua escolha, para que ela mesma se aproprie de suas decisões, mesmo que não disponha de garantias sobre os resultados. Nesse sentido, a psicanálise pode conceder uma pertinente contribuição, visto que se ocupa da singularidade de cada sujeito, escutando a sua diferença. A psicanálise desbora irremediavelmente o caráter patologizante que insiste em

tingir a clínica, fazendo pulsar as mais diversificadas manifestações corporais e sexuais, removendo delas a rotulação de anormalidade (COSSI, 2010).

Ao homogeneizar a queixa transexual, anula-se o sujeito por trás da demanda, e se esquece que cada pessoa elabora um mito sobre seu padecimento, sobre aquilo que lhe acontece. Surge então a ocasião de oferecer um espaço para que essa queixa possa ser escutada de outra forma (ELIAS, 2007, p. 34).

Cada sujeito transexual tem a sua história e unicamente ele pode falar sobre o que existe na subjacência de sua demanda de transexualização. Assim, a psicanálise pode propiciar que o sujeito, ao elaborar as questões subjetivas que alimentam o seu pedido de modificações corporais, considerem as consequências desses procedimentos, inclusive, a irreversibilidade e as repercussões psíquicas (COSSI, 2010).

O lugar que o psicanalista deve ocupar, independente se no hospital ou em um consultório particular, é o do semblante de ser o mestre que direciona, não esquecendo que se trata apenas de um semblante: preocupar-se em conduzir uma escuta analítica sabendo que o importante não é dirigi-la. É então que haverá a ocasião para o analista ser tocado por uma verdade que seja, ao mesmo tempo, uma verdade para o analisante. (...) Durante as primeiras entrevistas, o analista introduz o paciente em uma primeira localização da sua posição na realidade apresentada, inscrita em uma família, em um evento social, em uma situação profissional ou em um pedido de alteração corporal. O que importa, principalmente, refere-se à relação que o sujeito mantém com sua demanda. O paciente dá um sentido a cada um de seus sofrimentos e é nesse nível do sentido que se faz a primeira intervenção: a “retificação subjetiva”. Quando se atinge esse ponto de ruptura, o analista pode abandonar a posição de direção, e ocupar o lugar de objeto da transferência, associado com o tipo de relação que o paciente tem com sua fala. (...) Nossa intervenção, nesse caso, refere-se a restituir ao sujeito alguma coisa da relação que ele tem com seu sofrimento. Isto é, intervir sobre o próprio ponto em que o explica, levando em conta a maneira pela qual o faz, a teoria que tem sobre isso, o porquê de seu sofrimento e como sofre. O porquê, para que e para quem a alteração corporal? Abrindo-se assim espaço para que se encadeiem novos significantes, produzindo novos saberes e discursos sobre si mesmo (ELIAS, 2007, p. 30-31).

Dessa forma, ponderamos que o sujeito tem condições de autorizar-se a alterar seu corpo, podendo isso acontecer no durame do próprio processo analítico, à medida que a pessoa vai situando sua posição perante o que acarreou sua demanda e a relação com seu gozo. Abrindo-se uma concessão de escuta, pode-se causar no sujeito o desejo de falar, possibilitando que ele próprio se escute e redimensione o seu discurso ao subjetivá-lo através de um trabalho que tem como sustentáculo a ética do desejo (ELIAS, 2007).

Essa é a função da psicanálise: de não responder nem do lado de quem está a favor e nem de quem está contrária à ciência, mas de quem se permite posicionar em um espaço de exterioridade, que leve o sujeito a se responsabilizar por seu ato à medida

que pode saber sobre o que lhe move para isso, e aquilo que ele procura nunca mais será encontrado, podendo ser no máximo remediado (ELIAS, 2007, p. 34).

Ao término dessa tessitura de colocações que tentamos cuidadosamente compor, reiteramos o reconhecimento de limitações que existem nas tentativas de sanar o mal-estar que muitas pessoas transexuais referem. Como Elias (2007, p. 277) nos auxilia a concluir, o intento, nesse contexto de sofrimento, não é promover um ideal de “cura”, quer seja pelas intervenções corporais oportunizadas pelos avanços tecnológicos, quer seja pela psicanálise.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em certo sentido, nunca me faltou nada. No lugar do que não havia, não chegava, não se explicava, era insuportável silêncio, coloquei sempre uma palavra. Ainda hoje o faço. (...) No alarido dos textos, porque nenhuma palavra evita o sobressalto, há uma completude que talvez só aconteça a quem crê. Que fortuna a de poder redobrar os sentidos, multiplicar tudo pelo infinito, através da arte, virtude de ser ou se tornar humano.

(Valter Hugo Mãe)

Principiamos o nosso percurso vogando pelas ondas da teoria freudiana sobre o estatuto do corpo. Pudemos perceber que, embora não tenha sido formalizado como um conceito específico na obra de Freud, o corpo ocupou um lugar crucial desde a inauguração da psicanálise, rompendo com o corpo idealizado pelo discurso médico, trazendo à tona o aspecto fantasístico da anatomia (FORTES, 2012). E, mesmo não sendo propriamente uma concepção metapsicológica, é um eminente estrato que é tocado pela exploração dos processos psíquicos, principalmente nos registros pulsional e narcísico (ASSOUN, 1996).

Seguindo nosso trajeto, calcorreamos alguns momentos do ensino de Lacan e pudemos entender que, desde o princípio de sua trajetória na psicanálise, ele já apontava a problemática do corpo. Lacan, acolitando Freud, não se reportou ao constructo biológico, mas ao corpo virtual (corpo-imagem), marcado pelo significante (corpo-fala) e habitado pela libido (corpo-gozo), definido a partir da incorporação da estrutura da linguagem, segundo os três registros: real, simbólico e imaginário (GRECO, 2011; VALAS, 1988). Com a teoria lacaniana sobre o estágio do espelho, o eu ideal e o ideal do eu foram referenciados como as duas alteridades em ação na constituição subjetiva: respectivamente, alteridade imaginária e simbólica, necessárias para que o sujeito tenha uma representação unificada de si mesmo. Dentro dessa perspectiva, pudemos atestar que o corpo conjuga, então, imagem e significante (NOVAES, 2005).

De inestimável valor para a realização dessa pesquisa foram as proposições de Mieli (2002) que, ao retomar temas cardinais em Freud e Lacan, destacou o caráter instável da imagem do eu corporal. Debruçando-nos sobre tais contribuições, foi possível denotar como a oscilação característica da imagem pode acarretar, em certas circunstâncias, uma resposta paranoica a esse movimento flutuante que ameaça o sujeito. Todavia, a volubilidade própria ao processo de identificação pode se atenuar a partir da operação de um corte que faculta uma forma ao desenho da fisionomia, fronteira viabilizada pela inscrição do traço. Discutimos que, na gramática do corpo, o traço institui-se como o termo simbólico primordial que valida e

estabiliza a imagem especular, fixando no corpo sua imagem. A partir das premissas de Mieli e de sua experiência no atendimento a pessoas que se submeteram a manipulações irreversíveis do corpo, vimos que tais intervenções podem ser realizadas como uma tentativa de conferir estabilidade à imagem oscilante do corpo. Nessa perspectiva, aprofundamos a investigação sobre os instigantes conceitos de *punctum* e *landmark*. Conferimos que o *punctum* é um lugar do próprio corpo de onde o sujeito se sente olhado e perseguido, que ofusca sua imagem, fazendo vacilar o desenho da fisionomia individual, podendo se presentificar como um traço parental que clama por um apagamento. Em seu turno, o *landmark*, atua como porta-voz de uma intervenção na transmissão entre gerações e, variando segundo a particularidade subjetiva e a contingência que organiza determinada estrutura, concede a eficácia de uma inscrição. Foi posto em evidência que o lugar do corpo envolvido nessas questões, definitivamente, não é um lugar qualquer, mas um sítio designado pelos significantes da história individual do sujeito.

Na contiguidade da nossa perquisição, sublinhamos que, de forma indissimulável, para o ser falante sempre existiu um mal-estar referente ao corpo e à sexualidade. Foi possível explorar as noções de que, no ser enredado pela linguagem, não há qualquer rubrica biológica que o defina homem ou mulher e que, para a psicanálise, a diferença dos sexos não se equivale à diferença anatômica. Também robustecemos a ideia de que, se esta diferença tem algum efeito, é pelas suas consequências psíquicas, como Freud deslindou, visto que não há inscrição da diferença sexual no inconsciente. Conforme realçamos a partir de Lacan, é a sexuação, enquanto processo psíquico conflagrado pela falta fundamental, que vai exortar o ser falante a responder por sua posição sexuada. O que tornará, portanto, o sujeito homem ou mulher é a maneira pela qual vai ser possível lidar com a falta fundamental, com uma perda que, além de estrutural, é irreparável (RINALDI e BITTENCOURT, 2008; MACHADO, 2019).

Dentre as rotas adotadas para se lidar com o enigma do corpo sexuada, destacamos, a partir dos desafios de nossa experiência clínica, as modificações corporais demandadas por sujeitos transexuais. A necessidade de adequação do corpo àquilo que se considera como identidade de gênero, muitas vezes, faz com que tais sujeitos queiram mascarar ou modificar atributos físicos através de variadas intervenções no corpo, especialmente por meio de manobras cirúrgicas e de administração de hormônios. Desse modo, as pessoas transexuais buscam atingir a “passabilidade”, condição que lhes proporcionaria uma correspondência inequívoca entre sua aparência física e aquela do gênero com o qual se identificam (JORGE e TRAVASSOS, 2018). Tais intervenções, na experiência transexual, apontam para o desejo de reconhecimento, em que o olhar sobre o corpo demonstra radical importância. De acordo com o que examinamos, nesse moderno cenário em que diversas táticas são tracejadas para labutar

com o estranhamento que o corpo sexuado provoca, não é afazer ético do psicanalista cristalizar-se em posturas inflexíveis, seja para anuir ou enjeitar as escolhas do sujeito (MAURANO, 2019). Entretanto, é prudente escutar com parcimônia qual a função que essas intervenções exercem para cada um e quais as estratégias que cada ser falante dispõe para lidar com o seu sofrimento (ELIAS, 2007). Considerando-se que “ninguém autoriza a sexualidade de ninguém” (JORGE e TRAVASSOS, 2021, p. 159), claro está que é o próprio sujeito que tem condições de autorizar-se a modificar seu corpo. Tal autorização pode se dar, inclusive, no transcorrer do trabalho analítico, tendo como fulcro a ética do desejo (ELIAS, 2007).

A partir do que coletamos em nossa experiência clínica com transexuais, foi possível teorizar sobre casos de sujeitos que sofrem os golpes aterradores da instabilidade de sua imagem, sentindo-se sempiternamente observados. Vimos que, devido a determinados caracteres de seus corpos que se comportam como *punctum*, tais sujeitos se veem relegados a um nefasto estado de embaraço e imobilidade. Tivemos condições de depreender que, em algumas situações clínicas, determinadas características corporais eram traços associados às instâncias do masculino e do feminino da linhagem familiar, provenientes das identificações da dinâmica do complexo de Édipo. Nesse contexto, a demanda pela modificação corporal pode se apresentar como uma tentativa de apelo a uma sulcagem na transmissão geracional.

Observamos, ainda, que algumas intervenções sobre o corpo, muitas vezes ladeadas por seus rastros indelévels, puderam exercer o efeito de *landmark*, cunhando, através de uma inscrição simbólica, o delineamento das flutuantes fimbrias da imagem subjetiva. Comportando algo da verdade histórica do sujeito, a criação do *landmark* pareceu efetuar um corte simbólico, próprio à inscrição do traço, como uma forma de escrita. Entretanto, como enfatizamos, o aspecto irreversível de tal marca na carne, embora possa obsequiar efeito de corte bem-sucedido, não é garantia de absoluto sucesso para a totalidade dos casos, uma vez que não impede infalivelmente o advento do mal-estar.

Por fim, estremamos que, no que tange à questão da transexualidade e de sua relação com a labilidade da imagem corporal, com a fragilidade das identificações e com a busca por intervenções irreversíveis sobre o corpo, os analistas também podem, através de seus atos, intervir pela via da escrita, de tal maneira que o sujeito tenha recursos para se reposicionar frente a seu gozo e seu desejo. Tais considerações são de arguta valência para que o psicanalista, ao atender pessoas transexuais, possa considerar a singularidade e a trama complexa que permeiam as suas demandas, escutando-as enquanto sujeitos.

Temos em conta que nossa pesquisa, além de escrutinar o campo das modificações corporais concernentes à transexualidade, dialoga fecundamente com os estudos

contemporâneos acerca das diversificadas formas de escrita sobre o corpo (tatuagens, cortes, escarificações, cirurgias plásticas etc.). Como tais investigações têm propalado, esses tipos de escrita albergam maneiras singulares de enlaçamento do sujeito ao Outro, marcando uma composição possível de laço social que permite vias de acesso à especificidade de seu desejo e a um sentido para seu gozo (MANSO e CALDAS, 2013).

Por revezadas vias ao longo deste trabalho, esforçamo-nos em alcançar nossos objetivos pretendidos. Andejamos e lavramos densamente a terra de determinados temas, navegamos maviosamente pela orla de outros e, sobre alguns tópicos, conseguimos apenas voitar, sem penetrarmos suficientemente em suas entranhas. De quando em quando, fomos acometidos por estonteantes desnortamentos, sendo penoso avistar um farol que nos reconduzisse ao rumo. Venturosamente, as trilhas para atravessar algumas temáticas já se encontravam pérvias (o que não significa que tenham sido aprazivelmente trafegáveis). Cerzindo esse desfecho, ponderamos que conseguimos tecer pertinentes elaborações para muitas questões, bem como inculcamos novas indagações para as quais ainda não entrevemos repostas. Que os enigmas que restam nos incitem, com entusiasmo e destemor, a porvindouros movimentos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, S. O corpo, uma superfície. *In*: ALBERTI, S.; RIBEIRO, M.A.C (org.). **Retorno do Exílio: o corpo entre a psicanálise e a ciência**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.
- AMBRA, P.E.S. **Das fórmulas ao nome: bases para uma teoria da sexuação em Lacan**. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 391 f., 2017.
- ASSOUN, P. **Metapsicologia freudiana: uma introdução**. Tradução: Dulce Duque Estrada; revisão: Marcos Comaru. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- ASSOUN, P. **O olhar e a voz: lições psicanalíticas sobre o olhar e a voz**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- ASSOUN, P. **Lecciones psicoanalíticas sobre maculino y femenino**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2006.
- AYOUCH, T. Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. **Percursos**. 54, pp. 23-32, 2015.
- BARTHES, R. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BERNARDINO, L.M.F. A concepção lacaniana de sujeito. *In*: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (org.). **Laço**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BIRMAN, J. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- BORGES, S. O corpo da escrita, a escrita do corpo. ALBERTI, S.; RIBEIRO, M.A.C (org.). **Retorno do Exílio: o corpo entre a psicanálise e a ciência**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.
- CALAZANS, R.; NEVES, T. I. Pesquisa em psicanálise: da qualificação desqualificante à subversão. **Ágora**. v. XIII n. 2, 191-205, jul-dez, 2010.
- CAMPOLINA, A. O olhar e a impulsão a ver. Traçados da Pulsão. *In*: CARDOSO, J.S.; SILVA, L.M.A.; MOURÃO, V.L.S. (org.). **Transfinitos**. Vol. 12. Belo Horizonte: Aleph – Escola de Psicanálise, 2014.
- CANCINA, P.H. **La investigación en psicoanálisis**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2008.
- CECCARELLI, P.R. Diferenças sexuais...? Quantas existem? *In*: CECCARELLI, P.R. (org.). **Diferenças sexuais**. São Paulo: Escuta, 1999.
- CECCARELLI, P.R. **Transexualidades**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2013.
- CIASCA, S.V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR, A. Glossário. *In*: CIASCA, S.V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR, A. (org.). **Saúde LGBTQIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 2265/2019. **Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010.** Publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 09 de janeiro de 2020, Seção I, p. 96.

COSSI, R.K. **Transexualismo, psicanálise e gênero: do patológico ao singular.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 148 p., 2010.

COSTA, A.M.M. “Se fazer” tatuar: traço e escrita das bordas corporais. **Estilos da Clínica**, vol. VII, n. 12, 56-63, 2002.

COSTA, A.; POLI, M.C. Sexuação na adolescência: um ato performativo. **Psicologia Política**. vol.10, n. 9, pp. 141-150, jan-jun, 2010.

COSTA, T. **Édipo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

COURTINE, J.J. Introdução. *In: História do corpo: As mutações do olhar. O século XX.* Sob a direção de Alain Corbn, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello; tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CRUGLAK, C. **Clínica da identificação.** Tradução: André Luís de Oliveira Lopes. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

CUKIERT, M.; PRISZKULNI, L. Considerações sobre eu e o corpo em Lacan. **Estudos de Psicologia**, 7(1), 143-14, 2002.

DE COCK, E. Aun (1972-1973). *In: SAFOUAN, M. (org.). Lacaniana II: los seminarios de Jacques Lacan (1964-1979).* Buenos Aires: Paidós, 2008.

DAVID-MÉNARD, M. **A histérica entre Freud e Lacan.** Tradução: Maria da Penha Cataldi e Elisaeth Saporiti. São Paulo: Escuta, 2000.

DIAS, M.G.L.V. **Identificação e enlaçamento social.** São Paulo: Escuta/Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

DIEHL, A.; VIEIRA, D.L. Transgeneridade em adolescentes e adultos. *In: DIEHL, A.; VIEIRA, D.L. (org.). Sexualidade: do prazer ao sofrer.* 2. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2017.

EIDELSZTEIN, A. Diferentes posições psicanalíticas frente ao sexo, a sexualidade e o gênero. **Lacan em .pdf**, 19 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://lacanempdf.blogspot.com/2019/12/diferentes-posicoes-psicanaliticas.html?m=1>. Acesso em: 8 out. 2020.

ELIAS, V. A. **Para além do que se vê: das transexualidades às singularidades na busca pela alteração corporal.** Dissertação (Mestrado em Psicologia, Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP. São Paulo, 298 f., 2007.

FERNANDES, M.H. O corpo da mulher e os imperativos da maternidade. *In: TEPERMAN, D.; GARrafa, T.; IACONELLI, V. (org.). Corpo.* 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FINGERMANN, D.T. O que é um corpo? Como responde a psicanálise? *In*: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (org.). **Corpo**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FONTANARI, R. A noção de punctum de Roland Barthes, uma abertura da imagem? **Paralaxe**. v.3, nº1, 2015.

FORTES, I. A anatomia fantasmática: o lugar do corpo em psicanálise. **Revista EPOS**; Rio de Janeiro – RJ; Vol.3, nº 2, julho-dezembro de 2012.

FREUD, S. Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas (1893). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica (1895a). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “neurose de angústia” (1895b). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Primeiras publicações psicanalíticas (1893-1899)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Carta 71 (1897). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1899)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). *In*: FREUD, S. **Obras completas, volume 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. Sobre as teorias sexuais das crianças (1908). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. “Gradiva” de Jensen e outros trabalhos (1906-1908)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Duas histórias clínicas (o “Pequeno Hans” e o “Homem dos Ratos”)** (1909). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Totem e tabu (1913). *In*: FREUD, S. **Obras completas, volume 11: Totem e tabu, História do movimento psicanalítico e outros textos (1913-1914)**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, S. Introdução ao narcisismo (1914). *In*: FREUD, S. **Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo, Ensaio de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. Os instintos e seus destinos (1915). *In:* FREUD, S. **Obras completas, volume 12:** Introdução ao narcisismo, Ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais (1917). *In:* FREUD, S. **Obras completas, volume 13:** Conferências introdutórias à psicanálise (1915-1917). Tradução: Sérgio Tellarori. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). *In:* FREUD, S. **Obras completas, volume 14:** História de uma neurose infantil (“O Homem dos Lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu (1921). *In:* FREUD, S. **Obras completas, volume 15:** Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. O ego e o id (1923). *In:* FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925).** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. O Eu e o Id (1923). *In:* FREUD, S. **Obras completas, volume 16:** O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. A organização genital infantil (um acréscimo à teoria da sexualidade) (1923). *In:* FREUD, S. **Obras completas, volume 16:** O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo (1924). *In:* FREUD, S. **Obras completas, volume 16:** O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). *In:* FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925).** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Inibição, sintoma e angústia (1926). *In:* FREUD, S. **Obras completas, volume 17:** Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). *In:* FREUD, S. **Obras completas, volume 18:** O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. Conferência XXXIII: Feminilidade (1933). *In:* FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos (1932-1936).** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRIGNET, H. **El transexualismo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

GILBERT, S.F. **Biologia do desenvolvimento**. 5ª. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2003.

GOMES, A.O. Diferença anatômica entre os sexos: consequências? *In*: MARIOTTO, R.M.M. (org.). **Gênero e sexualidade na infância e adolescência: reflexões psicanalíticas**. Salvador: Algama, 2018.

GRECO, M. Os espelhos de Lacan. **Opção Lacaniana online**, nova série, Ano 2, Número 6, novembro 2011.

GUERRA, A.M.C. et al. A família processual: Pensando a filiação e a transmissão na contemporaneidade. **Psicologia clínica e psicanálise**. v. 19, n. 1, 2019.

HANNA, M.S.G.F. As inibições revistas à luz do cotidiano da clínica psicanalítica. *In*: HANNA, M.S.G.F.; SOUZA, N.S. (org.). **O objeto da angústia**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

HERCOWITZ, A.; CIASCA, S. Cuidados no processo de transição de gênero. *In*: CIASCA, S.V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR, A. (org.). **Saúde LGBTQIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

INEM, C.L. Corpo em evidência, corpo e gozo. *In*: ALBERTI, S.; RIBEIRO, M.A.C (org.). **Retorno do Exílio: o corpo entre a psicanálise e a ciência**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

JORGE, M.A.C. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, vol. 1: as bases conceituais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

JORGE, M. A.C.; TRAVASSOS, N. P. A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização? **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, 20(2), 307-330, jun, 2017.

JORGE, M.A.C.; TRAVASSOS, N.P. **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

JORGE, M.A.C.; TRAVASSOS, N.P. **Histeria e sexualidade: clínica, estrutura, epidemias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

JUSTO, G. Angústia e sintoma marcados no corpo. *In*: ALBERTI, S.; RIBEIRO, M.A.C (org.). **Retorno do Exílio: o corpo entre a psicanálise e a ciência**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do eu (1949). *In*: LACAN, J. **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LACAN, J. **O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)**. Tradução de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

- LACAN, J. **O seminário, livro 5**: as formações do inconsciente (1957-1958). Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- LACAN, J. **A identificação**: seminário (1961-1962). Tradução: Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.
- LACAN, J. **O seminário, livro 10**: a angústia (1962-1963). Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- LACAN, J. **O seminário, livro 19**: ... ou pior (1971-1972). Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- LACAN, J. **O seminário, livro 20**: mais, ainda (1972-1973). Tradução: M.D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LACAN, J. O aturdido (1973). In: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LACAN, J. A terceira (1974). In: **Cadernos Lacan**, v.2. Porto Alegre: Publicação não comercial da APPOA, 2002.
- LANZ, L. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 342 f., 2014.
- LOBATO, M.I. et al. Psychological distress among transgender people in Brazil: frequency, intensity and social causation – an ICD-11 field study. **Braz J Psychiatry**. 41(4): 310-315, jul-ago, 2019.
- MACHADO, Z. A escolha do sexo. In: QUINET, A.; ALBERTI, S. (org.). **Sexuação e Identidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs, 2019.
- MALEVAL, J. Resposta à intervenção de Paul B. Preciado. **Lacan em .pdf**, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://lacanempdf.blogspot.com/2019/12/resposta-intervencao-de-paul-b-preciado.html?m=1>. Acesso em: 8 out. 2020.
- MANSO, R.; CALDAS, H. Escrita no corpo: gozo e laço social. **Ágora**. Rio de Janeiro, v. XVI, n. especial, 109-126, abr, 2013.
- MARCOS, C. A escrita do caso em psicanálise: uma lógica não-toda. In: FERREIRA, T.; VORCARO, A. (org.). **Pesquisa e psicanálise**: do campo à escrita. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- MARQUES, M.M. Procedimentos cirúrgicos para homens trans e pessoas transmasculinas. In: CIASCA, S.V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR, A. (org.). **Saúde LGBTQIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.
- MARQUES, L.; LAVINAS, G.; MÜLLER, V. O que é ser mulher? O estranhamento do corpo e os recursos à mudança de sexo em mulheres-trans. In: QUINET, A.; ALBERTI, S. (org.). **Sexuação e Identidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs, 2019.

MAURANO, D. **Uma resposta a Paul B. Preciado**. *Psicanálise & Barroco*, 15 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise->. Acesso em: 8 out. 2020.

MEDEIROS, C. A lesão como escrita no corpo. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**, 14(27), 125-138, nov 2018 a abr 2019.

MOULIN, A. M. O corpo diante da medicina. *In: História do corpo: As mutações do olhar. O século XX. Sob a direção de Alain Corbn, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello; tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.*

MOURA, H.B.S.; BRITO, L.L.R.; BARRA, V.B.R. Para além do imaginário da mudança de sexo. *In: QUINET, A.; ALBERTI, S. (org.). Sexo e Identidades*. 1 ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs, 2019.

MIELI, P. **Sobre as manipulações irreversíveis do corpo e outros textos psicanalíticos**. Trauçãõ: Vera Avellar Ribeiro, Ana Vicentini de Azevedo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

MIELI, P. **Figuras do espaço: sujeito, corpo, lugar**. Tradução: Yolanda Vilela. São Paulo: Annablume, 2016.

MILLER, J. **O osso de uma análise + O inconsciente e o corpo falante**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

MIRANDA, E.R. Angústia e acontecimento do corpo. *In: ALBERTI, S.; RIBEIRO, M.A.C (org.). Retorno do Exílio: o corpo entre a psicanálise e a ciência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

NOVAES, M.A.A. Como se faz corpo? Considerações sobre o ideal em Freud e Lacan. **Pulsional – revista de psicanálise**, ano XVIII, n. 182, junho/2005.

POLI, M. C. Sexo e formas contemporâneas de representação. **Revista Latinoamericana Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 303-315, junho, 2009.

POLLO, V. Exílio e retorno do corpo: Descartes e a psicanálise. *In: ALBERTI, S.; RIBEIRO, M.A.C (org.). Retorno do Exílio: o corpo entre a psicanálise e a ciência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

POMMIER, G. **Qué quiere decir “hacer” el amor?** Buenos Aires: Paidós, 2012.

PONTES, J.C.; SILVA, C.G. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Periódicus**, Salvador, n. 8, v. 1, nov.2017-abr. 2018.

QUINET, A. Incorporação, extrusão e somação: comentário sobre o texto “Radiofonia”. *In: ALBERTI, S.; RIBEIRO, M.A.C (org.). Retorno do Exílio: o corpo entre a psicanálise e a ciência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

QUINET, A. Entre o inconsciente e a cultura: o sujeito. *In: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (org.). Gênero*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

RATTI, F.C.; ESTEVÃO, I.R. A letra chinesa e a clínica lacaniana. **Revista Subjetividades**. Fortaleza, 14(3), 395-404, dez, 2014.

RINALDI, D; BITTENCOURT, V.B. Transexuais e transexualistas. *In*: ALBERTI, S. (org.). **A sexualidade na aurora do século XXI**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2008.

RIVERA, T. Subversões da lógica fálica – Freud, Lacan, Preciado. **Psicanalistas pela democracia**, 24 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://psicanalisedemocracia.com.br/2019/12/subversoes-da-logica-falica-freud-lacan-preciado-por-tania-rivera/?fbclid=IwAR2dEoCMi8ZjksMavzmCAVOY57lgr-XseqjHc6JWt1MuuoAcASkBD0fIPgU>. Acesso em: 8 out. 2020.

ROCHA, R.I. Procedimentos cirúrgicos para mulheres trans, travestis e pessoas transfemininas. *In*: CIASCA, S.V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR, A. (org.). **Saúde LGBTQIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

SAFOUAN, M. **Seminário**: angústia, sintoma, inibição. Tradução: Marta Prada Silva. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.

SILVA, A.G. Perder ou não perder: eis a questão. *In*: HANNA, M.S.G.F.; SOUZA, N.S. (org.). **O objeto da angústia**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

SOLER, C. **O que Lacan dizia das mulheres**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

SOLER, C. **Seminário de leitura de texto, ano 2006-2007**: Seminário A angústia, de Jacques Lacan. Tradução: Elynes Barros Lima, Lia Carneiro Silveira, Sonia Maria Coni Campos Magalhães; revisão de tradução: Andréa Hortélio Fernandes, Dominique Fingermann. São Paulo: Escuta, 2012.

SOLER, C. **O em-corpo do sujeito**: seminário (2001-2002). Tradução: Graça Pamplona, Sônia Magalhães, Cícero Oliveira, Elizabeth Saporiti. Salvador: Ágalma, 2019.

SOUZA, N.S. A angústia na experiência analítica. *In*: HANNA, M.S.G.F.; SOUZA, N.S. (org.). **O objeto da angústia**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

SOUZA, D.E.; KOSOVSKI, G.F. Mulheres e Espelhos: a Devastação e o irrepresentável no corpo feminino. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 166-172, maio-ago. 2018.

SOUZA, P.G.; CASTRO, M.S.; SILVA, L.P. A Biologia da proliferação fibroblástica: a excessiva deposição extracelular de colágeno durante o reparo de lesões na pele. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.3, p. 28989-29010, mar, 2021.

SCHLÜTER, K.; SABINO, M.R.A. Hormonização em adultos. *In*: CIASCA, S.V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR, A. (org.). **Saúde LGBTQIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

SCHULZ, J.P.; RUSCHEL, V.R.G. A estruturação da imagem do corpo na infância. **Trivium: Estudos Interdisciplinares**, Ano IX, Ed.1, p. 16-25.

STARNINO, A. Sobre identidade e identificação em psicanálise: um estudo a partir do seminário IX de Jacques Lacan. **doispontos**, Curitiba, São Carlos, volume 13, número 3, p. 231-249, dezembro de 2016.

STERNICK, M.V.C. A imagem do corpo em Lacan. **Reverso**, Belo Horizonte, ano 32, n. 59, p. 31-38, Jun. 2010.

TAVARES, L. A. T.; HASHIMOTO, F. A pesquisa teórica em psicanálise: das suas condições e possibilidades. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), 166-178, jul-dez, 2013.

TEIXEIRA, M.R. **Vestígios do gozo**. Salvador: Ágalma, 2014.

TRAVASSOS, N.P.; JORGE, M.A.C. Adolescência e corpo: o encontro com o sexo e as ciladas de gênero. *In*: MARIOTTO, R.M.M. (org.). **Gênero e sexualidade na infância e adolescência**: reflexões psicanalíticas. Salvador: Algama, 2018.

VALAS, P. El cuerpo en la biología, la medicina e el psicoanálisis. Especial Psicossomática. **Vectores del acontecer analítico 4/5**. Publicación de la Biblioteca Internacional de Psicoanálisis. Anáfora Editora. Buenos Aires, Novembro, 1988.

VORCARO, A. Transmissão e saber em psicanálise: (in)passes da clínica. *In*: FERREIRA, T.; VORCARO, A. (org.). **Pesquisa e psicanálise**: do campo à escrita. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

ZENÍCOLA, B. A identidade de gênero transexual é só uma questão do registro imaginário? *In*: QUINET, A.; ALBERTI, S. (org.). **Sexuação e Identidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs, 2019.

ZUPANČIČ, A. Diferença sexual e ontologia. **La palavra**, 3 de maio de 2019. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2019/05/03/diferenca-sexual-e-ontologia/>. Acesso em: 8 out. 2020.